



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



ambev



TABELA DE CONTEÚDOS



1 Aos Acionistas

2 Perspectivas para o futuro

3 Visão geral da Companhia

4 Sustentabilidade

5 Recursos Humanos

6 Destaques Operacionais e Financeiros

7 Análise do Desempenho Financeiro

Aos nossos acionistas,

A execução disciplinada das nossas prioridades estratégicas fortaleceu nosso negócio, nos posicionando bem para capturar oportunidades de crescimento em 2026

2025 marcou mais um ano de avanço consistente na execução da nossa estratégia de crescimento, o que se mostrou particularmente relevante diante de um ambiente operacional dinâmico em nossos principais mercados. Condições climáticas adversas e um ambiente de consumo mais desafiador reduziram as ocasiões de consumo de cerveja, especialmente nos canais ligados à socialização, pressionando os volumes da indústria.

Mesmo nesse contexto, nossa cultura de dono se destacou e nos fortalecemos como organização, o que se traduziu em maior nível de confiança dos nossos funcionários, impulsionando os indicadores de engajamento a níveis recordes.

Durante todo o ano permanecemos próximos dos nossos consumidores e clientes, ajustamos nossos planos para navegar os desafios de curto prazo e avançamos simultaneamente nos nossos três pilares estratégicos, fortalecendo o nosso negócio e construindo *momentum* para o futuro.

- *Liderar e expandir a categoria*



A cerveja segue sendo um produto amado, culturalmente relevante e desempenhando um papel central nos momentos sociais em nossos mercados. A categoria é saudável e continua a ter oportunidades de crescimento.

Como líderes da categoria, seguimos investindo de forma consistente na construção e no fortalecimento das nossas marcas, impulsionando as principais avenidas de crescimento – como o segmento *premium*, o portfólio de “escolhas balanceadas” e as cervejas sem álcool – e elevamos os segmentos core e core plus por meio de investimentos nas marcas e inovação, para proteger e ampliar sua relevância ao consumidor.

Esses esforços se traduziram em avanços concretos. No segmento *premium*, nossos volumes consolidados cresceram na casa dos 10% em relação ao ano anterior e, especificamente no Brasil, consolidamos a liderança do segmento em 2025. Já o portfólio de “escolhas balanceadas” apresentou crescimento de volume na casa dos 40%, refletindo nosso foco em antecipar e atender às necessidades dos nossos consumidores.

Como reflexo da força e da consistência na construção das marcas, em 2025, mais uma vez, oito de nossas marcas locais e globais foram classificadas entre as dez marcas de cerveja mais valiosas do mundo, segundo o Kantar BrandZ.

A evolução dos indicadores de saúde das nossas marcas na maior parte dos mercados em que atuamos reforça a percepção de valor do nosso portfólio. Como resultado, e em conjunto com nossa estratégia de gestão de receita, nossa receita líquida por hectolitro cresceu 7,5% no ano, com avanço em todas as unidades de negócio.



- *Digitalizar e monetizar nosso ecossistema*

Nosso ecossistema digital se consolidou como um pilar de resiliência e adaptabilidade. O uso de dados e tecnologia fortaleceu nossa capacidade de compreender a demanda, permitindo respostas mais ágeis e maior precisão em nossa execução comercial.

No canal B2B, o BEES permaneceu como peça central da execução da nossa estratégia. Ao longo de 2025, orientados pelas necessidades dos nossos clientes, avançamos não apenas na escala, mas também na profundidade de uso da plataforma, fortalecendo nosso negócio e dos nossos clientes por meio de ferramentas que permitem execução mais eficiente no ponto de venda e maior clareza no direcionamento comercial. O BEES Marketplace, por sua vez, seguiu em trajetória de crescimento, com *Gross Merchandise Value* ("GMV") maior em 70% em comparação com 2024, reforçando a relevância para os clientes e contribuindo positivamente para a performance econômica do negócio.

No canal direto ao consumidor, o Zé Delivery encerrou mais um ano com desempenho recorde. Além do crescimento de 13% no GMV, ampliou sua base de usuários e pedidos, fortalecendo nossa conexão com os consumidores, sobretudo jovens adultos, e acelerando a inovação baseada em testes e aprendizados contínuos.

- *Otimizar nosso negócio*

A disciplina se manteve como um pilar central em 2025. A combinação de menor alavancagem operacional e os impactos de câmbio e *commodities* exigiu escolhas claras e foco rigoroso na execução. Essa disciplina se traduziu em resultados concretos: mantivemos nossos custos e despesas controlados, o EBITDA Ajustado avançou em todas as nossas unidades de negócio e alcançamos margem EBITDA Ajustada de 33,4% em nossos resultados consolidados, marcando o terceiro ano consecutivo de expansão de margem. Nosso lucro por ação cresceu 8,2% no ano, refletindo o desempenho operacional, enquanto o lucro por ação ajustado cresceu 2,0%.

Além disso, em 2025 anunciamos aproximadamente R\$ 20 bilhões em retorno aos acionistas, por meio do nosso programa de recompra de ações em andamento, bem como da declaração de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio ("JCP") aprovados pelo Conselho de Administração. Em 11 de fevereiro de 2026, anunciamos também a data de pagamento de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão, referente aos JCP declarados em 2025, a ser realizado em 6 de abril de 2026.

Perspectivas para o futuro

Seguimos confiantes no potencial da categoria de cerveja. A força do nosso portfólio e o sucesso das nossas inovações reforçam nossa visão positiva sobre as oportunidades de expansão da categoria, tanto por meio do aumento da nossa base de consumidores, quanto da ampliação do número de ocasiões em que a cerveja está presente. Iniciamos 2026 com nosso negócio fortalecido e estamos entusiasmados com a oportunidade de nos conectar ainda mais com os consumidores durante este ano de Copa do Mundo da FIFA.

Finalmente, nossa gente e nossa cultura única continuam sendo nossos principais ativos, enquanto seguimos trabalhando para construir um futuro com mais razões para brindar.

Michel Doukeris
Presidente do Conselho de
Administração

Carlos Lisboa
Diretor Presidente Executivo

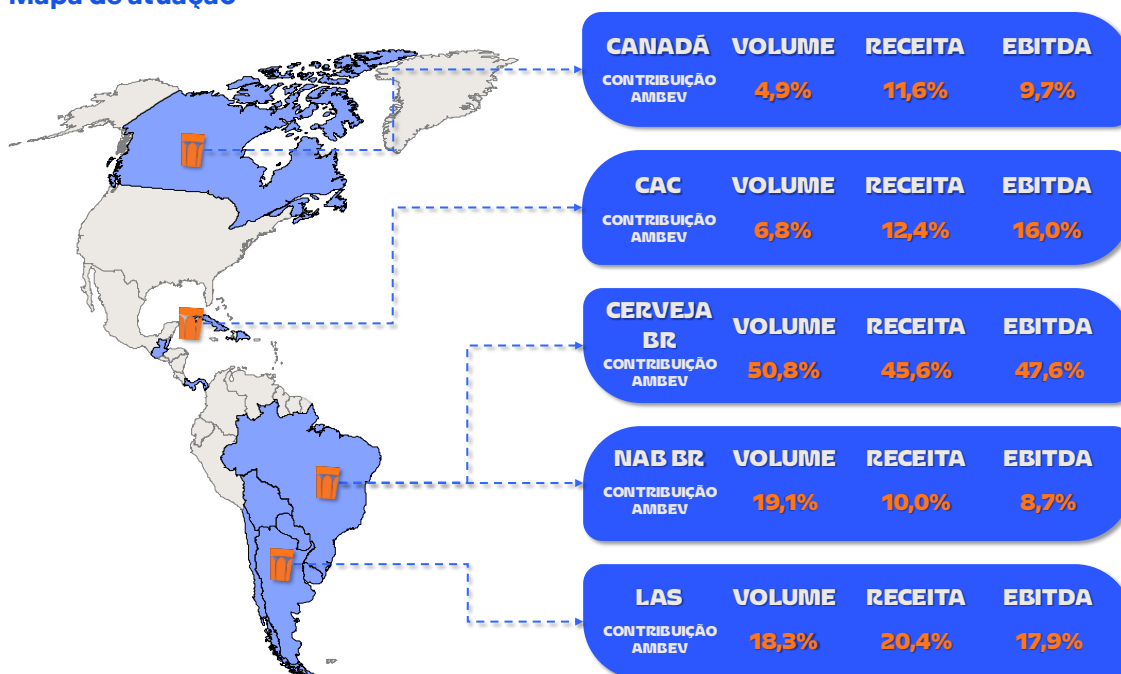


VISÃO GERAL DA COMPANHIA

Atualmente com operações diretas em 11 países nas três Américas, somos a cervejaria líder em termos de volume no mercado latino-americano. Nosso negócio consiste na produção e comercialização de cervejas, chopes, refrigerantes e outras bebidas, e é agrupado em quatro regiões identificadas como segmentos reportáveis:

- Brasil, com a produção e comercialização de cervejas ("Cerveja Brasil"), refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas e não carbonatadas ("NAB Brasil");
- América Central e Caribe ("CAC"), composta por nossas operações diretas na República Dominicana, Cuba, Guatemala e Panamá;
- América Latina Sul ("LAS"), composta por nossas operações de cervejas, refrigerantes e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas na Argentina, Bolívia e Uruguai, além da produção e comercialização de cervejas no Chile e Paraguai;
- Canadá, com a produção e comercialização de cervejas e um portfólio de marcas de bebidas mistas e cidras, incluindo exportações para os Estados Unidos da América.

Mapa de atuação¹



As principais marcas próprias da Companhia são Brahma®, Skol®, Antarctica®, Original®, Quilmes®, Andes Origen®, Patricia®, Paceña®, Huari®, Pilsen®, Presidente®, Balboa®, Guaraná Antarctica®, Beats®, água Ama, entre outras. As principais marcas licenciadas da Anheuser-Busch Inbev S.A./N.V. ("AB-InBev") são Budweiser®, Corona®, Spaten®, Stella Artois®, Beck's®, Modelo®, Bud Light®, Busch®, Michelob Ultra®, Mike's®, entre outras.

Além disso, a Companhia é uma das maiores engarrafadoras independentes da PepsiCo no mundo. Produzimos, vendemos e distribuímos no Brasil e em outros países da América Latina produtos como Pepsi®, H2OH!®, Lipton Ice Tea® e o isotônico Gatorade® sob licença da PepsiCo. Temos também acordos com a Red Bull® e outras empresas para distribuição de seu portfólio em alguns canais de vendas e regiões específicas no Brasil e outros mercados.

¹ Os somatórios podem não conferir devido a arredondamentos.



SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade ajuda a viabilizar o nosso propósito de sonhar grande por um futuro com mais razões para brindar e é um motor de geração de valor no longo prazo. Produzir cerveja de qualidade começa com a busca pelos melhores ingredientes e isso exige um ambiente natural saudável e comunidades prósperas.

Nossos compromissos globais de sustentabilidade foram comunicados desde 2018, para serem alcançados até o final de 2025. Com o encerramento desse ciclo, reportamos o desempenho obtido frente a cada um deles.

Água

Objetivo: 100% das nossas comunidades em áreas de alto risco hídrico devem ter melhoria na qualidade e disponibilidade de água de forma mensurável

Em 2025 atingimos o objetivo que havíamos estabelecido para as 11 unidades localizadas em áreas de alto estresse hídrico: todas apresentaram melhoria mensurável na disponibilidade e qualidade da água.

Por meio de ferramenta de avaliação de risco hídrico, analisamos os riscos operacionais relacionados à água e direcionamos ações para melhorias no tratamento e reúso da água, bem como para adoção de novas tecnologias. Para promover a saúde das bacias hidrográficas, implementamos um processo robusto com parceiros externos para identificar e implementar soluções personalizadas de longo prazo, como o plantio de árvores nativas e a construção de áreas úmidas para minimizar o escoamento superficial e aumentar a infiltração.

Agricultura sustentável

Objetivo: 100% dos nossos agricultores diretos devem estar treinados, conectados e financeiramente empoderados

Também alcançamos o objetivo de agricultura sustentável, fechando o ano de 2025 com todos os nossos agricultores diretos capacitados, conectados e empoderados financeiramente.

Atualmente trabalhamos com mais de 2.300 agricultores diretos na Ambev. Nos últimos anos, trabalhamos para capacitá-los, viabilizando o acesso a variedades de sementes melhoradas, protocolos de cultivo, suporte agrônômico e treinamento sobre gestão sustentável. Para conectá-los, disponibilizamos ferramentas digitais, como serviços meteorológicos em tempo real e acesso a dados e análises avançadas para o campo, e utilizamos plataformas de mídia para alcançar os agricultores em tempo real. Para empoderá-los financeiramente, demos acesso a ferramentas de compartilhamento de custos e mitigação de riscos, produtos e soluções financeiras e treinamento em habilidades financeiras.

Nosso trabalho contribuiu para aumentar a resiliência das nossas comunidades, apoiando a produtividade de longo prazo e a adoção de práticas de cultivo sustentáveis pelos agricultores.

Ação climática

Objetivos: 100% da eletricidade comprada advinda de fontes renováveis e 25% de redução da intensidade de emissões em toda a cadeia



Em 2025 atingimos 97,5% de eletricidade comprada advinda de fontes renováveis. Não atingimos 100% do objetivo inicial em virtude de desafios estruturais e regulatórios em um dos países em que operamos.

Em relação ao segundo compromisso climático, reduzimos a intensidade das nossas emissões em toda a cadeia [escopos 1, 2 e 3] em 25,8%. Esse resultado é fruto das parcerias com o nosso ecossistema para mapeamento das principais fontes de emissão e atuação nas ações de descarbonização, dentre as quais destacamos compromissos e acordos com 24 dos nossos principais fornecedores que mais contribuem para nossa pegada de emissões, e aumento do uso de energias renováveis em nossas cervejarias.

Embalagem circular

Objetivo: 100% dos nossos produtos devem estar em embalagens retornáveis ou feitas majoritariamente com conteúdo reciclado

Fechamos 2025 com 70,5% das nossas embalagens retornáveis ou feitas majoritariamente com conteúdo reciclado. Não alcançamos o objetivo inicial, pois enfrentamos desafios relacionados à disponibilidade de conteúdo reciclado viável, que é altamente dependente das cadeias de abastecimento de reciclagem locais, e das condições dinâmicas do mercado, especialmente nas embalagens vidro e PET.

Ainda assim, no Brasil alcançamos o objetivo de 100%, como resultado de um trabalho estruturante para reforçar as cadeias de reciclagem e aumentar a disponibilidade de conteúdo reciclado viável, como, por exemplo, através do apoio a milhares de catadores de resíduos por meio de parcerias, investimento em inovação e gestão. Nossa fábrica de vidros no Rio de Janeiro é uma das maiores recicladoras de cacos de vidro da América Latina e, em 2025, passamos a operar uma nova fábrica de vidros no Paraná, que poderá contribuir para a economia circular na região Sul do país.

RECURSOS HUMANOS

Encerramos 2025 com aproximadamente 39² mil colaboradores, sendo cerca de 24 mil no Brasil, 4 mil na região da CAC, 3 mil no Canadá e 8 mil nas unidades da LAS.

Nossa gente é um dos principais pilares da estratégia da Companhia e o fortalecimento de uma cultura organizacional sólida permaneceu como prioridade ao longo do ano. Em 2025, avançamos em iniciativas voltadas ao engajamento, à escuta ativa e ao desenvolvimento dos colaboradores, reforçando o alinhamento aos valores da Ambev. Como resultado, atingimos o maior índice de engajamento dos últimos cinco anos, conforme apurado em pesquisa interna, evidenciando o elevado nível de conexão e comprometimento das nossas equipes.

A força da marca empregadora da Ambev seguiu como diferencial relevante. Em 2025, os programas de trainee e estágio atraíram cerca de 110 mil candidatos, com a contratação de 41 trainees e aproximadamente 350 estagiários. A Companhia ampliou sua presença no ecossistema universitário, com mais de 1.100 ativações presenciais realizadas por lideranças em diversas universidades de todo o Brasil. Considerando todos os processos seletivos, foram registradas cerca de 1,3 milhão de inscrições em etapas online e presenciais no país.

O desenvolvimento contínuo das pessoas continua sendo um elemento central para a construção de times de alta performance, e o impulsionamos através da AmbevOn, nossa plataforma de aprendizagem corporativa, que oferece conteúdos focados em competências funcionais, comportamentais e de liderança. Em 2025, na América do Sul quase 10 mil colaboradores concluíram programas de desenvolvimento, distribuídos em

² A partir de 2025, o critério utilizado para contagem do número de colaboradores reportados foi revisado para refletir a legislação trabalhista e diretrizes da CVM, caracterizando mudança metodológica em relação aos exercícios anteriores.

mais de 60 iniciativas, combinando experiências presenciais e trilhas digitais de aprendizado contínuo, inclusive relacionados ao desenvolvimento em Inteligência Artificial ("IA"). Até o final do ano, mais de mil líderes foram capacitados em fundamentos e aplicações de IA, apoiando decisões mais ágeis e orientadas por dados.

A saúde dos colaboradores é também uma prioridade, com a Fundação Zerrenner oferecendo assistência médica e odontológica para mais de 66 mil beneficiários no Brasil. A Companhia mantém programas de prevenção, como campanhas de vacinação e acompanhamento de gestantes, além de serviços de telemedicina, que resultaram em 34 mil atendimentos médicos e psicológicos no Brasil.

Acreditamos que nossa maior força é a nossa equipe de pessoas diversas. Nosso foco está em atrair, contratar, engajar, desenvolver e promover o melhor talento de todos os gêneros, etnias, orientações sexuais e com quaisquer outras características que tornem nossos colaboradores únicos, como idade, identidade e expressão de gênero, idioma, nacionalidade, status familiar e marital, religião e crença, origem social e econômica, educação, experiência e deficiência.

Nossas decisões relacionadas a contratação e empregatícias, incluindo remuneração, benefícios, promoção, treinamento, disciplina e rescisão, têm por base a equidade e são tomadas exclusivamente com base na habilidade, capacidade e desempenho dos funcionários, observadas as leis relacionadas a ações afirmativas.

As informações exigidas pela Lei nº 15.177/25 serão divulgadas na Proposta da Administração a ser disponibilizada aos acionistas na data da convocação da Assembleia Geral Ordinária, nos termos do art. 133 da Lei nº 6.404/76.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS³

Receita líquida (ROL): nossa receita líquida consolidada aumentou 4,0% em 2025, em decorrência de crescimentos na LAS (+15,6%), no Brasil (+0,9%) e no Canadá (+0,8%), com queda de 0,1% em CAC. Na LAS, o crescimento da receita líquida por hectolitro ("ROL/hl") de 16,7% mais que compensou a redução do volume de 0,9%. No Brasil, o volume caiu 4,1%, combinado com aumento da ROL/hl de 5,2%, assim como no Canadá, o aumento da ROL/hl de 2,2% compensou a queda de volume de 1,3%. Na CAC, a queda do volume de 1,8%, foi compensada parcialmente pelo crescimento da ROL/hl de 1,7%.

³ As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais nominais e preparadas de acordo com os Critérios do Padrão Contábil Internacional ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As informações aqui contidas devem ser lidas em conjunto com os relatórios financeiros do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, arquivados na CVM e apresentados à *Securities and Exchange Commission* (SEC).

Segregamos neste relatório o impacto do resultado orgânico das mudanças de escopo e diferenças de câmbio. As mudanças de escopo representam o impacto de aquisições e vendas de ativos, o início ou término de atividades ou a transferência de atividades entre segmentos, mudanças de estimativas contábeis ano contra ano e outras premissas que os administradores não consideram parte do desempenho de negócio. Para o ano de 2025, a definição de crescimento orgânico da receita líquida foi alterada para limitar o crescimento de preços na Argentina a um máximo de 2% ao mês (26,8% ano a ano). Foram feitos ajustes correspondentes no cálculo das variações orgânicas de todos os itens relacionados da demonstração de resultados, por meio de mudanças de escopo.

Exceto quando especificado em contrário, variações percentuais no documento são orgânicas e ajustadas por natureza. Sempre que utilizado neste documento, o termo "ajustado" se refere às medidas de desempenho EBITDA e Lucro Operacional antes de itens não usuais e participação nos resultados de joint ventures e às medidas de desempenho Lucro Líquido e LPA antes de ajustes de itens não usuais. Itens não usuais são receitas ou despesas que não ocorrem no curso normal das atividades da Companhia. Estas são apresentadas separadas dada a importância delas para o entendimento do desempenho da Companhia devido à sua natureza ou magnitude. Medidas ajustadas são medidas adicionais utilizadas pela Administração, e não devem substituir as medidas calculadas em conformidade com as IFRS como indicadores do desempenho da Companhia. Comparações, exceto quando especificado o contrário, referem-se ao resultado do ano de 2024. Os somatórios podem não conferir devido a arredondamentos.

Sempre que utilizados neste documento, termos que se refiram a variações percentuais foram adotados para simplificar o entendimento e correspondem aos respectivos intervalos, independentemente da variação ser positiva ou negativa: estável [0,0 - 0,1%]; um dígito baixo [0,2 - 3,3%]; um dígito médio [3,4 - 6,6%]; um dígito alto [6,7 - 9,9%]; dois dígitos ou na casa dos 10% [10,0 - 19,9%]; dois dígitos baixos ou na casa dos 10% baixos [10,1 - 13,3%]; dois dígitos médios ou em torno de 15% [13,4 - 16,6%]; dois dígitos altos ou na casa dos 10% altos [16,7 - 19,9%]; na casa dos 20% [20,0 - 29,9%]; na casa dos 20% baixos [20,1 - 23,3%]; na casa dos 20% médios [23,4 - 26,6%]; na casa dos 20% altos [26,7 - 29,9%]. Para percentuais que excedam os intervalos previamente definidos, a mesma lógica de classificação deverá ser aplicada.



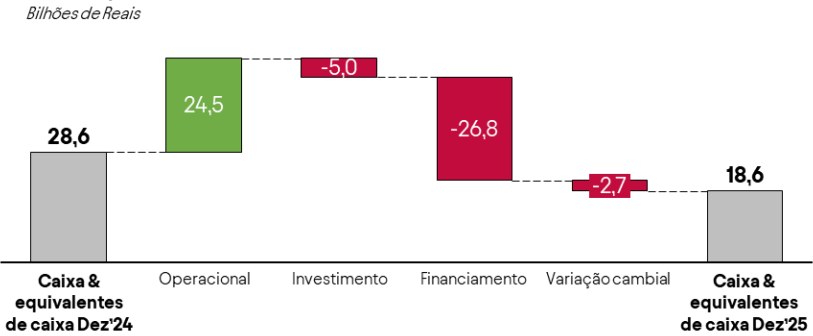
Custo dos produtos vendidos (CPV): nosso CPV e CPV excluindo depreciação e amortização aumentaram 4,7% e 5,2%, respectivamente. Em uma base por hectolitro, o CPV cresceu 8,3%, enquanto o CPV excluindo depreciação e amortização subiu 8,8%.

Despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A): nosso SG&A e o SG&A excluindo depreciação e amortização aumentaram 0,9% e 0,7%, respectivamente.

EBITDA, margem bruta e margem EBITDA: nosso EBITDA ajustado foi de R\$ 29.506,4 milhões, um crescimento de 5,6%, com redução na margem bruta de 40 pontos-base ("pb") e crescimento da margem EBITDA Ajustada de 50 pb.

Lucro líquido, lucro líquido ajustado e LPA: nosso lucro líquido subiu 7,7% para R\$ 15.988,4 milhões, enquanto ajustado para itens não usuais, o lucro líquido cresceu 1,6% para R\$ 15.115,1 milhões. O lucro por ação ("LPA") e o LPA ajustado foram R\$ 0,99 e R\$0,94, respectivamente.

Fluxo de caixa: nosso fluxo de caixa das atividades operacionais atingiu R\$ 24.450,3 milhões no ano [uma redução de 6,3%], enquanto nosso fluxo de caixa das atividades de investimento totalizou -R\$ 4.950,2 [uma redução de 9,4%], com investimentos em CAPEX somando R\$ 4.590,5 milhões em 2025. Por fim, nosso fluxo de caixa das atividades de financiamento alcançou -R\$ 26.771,5 [aumento de 158,6%].



Payout e disciplina financeira: durante o exercício de 2025, declaramos a distribuição aos nossos acionistas de R\$ 17.401,3 milhões em juros sobre o capital próprio e dividendos, além da aprovação de um novo programa de recompra de ações de aproximadamente R\$ 2.500 milhões. Em 31 de dezembro de 2025, nossa posição líquida de caixa era R\$ 16.933,0 milhões.

Destaques financeiros - consolidado				
R\$ milhões	12M24	12M25	% Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl)	181.920,5	175.829,2	-3,3%	-3,3%
Receita líquida	89.452,7	88.242,5	-1,4%	4,0%
Lucro bruto	45.837,6	45.378,3	-1,0%	3,4%
% Margem bruta	51,2%	51,4%	20 pb	-40 pb
EBITDA ajustado	29.028,9	29.506,4	1,6%	5,6%
% Margem EBITDA ajustada	32,5%	33,4%	90 pb	50 pb
Lucro líquido	14.847,0	15.988,4	7,7%	
Lucro líquido ajustado	14.874,5	15.115,1	1,6%	
LPA (R\$/ação)	0,92	0,99	8,2%	
LPA ajustado	0,92	0,94	2,0%	

Obs.: O cálculo do LPA é baseado nas ações em circulação [total de ações existentes excluindo as ações em tesouraria].



Ambev	12M24	Escopo	Conversão de Moeda	IAS 29 Impacto de 9M	Crescimento Orgânico	12M25	% Reportado	% Orgânico
<i>R\$ milhões</i>								
Volume ('000 hl)	181.920,5	[154,0]			[5.937,3]	175.829,2	-3,3%	-3,3%
Receita líquida	89.452,7	[427,7]	[3.893,8]	[485,2]	3.596,5	88.242,5	-1,4%	4,0%
Receita líquida/hl (R\$)	491,7	[1,9]	[22,1]	[2,8]	37,0	501,9	2,1%	7,5%
CPV	[43.615,1]	81,9	2.489,0	231,4	[2.051,3]	[42.864,1]	-1,7%	4,7%
CPV/hl (R\$)	[239,7]	0,2	14,2	1,3	[19,7]	[243,8]	1,7%	8,3%
CPV excl. deprec. & amort.	[39.677,3]	88,5	2.262,6	201,1	[2.064,4]	[39.189,5]	-1,2%	5,2%
CPV/hl excl. deprec. & amort. (R\$)	[218,1]	0,3	12,9	1,1	[19,1]	[222,9]	2,2%	8,8%
Lucro bruto	45.837,6	[345,8]	[1.404,8]	[253,8]	1.545,2	45.378,3	-1,0%	3,4%
<i>% Margem bruta</i>	<i>51,2%</i>					<i>51,4%</i>	<i>20 pb</i>	<i>-40 pb</i>
SG&A excl. deprec. & amort.	[23.252,6]	119,5	1.219,9	91,3	[160,6]	[21.982,4]	-5,5%	0,7%
SG&A deprec. & amort.	[3.139,8]	[112,1]	157,7	6,5	[69,8]	[3.157,5]	0,6%	2,2%
SG&A total	[26.392,4]	7,5	1.377,6	97,8	[230,3]	[25.139,9]	-4,7%	0,9%
Outras receitas/(despesas) operacionais	2.457,3	[271,6]	[22,8]	6,9	266,1	2.435,9	-0,9%	13,0%
Outras receitas/(despesas) operacionais excl. impair.	2.506,1	[271,6]	[22,8]	6,9	217,3	2.435,9	-2,8%	10,4%
Lucro operacional ajustado	21.902,5	[610,0]	[50,0]	[149,1]	1.581,0	22.674,3	3,5%	7,4%
<i>% Margem de Lucro operacional ajustado</i>	<i>24,5%</i>					<i>25,7%</i>	<i>120 pb</i>	<i>80 pb</i>
Itens não usuais antes do EBITDA	[100,8]	4,1	52,4	[7,6]	695,2	643,3	nm	nm
Resultado financeiro	[2.318,2]					[4.001,7]	72,6%	
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	3,9					105,8	nm	
Imposto de renda	[4.640,4]					[3.433,2]	-26,0%	
Lucro líquido	14.847,0					15.988,4	7,7%	
Atribuído à Ambev	14.437,2					15.503,4	7,4%	
Atribuído a não controladores	409,7					485,0	18,4%	
Lucro líquido ajustado	14.874,5					15.115,1	1,6%	
Atribuído à Ambev	14.464,6					14.646,6	1,3%	
EBITDA ajustado	29.028,9	[491,3]	[434,0]	[186,0]	1.588,9	29.506,4	1,6%	5,6%
<i>% Margem EBITDA ajustada</i>	<i>32,5%</i>					<i>33,4%</i>	<i>90 pb</i>	<i>50 pb</i>

Brasil

<i>R\$ milhões</i>	12M24	Escopo	Conversão de Moeda	Crescimento Orgânico	12M25	% Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl)	128.320,2	-		[5.311,3]	123.008,9	-4,1%	-4,1%
Receita líquida	48.605,3	-	-	425,5	49.030,8	0,9%	0,9%
Receita líquida/hl (R\$)	378,8	-	-	19,8	398,6	5,2%	5,2%
CPV	[23.809,3]	-	-	[445,6]	[24.254,9]	1,9%	1,9%
CPV/hl (R\$)	[185,5]	-	-	[11,6]	[197,2]	6,3%	6,3%
CPV excl. deprec. & amort.	[21.734,1]	-	-	[537,8]	[22.271,9]	2,5%	2,5%
CPV/hl excl. deprec. & amort. (R\$)	[169,4]	-	-	[11,7]	[181,1]	6,9%	6,9%
Lucro bruto	24.796,0	-	-	[20,2]	24.775,9	-0,1%	-0,1%
<i>% Margem bruta</i>	<i>51,0%</i>				<i>50,5%</i>	<i>-50 pb</i>	<i>-50 pb</i>
SG&A excl. deprec. & amort.	[13.056,0]	-	-	546,7	[12.509,3]	-4,2%	-4,2%
SG&A deprec. & amort.	[2.104,4]	-	-	[48,1]	[2.152,4]	2,3%	2,3%
SG&A total	[15.160,4]	-	-	498,7	[14.661,7]	-3,3%	-3,3%
Outras receitas/(despesas) operacionais	2.415,8	[295,0]	-	250,0	2.370,8	-1,9%	12,5%
Outras receitas/(despesas) operacionais excl. impair.	2.464,6	[295,0]	-	201,2	2.370,8	-3,8%	9,8%
Lucro operacional ajustado	12.051,5	[295,0]	-	728,5	12.484,9	3,6%	6,3%
<i>% Margem de Lucro operacional ajustado</i>	<i>24,8%</i>				<i>25,5%</i>	<i>70 pb</i>	<i>130 pb</i>
EBITDA ajustado	16.279,8	[295,0]	-	635,6	16.620,3	2,1%	4,0%
<i>% Margem EBITDA ajustada</i>	<i>33,5%</i>				<i>33,9%</i>	<i>40 pb</i>	<i>100 pb</i>



Cerveja Brasil

R\$ milhões	12M24	Escopo	Conversão de Moeda	Crescimento Orgânico	12M25	% Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl)	93.634,6	-		(4.240,1)	89.394,5	-4,5%	-4,5%
Receita líquida	40.220,2	-	-	10,5	40.230,6	0,0%	0,0%
Receita líquida/hl (R\$)	429,5	-	-	20,5	450,0	4,8%	4,8%
CPV	(19.282,3)	-	-	(98,2)	(19.380,5)	0,5%	0,5%
CPV/hl (R\$)	(205,9)	-	-	(10,9)	(216,8)	5,3%	5,3%
CPV excl. deprec. & amort.	(17.353,6)	-	-	(177,2)	(17.530,8)	1,0%	1,0%
CPV/hl excl. deprec. & amort. (R\$)	(185,3)	-	-	(10,8)	(196,1)	5,8%	5,8%
Lucro bruto	20.937,8	-	-	(87,7)	20.850,2	-0,4%	-0,4%
% Margem bruta	52,1%				51,8%	-30 pb	-30 pb
SG&A excl. deprec. & amort.	(10.999,5)	-	-	454,8	(10.544,7)	-4,1%	-4,1%
SG&A deprec. & amort.	(1.850,0)	-	-	(32,6)	(1.882,7)	1,8%	1,8%
SG&A total	(12.849,6)	-	-	422,2	(12.427,4)	-3,3%	-3,3%
Outras receitas/(despesas) operacionais	1.878,3	(183,0)	-	195,8	1.891,1	0,7%	12,3%
Outras receitas/(despesas) operacionais excl. impair	1.927,1	(183,0)	-	147,0	1.891,1	-1,9%	9,0%
Lucro operacional ajustado	9.966,6	(183,0)	-	530,4	10.313,9	3,5%	5,5%
% Margem de Lucro operacional ajustado	24,8%				25,6%	80 pb	130 pb
EBITDA ajustado	13.794,2	(183,0)	-	435,1	14.046,3	1,8%	3,2%
% Margem EBITDA ajustada	34,3%				34,9%	60 pb	110 pb

NAB Brasil

R\$ milhões	12M24	Escopo	Conversão de Moeda	Crescimento Orgânico	12M25	% Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl)	34.685,6	-		(1.071,2)	33.614,4	-3,1%	-3,1%
Receita líquida	8.385,2	-	-	415,0	8.800,1	4,9%	4,9%
Receita líquida/hl (R\$)	241,7	-	-	20,0	261,8	8,3%	8,3%
CPV	(4.526,9)	-	-	(347,4)	(4.874,4)	7,7%	7,7%
CPV/hl (R\$)	(130,5)	-	-	(14,5)	(145,0)	11,1%	11,1%
CPV excl. deprec. & amort.	(4.380,6)	-	-	(360,6)	(4.741,2)	8,2%	8,2%
CPV/hl excl. deprec. & amort. (R\$)	(126,3)	-	-	(14,8)	(141,0)	11,7%	11,7%
Lucro bruto	3.858,2	-	-	67,5	3.925,7	1,8%	1,8%
% Margem bruta	46,0%				44,6%	-140 pb	-140 pb
SG&A excl. deprec. & amort.	(2.056,5)	-	-	91,9	(1.964,6)	-4,5%	-4,5%
SG&A deprec. & amort.	(254,4)	-	-	(15,4)	(269,8)	6,1%	6,1%
SG&A total	(2.310,8)	-	-	76,5	(2.234,4)	-3,3%	-3,3%
Outras receitas/(despesas) operacionais	537,5	(112,0)	-	54,2	479,6	-10,8%	13,3%
Lucro operacional ajustado	2.084,9	(112,0)	-	198,2	2.171,0	4,1%	10,1%
% Margem de Lucro operacional ajustado	24,9%				24,7%	-20 pb	120 pb
EBITDA ajustado	2.485,6	(112,0)	-	200,4	2.574,0	3,6%	8,5%
% Margem EBITDA ajustada	29,6%				29,2%	-40 pb	90 pb

CAC

R\$ milhões	12M24	Escopo	Conversão de Moeda	Crescimento Orgânico	12M25	% Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl)	12.408,6	(149,5)		(223,3)	12.035,8	-3,0%	-1,8%
Receita líquida	11.023,7	(206,1)	161,8	(15,5)	10.963,9	-0,5%	-0,1%
Receita líquida/hl (R\$)	888,4	(6,0)	13,4	15,1	910,9	2,5%	1,7%
CPV	(5.076,2)	125,4	(89,8)	18,4	(5.022,2)	-1,1%	-0,4%
CPV/hl (R\$)	(409,1)	5,2	(7,5)	(6,0)	(417,3)	2,0%	1,5%
CPV excl. deprec. & amort.	(4.475,2)	112,4	(84,0)	44,4	(4.402,4)	-1,6%	-1,0%
CPV/hl excl. deprec. & amort. (R\$)	(360,7)	4,8	(7,0)	(2,9)	(365,8)	1,4%	0,8%
Lucro bruto	5.947,5	(80,7)	71,9	2,9	5.941,7	-0,1%	0,0%
% Margem bruta	54,0%				54,2%	20 pb	10 pb
SG&A excl. deprec. & amort.	(1.928,9)	47,0	(37,4)	100,8	(1.818,4)	-5,7%	-5,4%
SG&A deprec. & amort.	(281,0)	12,0	(4,9)	22,2	(251,8)	-10,4%	-8,2%
SG&A total	(2.209,9)	59,0	(42,3)	123,0	(2.070,2)	-6,3%	-5,7%
Outras receitas/(despesas) operacionais	(13,5)	1,9	(1,7)	(8,9)	(22,2)	64,1%	76,7%
Lucro operacional ajustado	3.724,1	(19,8)	27,9	117,0	3.849,3	3,4%	3,2%
% Margem de Lucro operacional ajustado	33,8%				35,1%	130 pb	120 pb
EBITDA ajustado	4.606,1	(44,8)	38,7	120,9	4.720,9	2,5%	2,7%
% Margem EBITDA ajustada	41,8%				43,1%	130 pb	110 pb



LAS

<i>R\$ milhões</i>	12M24	Escopo	Conversão de Moeda	IAS 29 Impacto de 9M	Crescimento Orgânico	12M25	% Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl)	32.447,6				[285,3]	32.162,3	-0,9%	-0,9%
Receita líquida	19.829,7	[215,2]	[4.243,9]	[485,2]	3.102,9	17.988,3	-9,3%	15,6%
Receita líquida/hl (R\$)	611,1	[6,6]	[132,0]	[15,1]	101,9	559,3	-8,5%	16,7%
CPV	[10.460,4]	[44,3]	2.658,2	231,4	[1.648,7]	[9.263,8]	-11,4%	15,8%
CPV/hl (R\$)	[322,4]	[1,4]	82,6	7,2	[54,1]	[288,0]	-10,7%	16,8%
CPV excl. deprec. & amort.	[9.496,8]	[24,7]	2.420,7	201,1	[1.578,9]	[8.478,6]	-10,7%	16,6%
CPV/hl excl. deprec. & amort. (R\$)	[292,7]	[0,8]	75,3	6,2	[51,7]	[263,6]	-9,9%	17,7%
Lucro bruto	9.369,3	[259,5]	[1.585,7]	[253,8]	1.454,3	8.724,5	-6,9%	15,5%
<i>% Margem bruta</i>	<i>47,2%</i>					<i>48,5%</i>	<i>130 pb</i>	<i>0 pb</i>
SG&A excl. deprec. & amort.	[4.936,0]	71,3	1.318,6	91,3	[860,6]	[4.315,4]	-12,6%	17,4%
SG&A deprec. & amort.	[479,9]	[124,0]	168,0	6,5	[28,0]	[457,5]	-4,7%	5,8%
SG&A total	[5.416,0]	[52,7]	1.486,6	97,8	[888,6]	[4.772,9]	-11,9%	16,4%
Outras receitas/(despesas) operacionais	45,8	21,5	[20,9]	6,9	41,1	94,4	106,0%	89,7%
Lucro operacional ajustado	3.999,2	[290,7]	[120,0]	[149,1]	606,8	4.046,1	1,2%	15,2%
<i>% Margem de Lucro operacional ajustado</i>	<i>20,2%</i>					<i>22,5%</i>	<i>230 pb</i>	<i>-10 pb</i>
EBITDA ajustado	5.442,7	[147,0]	[525,5]	[186,0]	704,5	5.288,6	-2,8%	12,9%
<i>% Margem EBITDA ajustada</i>	<i>27,4%</i>					<i>29,4%</i>	<i>200 pb</i>	<i>-60 pb</i>

Canadá

<i>R\$ milhões</i>	12M24	Escopo	Conversão de Moeda	Crescimento Orgânico	12M25	% Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl)	8.744,1	[4,5]		[117,4]	8.622,2	-1,4%	-1,3%
Receita líquida	9.993,9	[6,3]	188,4	83,6	10.259,5	2,7%	0,8%
Receita líquida/hl (R\$)	1.142,9	[0,1]	21,8	25,3	1.189,9	4,1%	2,2%
CPV	[4.269,2]	0,7	[79,4]	24,6	[4.323,3]	1,3%	-0,6%
CPV/hl (R\$)	[488,2]	[0,2]	[9,2]	[3,8]	[501,4]	2,7%	0,8%
CPV excl. deprec. & amort.	[3.971,2]	0,7	[74,1]	8,0	[4.036,6]	1,6%	-0,2%
CPV/hl excl. deprec. & amort. (R\$)	[454,2]	[0,1]	[8,6]	[5,3]	[468,2]	3,1%	1,2%
Lucro bruto	5.724,7	[5,6]	109,0	108,2	5.936,3	3,7%	1,9%
<i>% Margem bruta</i>	<i>57,3%</i>				<i>57,9%</i>	<i>60 pb</i>	<i>60 pb</i>
SG&A excl. deprec. & amort.	[3.331,7]	1,2	[61,3]	52,5	[3.339,3]	0,2%	-1,6%
SG&A deprec. & amort.	[274,5]		[5,4]	[15,9]	[295,8]	7,8%	5,8%
SG&A total	[3.606,2]	1,2	[66,7]	36,6	[3.635,1]	0,8%	-1,0%
Outras receitas/(despesas) operacionais	9,2		[0,1]	[16,1]	[7,1]	-177,4%	-175,9%
Lucro operacional ajustado	2.127,7	[4,4]	42,1	128,7	2.294,1	7,8%	6,1%
<i>% Margem de Lucro operacional ajustado</i>	<i>21,3%</i>				<i>22,4%</i>	<i>110 pb</i>	<i>110 pb</i>
EBITDA ajustado	2.700,2	[4,4]	52,8	127,9	2.876,5	6,5%	4,7%
<i>% Margem EBITDA ajustada</i>	<i>27,0%</i>				<i>28,0%</i>	<i>100 pb</i>	<i>100 pb</i>

ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO

Receita líquida (ROL): nossa receita líquida consolidada cresceu 4,0% em 2025, atingindo R\$ 88.242,5 milhões, impulsionada pelo crescimento da ROL/hl de 7,5% devido principalmente à nossa estratégia de gestão de receita aliada à contínua premiumização do nosso portfólio, a despeito de uma queda no volume de 3,3%.

Brasil

A receita líquida gerada por nossas operações de cerveja e bebidas não alcoólicas no Brasil cresceu 0,9% em 2025, atingindo R\$ 49.030,8 milhões.

Cerveja Brasil

Nossas operações de cerveja no Brasil incluem a produção e a comercialização de cerveja e do portfólio de *Beyond Beer*, o qual abrange outras categorias de bebidas alcoólicas que não cerveja.

A receita líquida proveniente da operação de cerveja no Brasil em 2025 se manteve constante 0,0%, acumulando R\$ 40.230,6 milhões, em razão do aumento da ROL/hl de 4,8%, compensada por uma redução de volume de 4,5%.

NAB Brasil

As operações de NAB no Brasil abrangem a produção e a comercialização de refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas e não carbonatadas.

A receita líquida gerada pela operação de NAB no Brasil em 2025 subiu 4,9%, atingindo R\$ 8.800,1 milhões, devido ao aumento da ROL/hl de 8,3%, parcialmente compensada por uma queda de volume de 3,1%.

CAC

A receita líquida das nossas operações na CAC caiu 0,1% em 2025, acumulando R\$ 10.963,9 milhões, em função do crescimento da ROL/hl em 1,7% combinada com uma redução de volume de 1,8%.

LAS

A receita líquida das nossas operações na LAS aumentou 15,6% em 2025, somando R\$ 17.988,3 milhões, em razão do aumento da ROL/hl de 16,7%, a despeito da redução do volume de 0,9%.

Canadá

A receita líquida das nossas operações no Canadá apresentou um crescimento de 0,8% em 2025, atingindo R\$ 10.259,5 milhões, tendo em vista o declínio do volume de 1,3%, mais que compensado por um aumento da ROL/hl de 2,2%.

Custo dos produtos vendidos (CPV): o custo dos produtos vendidos consolidado teve um crescimento de 4,7% em 2025, totalizando R\$ 42.864,1 milhões, com o custo dos produtos vendidos por hectolitro ("CPV/hl") aumentando 8,3%. Os principais fatores que contribuíram para tal crescimento foram pressões de preços de commodities e câmbio, parcialmente compensadas por iniciativas de produtividade e eficiência operacional em nossas operações industriais e logísticas.

Brasil

O custo dos produtos vendidos das nossas operações no Brasil em 2025 totalizou R\$ 24.254,9 milhões, representando um aumento de 1,9%.

Cerveja Brasil

O custo dos produtos vendidos da operação de cerveja no Brasil em 2025 aumentou 0,5%, chegando a R\$ 19.380,5 milhões, com o CPV/hl apresentando um aumento de 5,3%.

NAB Brasil

O custo dos produtos vendidos da operação de NAB no Brasil em 2025 aumentou 7,7%, somando R\$ 4.874,4 milhões, com o CPV/hl crescendo 11,1%.



CAC

O custo dos produtos vendidos das nossas operações na CAC caiu 0,4% em 2025, acumulando R\$ 5.022,2 milhões, com o CPV/hl subindo 1,5%.

LAS

O custo dos produtos vendidos das nossas operações na LAS apresentou um crescimento de 15,8% em 2025, totalizando R\$ 9.263,8 milhões, com o CPV/hl aumentando 16,8%.

Canadá

O custo dos produtos vendidos das nossas operações no Canadá caiu 0,6% em 2025, totalizando R\$ 4.323,3 milhões, com um CPV/hl crescendo 0,8%.

Despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A): as despesas com vendas, gerais e administrativas consolidadas totalizaram R\$ 25.139,9 milhões em 2025, crescendo 0,9%, impulsionadas principalmente por eficiências em nossos sistemas de distribuição e despesas administrativas.

Brasil

As despesas com vendas, gerais e administrativas das nossas operações no Brasil diminuíram 3,3% em 2025, somando R\$ 14.661,7 milhões.

Cerveja Brasil

As despesas com vendas, gerais e administrativas da operação de cerveja no Brasil diminuíram 3,3% em 2025, atingindo R\$ 12.427,4 milhões.

NAB Brasil

As despesas com vendas, gerais e administrativas da operação de NAB no Brasil caíram 3,3% em 2025, acumulando R\$ 2.234,4 milhões.

CAC

As despesas com vendas, gerais e administrativas das nossas operações na CAC diminuíram 5,7% em 2025, totalizando R\$ 2.070,2 milhões.

LAS

As despesas com vendas, gerais e administrativas das nossas operações na LAS aumentaram 16,4% em 2025, acumulando R\$ 4.772,9 milhões.

Canadá

As despesas com vendas, gerais e administrativas das nossas operações no Canadá apresentaram uma queda de 1,0% em 2025, totalizando R\$ 3.635,1 milhões.

Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas: o saldo líquido de outras receitas e despesas operacionais representou uma receita de R\$ 2.435,9 milhões, comparada à receita de R\$ 2.457,3 milhões registrada em 2024.

Outras receitas/(despesas) operacionais

R\$ milhões

	12M24	12M25
Subvenção governamental e ganhos financeiros por taxa subsidiada	1.764,8	1.864,9
Créditos/(débitos) extemporâneos de tributos	209,7	-
[Adições]/reversões de provisões	[69,3]	[222,2]
Ganho/(perda) na alienação de imobilizado, intangível e operações em associadas	121,3	85,2
Outras receitas/(despesas) operacionais	430,9	708,1
Total	2.457,3	2.435,9



Itens não usuais: os itens não usuais corresponderam principalmente a despesas de reestruturação relacionadas a melhorias organizacionais, iniciativas de redimensionamento e esforços de digitalização dentro do Grupo, bem como aos resultados da venda de subsidiária na CAC, conforme Nota 1 – *Informações Gerais* das nossas demonstrações financeiras consolidadas do período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Itens não usuais		
<i>R\$ milhões</i>	12M24	12M25
Reestruturação	[99,3]	[215,0]
Resultado na venda de subsidiária	-	862,0
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	[1,5]	[3,7]
Itens não usuais	(100,8)	643,3

Resultado financeiro: o resultado financeiro no ano foi uma despesa de R\$ 4.001,7 milhões, comparada a uma despesa de R\$ 2.318,2 milhões em 2024. O aumento da nossa despesa financeira em 2025 é explicado principalmente em virtude de perdas por variação cambial e despesas para aquisição de divisas na Bolívia.

Resultado financeiro líquido		
<i>R\$ milhões</i>	12M24	12M25
Receitas de juros	2.423,7	2.216,6
Despesas com juros	[2.065,8]	[2.071,2]
Ganhos/(perdas) com derivativos	[1.032,3]	[1.184,4]
Ganhos/(perdas) com instrumentos não-derivativos	38,9	[1.932,5]
Impostos sobre transações financeiras	[274,4]	[266,6]
Outras receitas/(despesas) financeiras líquidas	[956,7]	[657,4]
Hiperinflação Argentina	[451,7]	[106,2]
Resultado financeiro líquido	(2.318,2)	(4.001,7)

A dívida total da Companhia diminuiu de R\$ 3.452,7 milhões em dezembro de 2024 para R\$ 3.386,9 milhões em dezembro de 2025.

Detalhamento da dívida	31 de Dezembro de 2024			31 de Dezembro de 2025		
	<i>R\$ milhões</i>	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante
Moeda Local	932,3	1.567,1	2.499,4	885,5	1.548,3	2.433,9
Moeda Estrangeira	344,1	609,3	953,3	281,8	671,3	953,0
Dívida Consolidada	1.276,4	2.176,3	3.452,7	1.167,3	2.219,6	3.386,9
Caixa e Equivalentes de Caixa (líquido da conta garantida)			28.595,7			18.638,2
Aplicações Financeiras Correntes			1.242,0			1.681,7
Dívida/(caixa) líquida			(26.384,9)			(16.933,0)

O risco de crédito da Ambev como emissor de dívida em moeda nacional e estrangeira detém classificação de grau de investimento segundo a Standard & Poor's e a Moody's Ratings.

Imposto de renda e contribuição social: a alíquota efetiva em 2025 foi de 17,7%, contra a alíquota do ano anterior de 23,8%, em razão principalmente de efeitos *one-off* decorrentes da venda de subsidiária na CAC, reversão parcial de passivos tributários relacionados ao programa brasileiro de anistia fiscal de 2017 e o reconhecimento de determinados incentivos fiscais de imposto de renda, conforme Nota 9.2 – *Imposto de renda e contribuição social*.

Participações de empregados e administradores: em 2025, a participação nos lucros de empregados e administradores provisionada foi de R\$ 898,7 milhões. Esse valor faz parte da política de remuneração variável da Companhia, segundo a qual a maioria dos empregados e administradores tem uma parte significativa de sua remuneração sujeita ao cumprimento de metas de desempenho.

Participação dos não controladores: o resultado atribuído a participações de não controladores em nossas subsidiárias em 2025 acumulou R\$ 485,0 milhões, contra um resultado de R\$ 409,7 milhões em 2024.

Lucro líquido: o lucro líquido no ano foi de R\$ 15.988,4 milhões, um aumento de 7,7% comparado ao ano de 2024, enquanto, em uma base ajustada para itens não usuais, o lucro líquido ajustado foi de R\$ 15.115,1 milhões em 2025, um incremento de 1,6% comparado ao ano anterior. Tal resultado se deve principalmente ao crescimento do EBITDA ajustado e à menor despesa de imposto de renda no período.

Dividendos e ações: nosso estatuto social prevê dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 40% do nosso lucro líquido anual ajustado, incluindo as quantias pagas a título de juros sobre o capital próprio. Em 2025, foram declarados R\$ 17.401,3 milhões de juros sobre o capital próprio e dividendos.

Na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, foram negociados aproximadamente R\$ 94,3 bilhões em ações ordinárias da Companhia durante o ano de 2025. Neste período, o Índice Bovespa teve uma valorização de 34,1%, enquanto nossas ações terminaram o ano cotadas a R\$ 13,86, representando uma valorização de 28,1%⁴ no ano.

Reconciliação entre lucro líquido e EBITDA: o EBITDA ajustado e o lucro operacional ajustado são medidas utilizadas pela Administração da Companhia para medir seu desempenho. O EBITDA ajustado é calculado excluindo-se do lucro líquido do exercício os seguintes efeitos: (i) participação de não controladores; (ii) despesa com imposto de renda; (iii) participação nos resultados de coligadas e subsidiárias; (iv) resultado financeiro líquido; (v) itens não usuais; e (vi) despesas com depreciações e amortizações.

O EBITDA é calculado excluindo-se do EBITDA ajustado os seguintes efeitos: (i) itens não usuais; e (ii) participação nos resultados de coligadas.

O EBITDA ajustado e o lucro operacional ajustado não são medidas contábeis utilizadas nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em IFRS ou nos Estados Unidos da América (US GAAP), e não devem ser considerados como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na condição de indicador de liquidez. Nossas definições de EBITDA ajustado e Lucro operacional ajustado podem não ser comparáveis ao EBITDA ajustado e ao Lucro operacional ajustado conforme definido por outras empresas.

Reconciliação - Lucro líquido ao EBITDA

R\$ milhões	12M24	12M25
Lucro líquido - Ambev	14.437,2	15.503,4
Participação dos não controladores	409,7	485,0
Despesa com imposto de renda e contribuição social	4.640,4	3.433,2
Lucro antes de impostos	19.487,3	19.421,7
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	(3,9)	(105,8)
Resultado financeiro líquido	2.318,2	4.001,7
Itens não usuais	100,8	(643,3)
Lucro operacional ajustado	21.902,5	22.674,3
Depreciação & amortização - total	7.126,5	6.832,1

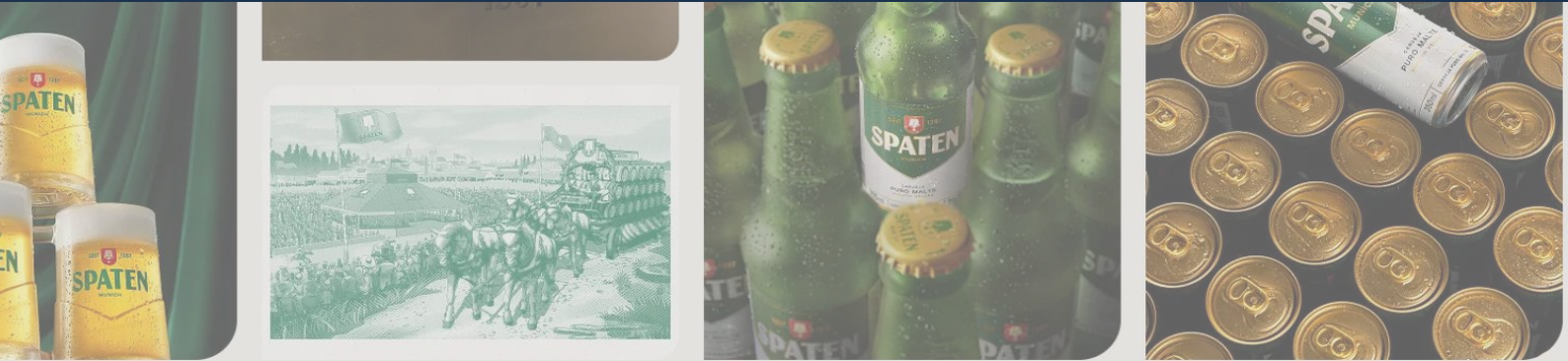
⁴ Dados por ação ajustados para refletir distribuições de dividendos, juros sobre o capital próprio, desdobramento ou agrupamento no período.



EBITDA ajustado	29.028,9	29.506,4
Itens não usuais	(100,8)	643,3
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	3,9	105,8
EBITDA	28.932,0	30.255,5

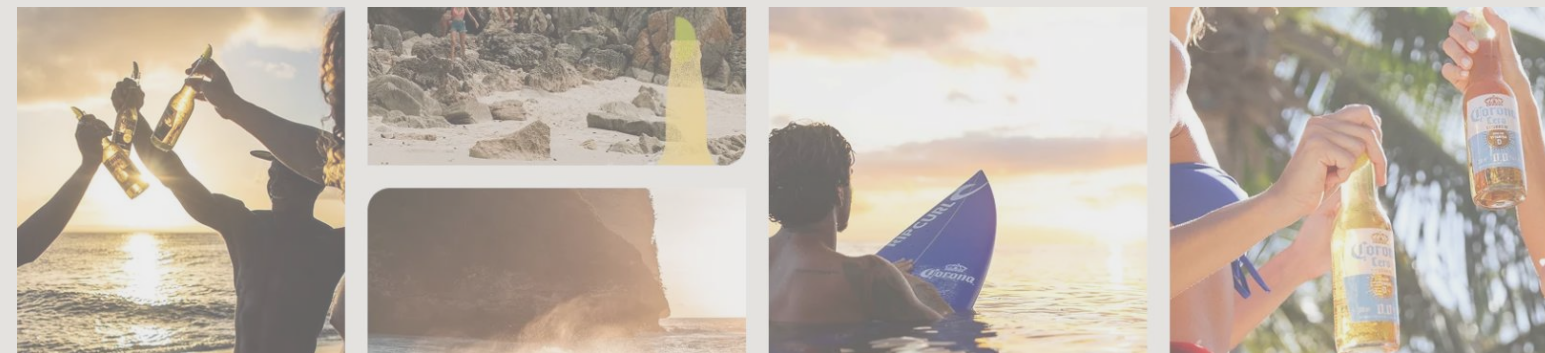
Distribuição do valor adicionado: quanto à distribuição do nosso valor adicionado em 2025, R\$ 7.575,0 referiram-se a pessoal; R\$ 41.774,8 referiram-se a impostos, taxas e contribuições; R\$ 7.577,0 referiram-se à remuneração de capitais de terceiros e R\$ 15.988,4 referiram-se à remuneração de capitais próprios.

Em atendimento ao artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Resolução CVM 80/22, o Presidente Executivo e o Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

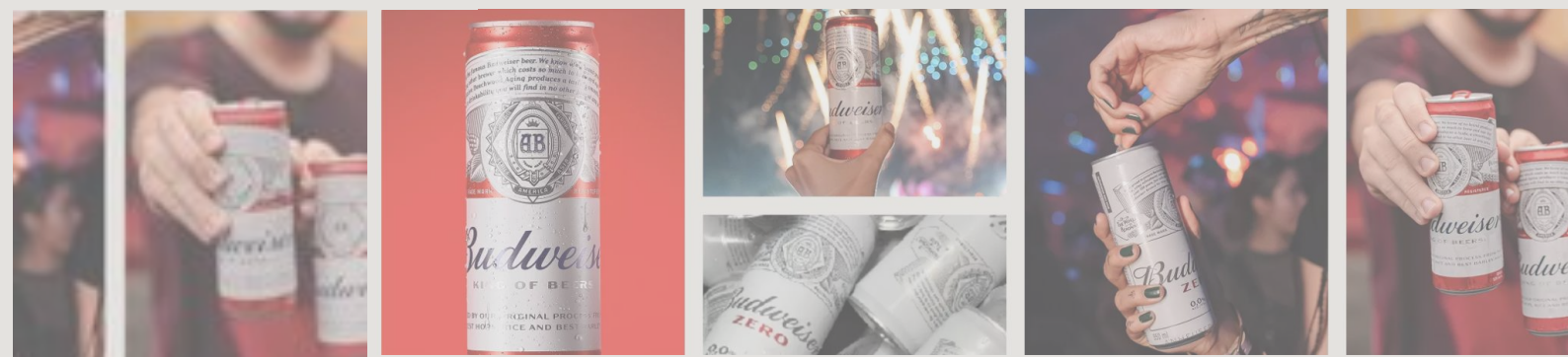


DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 DE DEZEMBRO DE 2025



ambev





ambev S.A | CNPJ: 07.526.557/0001-00
NIRE: 35300368941 | CVM: 23264

ambev



**BALANÇOS
PATRIMONIAIS**

**DEMONSTRAÇÕES DOS
RESULTADOS**

**DEMONSTRAÇÕES DOS
RESULTADOS
ABRANGENTES**

**DEMONSTRAÇÃO DAS
MUTAÇÕES DO
PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**DEMONSTRAÇÕES DOS
FLUXOS DE CAIXA**

**DEMONSTRAÇÕES DO
VALOR ADICIONADO**



NOTAS EXPLICATIVAS:

- 1 INFORMAÇÕES GERAIS
- 2 BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
- 3 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS
- 4 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS
- 5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS
- 6 CONTAS A RECEBER
- 7 ESTOQUES
- 8 TRIBUTOS A RECUPERAR
- 9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
- 10 INVESTIMENTOS
- 11 IMOBILIZADO
- 12 INTANGÍVEL
- 13 ÁGIO
- 14 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS NÃO-FINANCEIROS (*IMPAIRMENT*)
- 15 CONTAS A PAGAR
- 16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
- 17 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES
- 18 BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS
- 19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO
- 20 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO
- 21 RECEITA LÍQUIDA
- 22 OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS
- 23 INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA
- 24 ITENS NÃO USUAIS
- 25 RESULTADO FINANCEIRO
- 26 RESULTADO POR AÇÃO
- 27 FOLHA DE PAGAMENTO E BENEFÍCIOS RELACIONADOS
- 28 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES
- 29 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS
- 30 GARANTIAS, OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, ADIANTAMENTOS DE CLIENTES E OUTROS
- 31 PARTES RELACIONADAS
- 32 EVENTOS SUBSEQUENTES

**BALANÇOS PATRIMONIAIS****Em 31 de dezembro***(em milhares de reais)*

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	5.290.333	11.363.448	18.638.228	28.595.666
Aplicações financeiras	5.2	19.643	76.549	1.681.692	1.242.001
Contas a receber	6	3.808.880	3.649.681	6.351.608	6.269.863
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	769.212	1.218.561
Estoques	7	5.266.943	5.619.066	10.520.090	11.689.767
Tributos a recuperar	8	2.482.592	2.363.924	3.623.379	3.582.275
Outros ativos		1.323.979	865.829	1.911.942	1.557.651
		18.192.370	23.938.497	43.496.151	54.155.784
Ativos mantidos para a venda	1.3.3	-	-	379.445	-
Ativo circulante		18.192.370	23.938.497	43.875.596	54.155.784
Aplicações financeiras	5.2	69.860	70.499	123.256	184.454
Contas a receber	6	-	93.322	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	8.904	26
Tributos a recuperar	8	8.366.404	8.516.037	10.149.140	10.503.977
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	5.807.778	6.030.331	8.404.412	8.691.670
Outros ativos		1.503.168	1.136.034	1.784.707	1.462.588
Benefícios a funcionários	18	1.235	1.287	29.936	70.483
Realizável a longo prazo		15.748.445	15.847.510	20.500.355	20.913.198
Investimentos	10	96.948.120	105.071.657	485.792	395.393
Imobilizado	11	14.179.041	14.180.509	27.644.317	30.170.194
Intangível	12	2.351.043	2.592.052	11.042.703	12.530.712
Ágio	13	281.858	281.858	41.538.388	44.342.668
Ativo não circulante		129.508.507	137.973.586	101.211.555	108.352.165
Total do ativo		147.700.877	161.912.083	145.087.151	162.507.949

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



ambev S.A | CNPJ: 07.526.557/0001-00
NIRE: 35300368941 | CVM: 23264

BALANÇOS PATRIMONIAIS (CONTINUAÇÃO)

Em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Contas a pagar	15	16.683.555	18.516.323	23.742.835	25.223.522
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	925.127	204.721
Empréstimos e financiamentos	16	677.303	695.986	1.167.325	1.276.391
Salários e encargos		1.168.378	1.375.102	2.200.729	2.779.753
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		4.488.567	7.407.814	4.927.786	8.487.242
Imposto de renda e contribuição social a recolher		142.911	74.426	1.437.314	1.941.540
Impostos, taxas e contribuições a recolher		3.890.007	3.401.056	6.003.145	5.648.399
Outros passivos, incluindo obrigações relacionadas à aquisição de participação minoritária		3.357.097	1.609.089	4.623.681	3.386.235
Provisões	17.1	510.481	367.462	571.365	440.911
Passivo circulante		30.918.299	33.447.258	45.599.307	49.388.714
Contas a pagar	15	25.787.200	25.713.418	312.959	327.706
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	274	6.720
Empréstimos e financiamentos	16	1.086.896	1.128.080	2.219.599	2.176.337
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-	-	3.912.270	5.007.711
Imposto de renda e contribuição social a recolher		227.153	258.175	713.614	1.372.387
Impostos, taxas e contribuições a recolher		632.130	579.686	659.665	597.449
Outros passivos, incluindo obrigações relacionadas à aquisição de participação minoritária		89.327	1.298.933	4.307	1.142.775
Provisões	17.1	698.341	531.484	877.690	670.904
Benefícios a funcionários	18	347.492	312.910	2.012.685	2.236.732
Passivo não circulante		28.868.539	29.822.686	10.713.063	13.538.721
Total do passivo		59.786.838	63.269.944	56.312.370	62.927.435
Patrimônio líquido	19				
Capital social		58.275.079	58.226.036	58.275.079	58.226.036
Reservas		108.003.463	108.973.429	108.003.463	108.973.429
Ajustes de avaliação patrimonial		[78.364.503]	[68.557.326]	[78.364.503]	[68.557.326]
Patrimônio líquido de controladores		87.914.039	98.642.139	87.914.039	98.642.139
Participação de não controladores		-	-	860.742	938.375
Total do patrimônio líquido		87.914.039	98.642.139	88.774.781	99.580.514
Total do passivo e patrimônio líquido		147.700.877	161.912.083	145.087.151	162.507.949

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS****Exercícios findos em 31 de dezembro***[em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma]*

	Nota	Controladora	
		2025	2024
Receita líquida	21	45.252.105	44.613.024
Custo dos produtos vendidos	23	[26.134.646]	[26.327.011]
Lucro bruto		19.117.459	18.286.013
Despesas logísticas		[4.191.173]	[4.508.256]
Despesas comerciais		[4.124.534]	[4.194.061]
Despesas administrativas		[3.549.274]	[3.564.713]
Outras receitas/(despesas) operacionais	22	2.600.572	2.843.466
Participação nos resultados de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto	10	9.984.600	9.562.027
Itens não usuais	24	[31.063]	[11.440]
Lucro operacional		19.806.587	18.413.036
Receitas financeiras	25	987.256	932.241
Despesas financeiras	25	[4.841.552]	[3.956.882]
Outros resultados financeiros, líquidos	25	[156.456]	[159.467]
Resultado financeiro, líquido		[4.010.752]	[3.184.108]
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		15.795.835	15.228.928
Imposto de renda e contribuição social	9	[292.435]	[791.690]
Lucro líquido do exercício		15.503.400	14.437.238
Lucro por ação ordinária (básico) – R\$	26	0,9927	0,9176
Lucro por ação ordinária (diluído) – R\$	26	0,9885	0,9129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (CONTINUAÇÃO)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado	
		2025	2024
Receita líquida	21	88.242.467	89.452.669
Custo dos produtos vendidos	23	[42.864.127]	[43.615.080]
Lucro bruto		45.378.340	45.837.589
Despesas logísticas		[10.928.913]	[11.557.161]
Despesas comerciais		[8.348.075]	[8.634.163]
Despesas administrativas		[5.862.917]	[6.201.074]
Outras receitas/(despesas) operacionais	22	2.435.897	2.457.262
Itens não usuais	24	643.269	[100.795]
Lucro operacional		23.317.601	21.801.658
Receitas financeiras	25	2.216.616	2.423.704
Despesas financeiras	25	[4.410.689]	[4.028.336]
Outros resultados financeiros, líquidos	25	[1.807.655]	[713.617]
Resultado financeiro, líquido		[4.001.728]	[2.318.249]
Participação nos resultados de coligadas e empreendimentos controlados em conjunto		105.785	3.918
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		19.421.658	19.487.327
Imposto de renda e contribuição social	9	[3.433.225]	[4.640.375]
Lucro líquido do exercício		15.988.433	14.846.952
Atribuído à:			
Participação dos controladores		15.503.400	14.437.238
Participação dos não controladores		485.033	409.714
Lucro por ação ordinária (básico) – R\$	26	0,9927	0,9176
Lucro por ação ordinária (diluído) – R\$	26	0,9885	0,9129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	15.503.400	14.437.238	15.988.433	14.846.952
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado:				
Ganhos e (perdas) na conversão de operações no exterior				
Hedge de investimento - obrigações relacionadas à aquisição de participação minoritária	103.993	(142.117)	103.993	(142.117)
Ganhos e (perdas) na conversão de demais operações no exterior	(8.939.276)	8.336.780	(9.056.000)	8.505.868
Total dos ganhos e (perdas) na conversão de operações no exterior	(8.835.283)	8.194.663	(8.952.007)	8.363.751
Hedge de fluxo de caixa – ganhos e (perdas)				
Reconhecido no patrimônio líquido (Reserva de hedge)	(416.589)	1.315.529	(412.247)	1.315.578
Excluído do patrimônio líquido (Reserva de hedge) e incluído no resultado	(481.654)	(763.894)	(482.811)	(764.385)
Total hedge de fluxo de caixa	(898.243)	551.635	(895.058)	551.193
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Reconhecimento de ganhos/(perdas) atuariais	(403)	76.888	(462)	76.989
Outros resultados abrangentes	(9.733.929)	8.823.186	(9.847.527)	8.991.933
Resultado abrangente do exercício	5.769.471	23.260.424	6.140.906	23.838.885
Atribuído à:				
Participação dos controladores	5.769.471	23.260.424	5.769.471	23.260.424
Participação de não controladores	-	-	371.435	578.461

As demonstrações dos resultados abrangentes estão apresentadas líquidas dos tributos sobre a renda. Os efeitos tributários encontram-se divulgados na nota 9 - *Imposto de renda e contribuição social*.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

	Nota	Atribuído à participação dos controladores					Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial			
Saldo em 01 de janeiro de 2024		58.177.929	55.479.564	43.189.840	-	(77.878.043)	78.969.290	1.174.512	80.143.802
Lucro líquido do exercício		-	-	-	14.437.238	-	14.437.238	409.714	14.846.952
<i>Resultado Abrangente:</i>									
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	19.5	-	-	-	-	8.194.663	8.194.663	169.088	8.363.751
Hedge de fluxo de caixa	19.5	-	-	-	-	551.635	551.635	(442)	551.193
Ganhos/(perdas) atuariais	19.5	-	-	-	-	76.888	76.888	101	76.989
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	14.437.238	8.823.186	23.260.424	578.461	23.838.885
Aumento de capital	19.1	48.107	-	-	-	-	48.107	-	48.107
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)		-	-	-	6.481.320	-	6.481.320	12.612	6.493.932
Ganhos/(perdas) de participação	19.2 e 19.5	-	1.958	-	-	526.630	528.588	(520.584)	8.004
Imposto sobre dividendos fictos		-	-	-	-	(17.276)	(17.276)		(17.276)
Dividendos declarados	19.3 e 19.3.4	-	-	-	(6.653.203)	-	(6.653.203)	(307.991)	(6.961.194)
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	(3.852.185)	-	(3.852.185)	-	(3.852.185)
Recompra de ações, resultado de ações em tesouraria e pagamentos baseados em ações	19.2	-	(145.112)	-	-	-	(145.112)	1.365	(143.747)
Dividendos prescritos/(complemento)		-	-	-	22.186	-	22.186	-	22.186
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	19.5	-	-	-	11.823	(11.823)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	19.3	-	-	108.125	(108.125)	-	-	-	-
Reserva de investimentos	19.3	-	-	10.339.054	(10.339.054)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		58.226.036	55.336.410	53.637.019	-	(68.557.326)	98.642.139	938.375	99.580.514

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTINUAÇÃO)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

	Nota	Atribuído à participação dos controladores					Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial			
Saldo em 01 de janeiro de 2025		58.226.036	55.336.410	53.637.019	-	(68.557.326)	98.642.139	938.375	99.580.514
Lucro líquido do exercício		-	-	-	15.503.400	-	15.503.400	485.033	15.988.433
<i>Resultado Abrangente:</i>									
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	19.5	-	-	-	-	(8.835.283)	(8.835.283)	(116.724)	(8.952.007)
Hedge de fluxo de caixa	19.5	-	-	-	-	(898.243)	(898.243)	3.185	(895.058)
Ganhos/(perdas) atuariais	19.5	-	-	-	-	(403)	(403)	(59)	(462)
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	15.503.400	(9.733.929)	5.769.471	371.435	6.140.906
Aumento/(redução) de capital	19.1	49.043	-	-	-	-	49.043	(88.570)	(39.527)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)		-	-	-	2.377.265	-	2.377.265	(2.194)	2.375.071
Ganhos/(perdas) de participação	19.5	-	-	-	-	11.725	11.725	(1.683)	10.042
Imposto sobre dividendos fictos	19.5	-	-	-	-	(61.663)	(61.663)	-	(61.663)
Dividendos declarados	19.3 e 19.3.4	-	-	(2.297.172)	(10.903.280)	-	(13.200.452)	(314.042)	(13.514.494)
Juros sobre o capital próprio		-	-	(4.200.815)	-	-	(4.200.815)	-	(4.200.815)
Recompra de ações, resultado de ações em tesouraria e pagamentos baseados em ações	19.2	-	(1.555.025)	-	-	-	(1.555.025)	2.083	(1.552.942)
Dividendos prescritos/(complemento)		-	-	-	82.351	-	82.351	-	82.351
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	19.5	-	-	-	11.823	(11.823)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	19.3	-	-	228.203	(228.203)	-	-	-	-
Reserva de investimentos	19.3	-	-	6.854.843	(6.854.843)	-	-	-	-
Efeito referente à venda de subsidiária	1.3.3	-	-	-	11.487	(11.487)	-	(44.662)	(44.662)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		58.275.079	53.781.385	54.222.078	-	(78.364.503)	87.914.039	860.742	88.774.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício		15.503.400	14.437.238	15.988.433	14.846.952
Ajustes por:					
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>		3.828.124	3.869.429	6.832.085	7.126.444
<i>Impairment</i> nas contas a receber, nos estoques e nas demais contas a receber		101.708	152.239	257.856	379.114
Aumento/(redução) nas provisões e benefícios a funcionários		377.899	208.455	521.168	348.049
Resultado financeiro líquido	25	4.010.752	3.184.108	4.001.728	2.318.249
Perda/(ganho) na venda de imobilizado e intangíveis		(124.097)	(113.498)	(85.175)	(121.294)
Perda/(ganho) na venda de operações em subsidiárias	1.3.3	-	-	(861.980)	-
Despesa com pagamentos baseados em ações		333.585	287.942	454.232	400.911
Imposto de renda e contribuição social	9	292.435	791.690	3.433.225	4.640.375
Participação nos resultados de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto		(9.984.600)	(9.562.027)	(105.785)	(3.918)
Operações de <i>hedge</i>	29.2	-	-	(689.021)	(967.160)
Fluxo de caixa das atividades operacionais antes do capital de giro		14.339.206	13.255.576	29.746.766	28.967.722
(Aumento)/redução no contas a receber e demais contas a receber		(690.659)	(666.632)	(312.886)	220.441
(Aumento)/redução nos estoques		275.841	(629.825)	(30.898)	(1.702.554)
Aumento/(redução) no contas a pagar e demais contas a pagar		(1.331.552)	444.635	(1.272.226)	1.317.184
Geração de caixa das atividades operacionais		12.592.836	12.403.754	28.130.756	28.802.793
Juros pagos		(2.757.723)	(2.215.066)	(886.883)	(742.058)
Juros recebidos		386.619	481.555	1.355.494	1.629.594
Dividendos recebidos		9.117.208	3.076.971	38.831	26.574
Imposto de renda e contribuição social pagos		(42.951)	(162.466)	(4.187.915)	(3.617.868)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		19.295.989	13.584.748	24.450.283	26.099.035
Proventos da venda de imobilizado e intangíveis		127.726	122.844	167.282	170.596
Aquisição de imobilizado e intangíveis		(2.972.225)	(2.781.027)	(4.590.474)	(4.749.101)
Venda/(aquisição) de subsidiárias, líquido de caixa adquirido		-	-	(91.644)	10.266
Aporte de capital em coligadas e controladas		(230.394)	(125.422)	-	-
(Aplicação financeira)/proventos líquidos de títulos de dívida		56.011	9.578	(441.477)	(888.646)
Proventos/(aquisição) de outros ativos, líquidos		-	-	6.153	(6.603)
Provento na venda de participação de investimento/redução de capital em controlada		898.823	-	-	-
Recebimento de empréstimos e mútuos concedidos		93.322	-	-	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(2.026.737)	(2.774.027)	(4.950.160)	(5.463.488)
Aumento de capital		23.685	17.486	(64.885)	17.486
Aumento/(redução) de capital em não controladores		-	-	-	(1.338)
Proventos/(recompra) de ações		(1.858.638)	(464.747)	(1.860.765)	(467.624)
Aquisição de participação de não controladores		-	(1.716.952)	(23)	(1.716.965)
Proventos de empréstimos e mútuos		2.451.068	4.103.655	51.069	489.124
Liquidação de empréstimos e mútuos		(2.782.987)	(172.813)	(177.487)	(604.731)
Caixa líquido de custos financeiros, exceto juros		(366.874)	(530.994)	(3.103.635)	(2.680.881)
Pagamento de passivos de arrendamento	16.1	(581.498)	(713.149)	(1.152.316)	(1.330.676)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(20.239.792)	(3.811.129)	(20.463.505)	(4.056.383)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		(23.355.036)	(3.288.643)	(26.771.547)	(10.351.988)
Aumento/(redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		(6.085.784)	7.522.078	(7.271.424)	10.283.559
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		11.363.448	3.746.874	28.595.666	16.059.003
Efeito de variação cambial em caixa e equivalente de caixa		12.669	94.496	(2.686.014)	2.253.104
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		5.290.333	11.363.448	18.638.228	28.595.666

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
1 Receitas	79.336.287	78.879.995	133.704.912	133.873.409
Receita de contrato com clientes	78.452.131	77.598.735	132.314.506	133.164.849
Outras receitas/(despesas) líquidas	917.105	1.350.928	1.453.165	841.280
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(32.949)	(69.668)	(62.759)	(132.720)
2 Insumos adquiridos de terceiros	(34.574.121)	(36.887.166)	(56.761.704)	(60.182.112)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(28.468.945)	(29.934.309)	(42.520.741)	(44.273.003)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.906.196)	(6.735.840)	(13.805.746)	(15.528.242)
Perda de valores ativos	(198.980)	(217.017)	(435.217)	(380.867)
3 Valor adicionado bruto (1-2)	44.762.166	41.992.829	76.943.208	73.691.297
4 Retenções	(3.629.144)	(3.652.412)	(6.396.868)	(6.745.577)
Depreciação e amortização	(3.629.144)	(3.652.412)	(6.396.868)	(6.745.577)
5 Valor adicionado líquido produzido (3-4)	41.133.022	38.340.417	70.546.340	66.945.720
6 Valor adicionado recebido em transferência	11.008.469	10.584.254	2.368.807	2.523.210
Participação nos resultados de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto	9.984.600	9.562.027	105.785	3.918
Receitas financeiras	987.256	932.241	2.216.616	2.423.704
Outros	36.613	89.986	46.406	95.588
7 Valor adicionado total a distribuir (5+6)	52.141.491	48.924.671	72.915.147	69.468.930
8 Distribuição do valor adicionado (9+10+11+12)	52.141.491	48.924.671	72.915.147	69.468.930
9 Pessoal	3.329.469	3.357.651	7.574.963	7.615.343
Remuneração direta	2.656.577	2.729.301	6.759.052	6.853.766
Benefícios	317.228	276.342	383.490	331.064
Fundo de garantia por tempo de serviço	181.042	165.998	214.092	198.013
Outros	174.622	186.010	218.329	232.500
10 Impostos, taxas e contribuições	27.976.910	26.813.111	41.774.771	41.206.613
Federais	7.445.334	6.994.993	16.515.263	16.946.345
Estaduais	20.490.736	19.784.724	25.207.249	24.214.615
Municipais	40.840	33.394	52.259	45.653
11 Remuneração de capitais de terceiros	5.331.712	4.316.671	7.576.980	5.800.022
Despesas financeiras, exceto imposto sobre transações financeiras	4.718.868	3.899.490	4.144.123	3.753.946
Outros resultados financeiros, líquidos	156.456	159.323	1.807.655	713.617
Royalties, aluguéis e outros	456.388	257.858	1.625.202	1.332.459
12 Remuneração de capitais próprios	15.503.400	14.437.238	15.988.433	14.846.952
Juros sobre o capital próprio	-	3.852.185	-	3.852.185
Dividendos	10.903.280	6.653.203	10.903.280	6.653.203
Lucros retidos	4.600.120	3.931.850	4.600.120	3.931.850
Participação de não controladores	-	-	485.033	409.714

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Objeto social

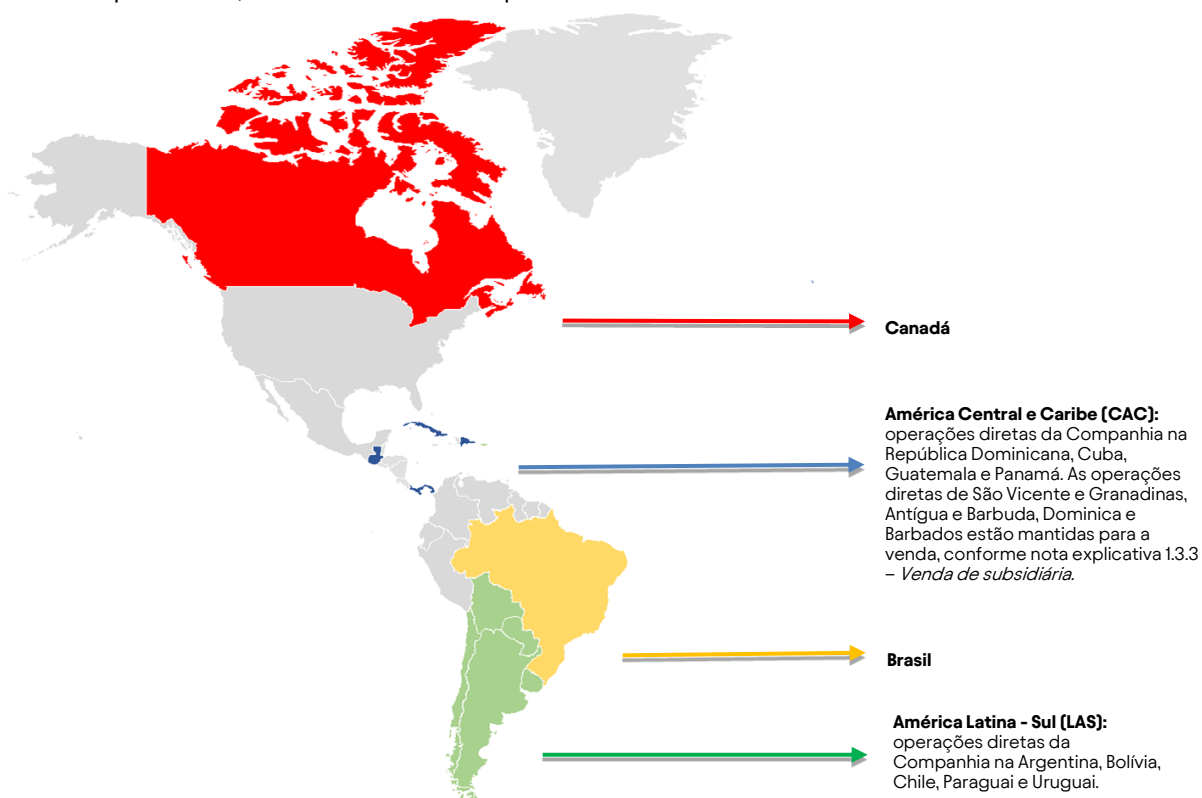
A Ambev S.A. [referida como “Companhia”, “Ambev” ou “Controladora”], em conjunto com suas controladas [“Grupo” ou “Consolidado”], com sede em São Paulo - SP, tem por objeto social, diretamente ou por meio da participação em outras sociedades, produzir e comercializar cervejas, chopes, refrigerantes, outras bebidas, malte e alimentos em geral, além da publicidade de seus produtos e de terceiros, o comércio de materiais de promoção e propaganda e a exploração, direta ou indireta, de bares, restaurantes, lanchonetes e similares, entre outros.

As principais marcas próprias do Grupo são Brahma®, Skol®, Antarctica®, Original®, Quilmes®, Andes Origen®, Patricia®, Paceña®, Huari®, Pilsen®, Presidente®, Balboa®, Guaraná Antarctica® e Beats®, entre outras. As principais marcas licenciadas pela Anheuser-Busch Inbev N.V. [“AB InBev”] para o Grupo são Budweiser®, Corona®, Spaten®, Stella Artois®, Beck’s®, Modelo®, Bud Light®, Busch® e Michelob Ultra®, entre outras. Além disso, a Companhia é uma das maiores engarrafadoras independentes da PepsiCo no mundo. O Grupo produz, vende e distribui no Brasil e em outros países da América Latina produtos como Pepsi®, H2OH!®, Lipton Ice Tea® e o isotônico Gatorade® sob licença da PepsiCo. O Grupo também possui acordos com a Red Bull® e outras empresas para distribuição de seu portfólio em alguns canais de vendas e regiões específicas no Brasil e outros mercados.

A Companhia tem suas ações e ADRs [American Depositary Receipts] negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão [“B3”], sob o código “ABEV3”, e na Bolsa de Valores de Nova Iorque [New York Stock Exchange - NYSE], sob o código “ABEV”, respectivamente. Os acionistas controladores diretos da Companhia são a Interbrew International GmbH [“ITW International”] e a AmBrew S.à.r.l. [“Ambrew”], ambas subsidiárias da AB InBev.

1.2 Principais países de operação

A Companhia opera seus negócios através de quatro zonas geográficas identificadas como segmentos reportáveis, conforme abaixo representado:





1.3 Principais eventos ocorridos em 2025

1.3.1 Distribuição de dividendos

Em reunião realizada no dia 25 de fevereiro de 2025 o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos à razão de R\$0,1276 por ação da Companhia, com base nos saldos disponíveis no balanço extraordinário levantado em 31 de janeiro de 2025, dos quais o montante correspondente ao lucro apurado no período de 1º de janeiro a 31 de janeiro de 2025 foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2025 e o restante foi imputado à reserva de investimentos constituída em exercícios anteriores, sem retenção de imposto de renda na fonte, na forma da legislação em vigor. O referido pagamento foi efetuado em 04 de abril de 2025.

Em reunião realizada no dia 07 de maio de 2025 o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos à razão de R\$0,1280 por ação da Companhia, com base nos saldos disponíveis no balanço extraordinário levantado em 31 de março de 2025, dos quais o montante correspondente ao lucro apurado no período de 1º de janeiro a 31 de março de 2025 foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2025, sem retenção de imposto de renda na fonte, na forma da legislação em vigor. O referido pagamento foi efetuado em 07 de julho de 2025.

Em reunião realizada no dia 30 de julho de 2025 o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos à razão de R\$0,1283 por ação da Companhia, com base nos saldos disponíveis no balanço extraordinário levantado em 30 de junho de 2025, dos quais o montante correspondente ao lucro apurado no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2025 foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2025, sem retenção de imposto de renda na fonte, na forma da legislação em vigor. O referido pagamento foi efetuado em 06 de outubro de 2025.

Em reunião realizada no dia 09 de dezembro de 2025 o Conselho de Administração aprovou:

[1] - A distribuição de dividendos à razão de R\$0,4612 por ação da Companhia, com base nos saldos disponíveis no balanço extraordinário levantado em 30 de novembro de 2025 (cujo levantamento foi aprovado pelo Conselho de Administração também em reunião realizada em 09 de dezembro de 2025). O valor de R\$0,3459 por ação da Companhia foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2025 e distribuído com base no lucro do exercício e o valor de R\$0,1153 por ação da Companhia foi pago a título de dividendos adicionais e distribuído com base na reserva de lucros. Referido pagamento foi efetuado em 30 de dezembro de 2025 e ocorreu sem retenção de imposto de renda na fonte, na forma da legislação em vigor. Referido pagamento foi realizado com base na posição acionária de 18 de dezembro de 2025 no que se refere à B3, e 22 de dezembro de 2025 no que se refere à NYSE, sem incidência de correção monetária. As ações e os ADRs passaram a ser negociados ex-dividendos a partir de 19 de dezembro de 2025 (inclusive).

[2] - A distribuição de juros sobre capital próprio ("JCP"), com base na reserva de lucros, conforme apurado no balanço extraordinário levantado em 30 de novembro de 2025 (cujo levantamento foi aprovado pelo Conselho de Administração também em reunião realizada em 09 de dezembro de 2025), corresponde ao valor bruto de R\$0,2690 por ação da Companhia. Considerando o atingimento do valor mínimo obrigatório previsto no item [1] acima, o valor do JCP não foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2025. A distribuição será tributada na forma da legislação em vigor, o que resultará em uma distribuição líquida de R\$0,2286 por ação da Companhia. Referido pagamento será efetuado até 31 de dezembro de 2026, com base na posição acionária de 18 de dezembro de 2025 no que se refere à B3, e 22 de dezembro de 2025 no que se refere à NYSE, sem incidência de correção monetária. As ações e os ADRs passaram a ser negociados ex-JCP a partir de 19 de dezembro de 2025 (inclusive).



1.3.2 Programa de recompra de ações

Em outubro de 2024, o Conselho de Administração aprovou um programa de recompra de ações de emissão da própria Companhia até o limite de 155.159.038 ações ordinárias, cujo principal objetivo era o cancelamento das referidas ações, sendo que as eventuais ações remanescentes poderiam ser mantidas em tesouraria, alienadas e/ou entregues no âmbito dos planos de pagamento baseado em ações da Companhia. A recompra foi finalizada em 25 de junho de 2025, com a aquisição da totalidade das ações previstas no programa, com um custo de R\$1.930.815.421. A operação foi realizada por meio da Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A e UBS Brasil CCTVM S.A.

Em outubro de 2025, o Conselho de Administração aprovou, um novo programa de recompra de ações de emissão da própria Companhia até o limite de 208.000.000 (duzentos e oito milhões) de ações ordinárias, cujo principal objetivo é o cancelamento das referidas ações, sendo que as eventuais ações remanescentes poderão ser mantidas em tesouraria, alienadas e/ou entregues no âmbito dos planos de pagamento baseado em ações da Companhia. O programa se encerrará até 29 de abril de 2027, conforme detalhado, juntamente com as demais informações a seu respeito, no Comunicado sobre Negociação de Ações de Própria Emissão, elaborado nos termos do Anexo G da Resolução CVM nº 80/2022 e divulgado na data da aprovação, quando a Companhia detinha 4.253.039.958 ações em circulação (data base 30 de setembro de 2025).

1.3.3 Venda de subsidiária

A subsidiária da Companhia, a Cervecería Nacional Dominicana S.A. ["CND"], e a Koscab Holdings Limited ["Koscab"] celebraram, em 26 de dezembro de 2024, um Acordo de Compra de Ações ["Acordo"] através do qual a CND se comprometeu a transferir a totalidade das ações que possui na *holding* SLU Beverages LTD. ["SLU"] para a Koscab. A SLU é acionista majoritária da Banks Holdings Limited, Saint Vincent Brewery Limited, Antigua Brewery Limited e Dominica Brewery & Beverages Limited, que integram o segmento reportável CAC.

A transferência da participação integral se dará em contrapartida ao pagamento do montante mínimo estimado em US\$186 milhões, correspondente a R\$1.023 milhões, diferido em até cinco tranches até 2028. A conclusão das duas primeiras tranches ocorreu em 31 de julho de 2025 e, com isso, a CND transferiu à Koscab 61,83% da participação que detinha na SLU, pelo preço de US\$115 milhões, correspondente a R\$633 milhões. Com tal conclusão, o Grupo reconheceu a perda de controle sobre a SLU, passando a cessar sua consolidação nas demonstrações contábeis no período findo em 30 de setembro de 2025. A parcela remanescente do investimento foi mantida na rubrica de ativo mantido para venda, em conformidade com o IFRS 5/CPC 31 - *Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada*.

Em 31 de dezembro de 2025 o ganho referente a transação perfaz o valor de R\$862 milhões, o qual foi registrado na rubrica de itens não usuais. O ganho apurado inclui a reclassificação integral do montante acumulado de variações cambiais relacionadas à SLU, até então reconhecido em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, para o resultado do exercício, em linha com o IAS 21/CPC 02 - *Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis*.



2 BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025 foram preparadas utilizando-se a base contábil de continuidade operacional e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), bem como as normas contábeis internacionais ["*IFRS® Accounting Standards*"] emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB®"), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS® Interpretations Committee* ("IFRIC®"), vigentes em 31 de dezembro de 2025. Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, e somente elas, que estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração no desempenho de suas funções.

O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável.

Na preparação das demonstrações contábeis anuais individuais e consolidadas, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e julgamentos relevantes estão divulgados na nota explicativa 4 - *Uso de estimativas e julgamentos*.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de fevereiro de 2026.

2.1 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia é o Real brasileiro, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. Para fins de apresentação, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais ("R\$"), exceto quando mencionado de outra forma, e os saldos são arredondados para o milhar mais próximo indicado.

As transações em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira e evidenciados pelo valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data de apuração do valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

Os ativos e passivos de controladas localizadas no exterior são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial, enquanto os saldos das demonstrações do resultado e fluxos de caixa são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício e os saldos das mutações do patrimônio líquido pelas taxas de câmbio históricas das respectivas transações. Os ajustes de conversão, compreendidos pela diferença entre as taxas de câmbio média e histórica, são registrados diretamente no resultado abrangente.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidos no resultado abrangente.



Mesmo quando contabilizados na entidade adquirente, o ágio e os ajustes de valor justo decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial.

2.1.1 Taxas de câmbio

As principais taxas de câmbio utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia são:

Moeda	Denominação	País	Taxa final		Taxa média	
			2025	2024	2025	2024
ARS	Peso	Argentina	0,0038	0,0060	0,0045	0,0057
BBD	Dólar de Barbados	Barbados	2,7125	3,0525	2,7618	2,6440
BOB	Boliviano	Bolívia	0,7906	0,8897	0,8050	0,7706
CAD	Dólar canadense	Canadá	4,0187	4,3037	4,0027	3,9293
CLP	Peso chileno	Chile	0,0061	0,0062	0,0059	0,0057
GTQ	Quetzal	Guatemala	0,7185	0,8051	0,7293	0,6917
USD	Dólar americano	Panamá e Cuba	5,5024	6,1923	5,6025	5,3635
PYG	Guarani	Paraguai	0,0008	0,0008	0,0007	0,0007
DOP	Peso dominicano	República Dominicana	0,0869	0,1010	0,0905	0,0902
UYU	Peso uruguaio	Uruguai	0,1409	0,1405	0,1373	0,1327

2.2 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas normas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, sendo assim apresentada de forma suplementar para fins de IFRS®. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - *Demonstração do Valor Adicionado*.

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis adotadas pela Companhia são consistentes em todos os exercícios apresentados. Nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025 não ocorreram mudanças significativas nestas práticas, e tampouco nos métodos de cálculos utilizados em relação àqueles apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Para melhor compreensão, as principais práticas contábeis materiais adotadas pela Companhia e aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis foram incluídas nas respectivas notas explicativas, exceto pelas práticas abaixo descritas, as quais podem permear mais de um assunto das demonstrações contábeis e, portanto, foram sumarizadas nesta nota explicativa.



3.1 Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente

As alterações de normas e novas normas que passaram a vigorar em 2025, bem como as novas normas com vigência a partir de 2026, não são aplicáveis à Companhia ou não tiveram impacto material nas presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme listado abaixo:

Normativo	Destaques
IAS 21/CPC 02 (R2) - <i>Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis</i>	As modificações implementadas preveem a aplicação de abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser convertida por outra moeda, além de novas orientações quanto à mensuração e divulgação em contextos nos quais a moeda não seja considerada conversível.
IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	As alterações esclarecem os critérios para a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, com foco na avaliação das características contratuais dos fluxos de caixa e no modelo de negócios da entidade. Adicionalmente, introduzem aprimoramentos nos requisitos de divulgação, visando aumentar a transparência sobre julgamentos relevantes, riscos financeiros e impactos decorrentes da classificação e mensuração dos instrumentos financeiros.
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Orientações para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização a serem observadas pelas entidades na originação e aquisição, para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como para dispor sobre os passivos associados.

A seguir, está detalhada a principal alteração em norma contábil que, na avaliação da Administração, causará impacto em divulgações de períodos subsequentes da Companhia. Além desta, a Companhia não prevê que existam outras normas ou alterações de normas IFRS® ou interpretações IFRIC® que ainda não entraram em vigor e que poderiam ter impacto material sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo. A Companhia também não adotou antecipadamente nenhuma norma.

3.1.1 IFRS 18/CPC 51 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18/CPC 51 *Presentation and Disclosures in Financial Statements*, que substitui o CPC 26/ IAS 1 e introduz novos requisitos destinados a melhorar a comparabilidade das divulgações de desempenho financeiro e a aumentar a transparência das informações fornecidas aos usuários. A IFRS 18/CPC 51 é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. A norma deve ser aplicada de forma retrospectiva.

Embora a IFRS 18/CPC 51 não altere o reconhecimento ou a mensuração de ativos, passivos, receitas ou despesas, espera-se que tenha impacto significativo sobre a apresentação das demonstrações financeiras primárias e sobre as divulgações relacionadas. A IFRS 18/CPC 51 introduz novos requisitos para:

- apresentar categorias específicas, com a introdução de novas categorias operacionais, de investimento e de financiamento, além de subtotais definidos na demonstração do resultado;
- fornecer divulgações sobre *management-defined performance measures* (MPMs) nas notas explicativas; e
- reforçar os princípios de agregação e desagregação nas demonstrações primárias e nas notas.

A Companhia antecipa que a adoção da norma afetará principalmente a apresentação da demonstração do resultado e da demonstração dos fluxos de caixa, a divulgação das medidas de desempenho gerencial e a estrutura das notas explicativas.



A Companhia não pretende adotar a IFRS 18/CPC 51 antecipadamente e está atualmente analisando o impacto em suas demonstrações contábeis consolidadas. A Companhia avaliou que a principal alteração na apresentação será a reclassificação de ganhos e perdas cambiais e de ganhos e perdas em determinados instrumentos de *hedge* de "receitas e despesas financeiras", conforme o IAS 1, para "lucro operacional", conforme a IFRS 18/CPC 51, quando a exposição subjacente mensurada ou protegida estiver relacionada a atividades operacionais."

3.2 Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis das controladas, negócios em conjunto e coligadas utilizadas nas demonstrações contábeis consolidadas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação da Ambev, aplicando práticas contábeis equivalentes.

Todas as transações, saldos e ganhos ou perdas não realizadas em transações entre empresas consolidadas foram integralmente eliminadas.

3.2.1 Controladas

Presume-se a existência de controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto, o que nem sempre equivale à participação econômica, a menos que possa ser demonstrado que essa participação não constitui controle. Fatores qualitativos, como potenciais direitos a voto, a exposição a retornos variáveis em decorrência de seu envolvimento com a entidade, ou a capacidade de influenciar esses retornos por meio de seu poder sobre a entidade também são considerados na avaliação de controle.

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pela Companhia, exceto quando aplicada a prática contábil do custo precedente em transações de combinação de negócios sob controle comum. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle da entidade deixa de ser da Companhia.

3.2.2 Coligadas

Coligadas são empresas nas quais a Companhia tem influência significativa sobre as políticas financeiras e operacionais, mas que não controla.

3.2.3 Negócios em conjunto

Negócios em conjunto são aqueles nos quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto [*joint operations*] ou empreendimentos controlados em conjunto [*joint ventures*] a depender dos direitos e das obrigações contratuais de cada parte integrante do negócio.

3.2.4 Combinação de negócio

A Ambev usa o método de aquisição para contabilizar cada combinação de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e participações societárias emitidas pela Ambev. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos/assumidos em uma combinação de negócios são reconhecidos inicialmente pelos seus valores justos, na data da aquisição. A Ambev reconhece a participação de não controladores na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional à participação dos não controladores no valor justo dos ativos líquidos adquiridos. A mensuração da participação de não controladores é determinada em cada aquisição realizada.



O excesso: (i) da contraprestação transferida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício.

3.2.5 Combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum

Combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelas IFRSs® ou CPCs. A IFRS 3/CPC 15(R1) - *Combinação de Negócios* é o pronunciamento que se aplica a combinações de negócios, porém explicitamente exclui do seu escopo as combinações de negócios entre entidades sob controle comum, de forma que, na avaliação de transações de tal natureza, cabe julgamento da Administração para refletir adequadamente a essência e realidade econômica de cada transação.

3.2.5.1 Custo precedente

Conforme permitido pela IAS 8/CPC 23 - *Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro*, a Administração adotou, em 2013, uma prática contábil em linha com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos e no Reino Unido (USGAAP - *Generally Accepted Accounting Principles (United States)* e UKGAAP - *Generally Accepted Accounting Principles (United Kingdom)*), a prática do custo precedente, para registro do valor contábil do ativo recebido, tal como registrado pela Controladora.

A prática contábil do custo precedente prevê que, ao contabilizar uma transferência de ativos entre entidades sob controle comum, a entidade que recebe os ativos líquidos ou as participações societárias inicialmente mensurará os ativos e passivos transferidos, reconhecidos aos seus valores contábeis nas contas da entidade que faz a transferência, na data da transferência, retrospectivamente. Se os valores contábeis dos ativos e passivos transferidos, pela Controladora, diferirem do custo histórico da Controladora das entidades sob controle comum, as demonstrações contábeis da entidade recebedora deverão refletir os ativos e passivos transferidos ao custo da Controladora das entidades sob controle comum em contrapartida ao patrimônio líquido contra a conta de reserva de ajustes de avaliação patrimonial.

3.2.5.2 Permuta de ativos

Com relação às transações entre entidades sob controle comum que envolvam a alienação/transferência da controlada para seu controlador, ou seja, acima do nível da demonstração financeira consolidada da Ambev, a Companhia avalia a existência de i) oposição de interesses; e ii) substância e propósito econômico. Satisfeitas estas premissas, buscando proporcionar a visibilidade adequada e o justo impacto no montante de resultados distribuíveis a seus acionistas, notadamente os não controladores, a Companhia adotou como política, de forma análoga, os conceitos da IAS 16/CPC 27 - *Ativo Imobilizado*. A referida política contempla ativos adquiridos por meio de permuta por ativo não monetário, ou conjunto de ativos monetários e não monetários. Os ativos objetos de permuta podem ser de mesma natureza ou de naturezas diferentes. O custo de tal item do ativo é mensurado pelo valor justo, a não ser que a operação de permuta não tenha natureza comercial ou, o valor justo do ativo recebido e do ativo cedido não possam ser mensurados com segurança. O ativo adquirido é mensurado dessa forma mesmo que a entidade não consiga dar baixa imediata ao ativo cedido. Se o ativo adquirido não for mensurável ao valor justo, seu custo é determinado pelo valor contábil do ativo cedido.

Quando existir a distribuição de ativos, que não na forma de caixa, o ativo antes de sua distribuição é mensurado pelo seu valor justo em contrapartida de uma conta do resultado do exercício. Embora sua aplicação seja prevista às distribuições por meio das quais são



beneficiados os titulares da mesma classe de instrumentos patrimoniais e cujo tratamento seja equitativo, também de forma análoga ao IFRIC 17/ICPC 07- *Distribuição de Lucros In Natura*, na ausência de uma prática contábil específica para transações sob controle comum, consideramos as disposições dessa instrução na definição de nossa prática contábil. Assim como acontece também em outras vendas que a Ambev faz para seu controlador (produtos, insumos, etc.) onde é reconhecido o resultado da transação na demonstração de resultado, como previsto no parágrafo 56 do ICPC 09 (R2) - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial* e análogo ao parágrafo 33a do IFRS 5/CPC 31 - *Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada* (única norma que trata de alienação de negócios, sem fazer distinção entre transações com controlador e terceiro).

3.3 Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas, coligadas e negócios em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações contábeis, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS® e dos CPCs.

3.4 Demonstrações contábeis em economias altamente inflacionárias

De acordo com a IAS 29/CPC 42 - *Contabilidade em Economia Hiperinflacionária*, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando índice geral de preços. Mensalmente a Companhia estima o índice geral de preços aplicável, pelo fato de a divulgação oficial ocorrer após o fechamento contábil. As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

Para determinar se economia de alguma de suas operações é altamente inflacionária, a Companhia avalia aspectos quantitativos e qualitativos do ambiente econômico do país, como o índice de inflação registrado nos últimos três anos. Em 1º de julho de 2018, a economia argentina passou a ser considerada pela Companhia como hiperinflacionária, nos termos do IAS 29/CPC 42, considerando a elevação nos índices oficiais de preços acumulados no período (Índice de Preços ao Consumidor - "IPC"), aferido pelo órgão INDEC (Instituto Nacional de Estatística e Censo). Uma vez que a Companhia não opera diretamente em uma economia altamente inflacionária, mas sim uma de suas subsidiárias, a rerepresentação dos saldos comparativos dos exercícios anteriores não é realizada, de acordo com o que prevê o IAS 21/CPC 02 (R2) - *Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras*, entretanto, os preceitos da norma são aplicados aos saldos e transações da subsidiária afetada.

3.5 Ajuste a valor presente

Os elementos dos ativos e passivos, quando relevantes, são ajustados pelo seu valor presente, sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: i) o montante a ser descontado; ii) as datas de liquidação; e iii) a taxa de desconto, conforme IFRS 13/CPC 46 - *Mensuração do Valor Justo* e CPC 12 (R1) - *Ajuste a Valor Presente*.



3.6 Incentivos fiscais e empréstimos subsidiados

A Companhia e algumas de suas subsidiárias no Brasil gozam de incentivos fiscais estaduais, concedidos por meio de subvenções governamentais. Tais subvenções podem ter forma de redução de alíquota, redução da base de cálculo, financiamento ou empréstimos subsidiados, créditos presumidos, recolhimento efetivo, diferimento do pagamento ou reduções parciais do valor do imposto estadual a pagar. Os incentivos de recolhimento efetivo são contabilizados na receita operacional, por sua natureza, ao passo em que os demais incentivos são reconhecidos em outras receitas operacionais, todos eles com base no regime de competência.

Os incentivos concedidos na forma de financiamento ou diferimento do pagamento de impostos estaduais têm o objetivo de promover, no longo prazo, o incremento da geração de emprego, a descentralização industrial, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos estados que os concedem. Nesses estados, os prazos de carência e fruição são previstos nos respectivos atos normativos estaduais e nos atos concessivos estaduais, a depender de sua natureza, e, quando existentes, as condições atreladas referem-se a fatos sob controle da Companhia. Tais benefícios obedecem a sistemática prevista na Lei Complementar Federal nº 160/2017 e no Convênio CONFAZ nº 190/2017.

Em se tratando destes benefícios na modalidade de financiamento ou diferimento no pagamento de imposto, uma vez que as taxas de juros e prazos destes empréstimos podem ser vantajosas em relação às condições de mercado, tais benefícios são considerados como empréstimos subsidiados, conforme determinado na IAS 20/CPC 07 (R1) - *Subvenção e Assistência Governamentais*. Referido subsídio consiste no ganho auferido ao comparar o valor destas operações em condições de mercado ao valor pactuado em contrato. Deste modo, no momento de cada captação, o subsídio calculado é registrado em outras receitas operacionais, seguindo o tratamento dispensado aos demais subsídios de ICMS de natureza semelhante. Anualmente a Companhia reavalia quais são as condições de mercado vigentes no exercício para aferir tais subsídios.

Quando existe uma instituição financeira interveniente na operação, os financiamentos são registrados no grupo de empréstimos e financiamentos, caso contrário, são registrados no grupo de impostos, taxas e contribuições a recolher, em virtude da essência econômica subjacente e natureza da operação.

3.7 Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa.

Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

Os ativos mantidos para venda são instrumentos não derivativos que não são classificados em nenhuma outra categoria. São apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

São classificados nesta categoria investimentos em títulos de dívida, e títulos patrimoniais, que são investimentos nos quais a Companhia não possui influência significativa ou controle.

4 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com os pronunciamentos técnicos contábeis brasileiros e internacionais, que requerem que a Administração da Companhia faça julgamentos contábeis, estimativas e tome decisões que



afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado. As estimativas e julgamentos significativos baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos resultados constituem o critério para tomada de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Mudanças em estimativas contábeis podem afetar apenas o período no qual a revisão foi feita, ou períodos futuros.

Apesar de cada política contábil significativa refletir julgamentos, avaliações ou estimativas, a Companhia acredita que as seguintes práticas contábeis refletem os julgamentos, estimativas e premissas mais críticas, que são importantes para seus negócios e entendimento de seus resultados:

Nota	Políticas contábeis que refletem estimativas e julgamentos significativos
3.2.3	Negócios em conjunto
3.2.4	Combinações de negócios
3.2.5	Prática contábil de combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum
3.4	Contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária
3.5	Ajuste a valor presente
3.6	Incentivos fiscais e empréstimos subsidiados
8	Reconhecimento de ativos e passivos referentes a crédito ou débitos extemporâneos de tributos
9	Tributos sobre o lucro correntes e diferidos
11	Arrendamentos
14	Redução ao valor de recuperação de ativos não-financeiros - <i>impairment</i>
17	Provisões e passivos contingentes, incluindo contingências tributárias
18	Mensuração de benefícios a funcionários
28	Pagamento baseado em ações
29	Mensuração de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa	27.472	87.627	33.360	222.651
Contas correntes	428.733	2.227.546	7.824.261	11.395.378
Aplicações financeiras de curto prazo ⁽ⁱ⁾	4.834.128	9.048.275	10.780.607	16.977.637
Caixa e equivalentes de caixa líquido	5.290.333	11.363.448	18.638.228	28.595.666

(i) O saldo se refere, em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários ["CDBs"] de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa incluem o valor de R\$4.070.595 em 31 de dezembro de 2025 (R\$4.393.784 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado, os quais não são livremente passíveis de remessa à Controladora por motivos de restrições cambiais em Cuba, e por indisponibilidade de divisas na Bolívia, ainda que disponíveis para utilização nas operações locais das controladas em questão.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS****Em 31 de dezembro de 2025***[em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma]***5.2 Aplicações financeiras**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fundos de investimentos	5.342	5.044	-	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	-	1.667.391	1.170.496
Aplicações financeiras ao custo amortizado ⁽ⁱ⁾	14.301	71.505	14.301	71.505
Ativo circulante	19.643	76.549	1.681.692	1.242.001
Aplicações financeiras ao custo amortizado ⁽ⁱ⁾	69.860	70.499	123.256	184.454
Ativo não circulante	69.860	70.499	123.256	184.454
Total	89.503	147.048	1.804.948	1.426.455

(i) O saldo se refere substancialmente a aplicações financeiras atreladas a incentivos fiscais e não possui conversibilidade imediata em montantes conhecidos de caixa.

Política contábil

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, com vencimento em até 90 dias a partir da data da contratação, de alta liquidez, com riscos insignificantes de mudança de valor, e prontamente conversíveis em caixa. Esses ativos são registrados inicialmente pelo custo de aquisição, que equivale ao valor justo, e remensurados pelo método da taxa de juros efetiva.

As demais aplicações financeiras que não atendem os critérios de classificação como equivalente de caixa, com prazo de vencimento a partir da data da contratação superior a 90 dias, por exemplo, são apresentadas como aplicações financeiras. Esses ativos são inicialmente mensurados a valor justo e, a depender da forma de gestão desses recursos e das características dos fluxos de caixa contratuais, podem ter sua categoria alterada:

- Custo amortizado: ativos financeiros "não derivativos" cuja finalidade do modelo de negócios seja manter os ativos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais em datas específicas [principal e juros].
- Valor justo por meio do resultado: ativos financeiros cujo objetivo da Companhia seja recebimento pela venda. São apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização.

O caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são mantidas em instituições financeiras com baixo risco de crédito sediadas ou domiciliadas no Brasil e no exterior. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos de saldos de contas garantidas, quando aplicável.





A exposição aos riscos de crédito, de moeda e de taxa de juros está divulgada na nota 29 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

Política contábil

Contas a receber de clientes são quantias devidas por clientes por mercadorias vendidas ou serviços prestados no curso normal dos negócios. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 - *Instrumentos Financeiros* para mensurar as perdas de crédito esperadas, por meio das quais as provisões para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes são mensuradas no reconhecimento inicial com base nas perdas de crédito esperadas de 12 meses. Isto é principalmente baseado na experiência passada com perdas de crédito, dados atuais sobre recebíveis vencidos e informações de pontuação de crédito. As informações prospectivas [como os indicadores de desempenho econômico previstos] também são levadas em consideração se, com base na experiência anterior, tais indicadores mostrarem uma correlação significativa com as perdas reais de crédito. Normalmente, as contas a receber pendentes há mais de 90 dias são integralmente provisionadas.

A Companhia pode realizar a baixa de contas a receber quando esgotadas as possibilidades de recuperação, considerando o decurso do prazo, o histórico de inadimplência e a avaliação específica realizada de acordo com a governança interna aplicável.

Se o prazo de recebimento do título for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

7 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Produtos acabados	1.167.508	1.509.876	3.218.469	3.903.163
Produtos em elaboração	299.499	383.275	619.904	738.987
Matérias-primas e itens de consumo	3.065.439	3.007.046	5.297.699	5.622.197
Almoxarifado e outros	277.260	306.087	865.375	996.505
Estoque em trânsito e adiantamentos	485.956	458.612	629.705	569.961
Provisão para perdas estimadas	(28.719)	(45.830)	(111.062)	(141.046)
	5.266.943	5.619.066	10.520.090	11.689.767



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2025

[em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma]

ambev



A movimentação de provisão para perdas estimadas em estoques está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	(45.830)	(36.186)	(141.046)	(142.447)
Efeito de conversão de balanço	-	-	6.911	(16.699)
Reestruturação ⁽ⁱ⁾	-	(1.243)	-	-
Provisões	(68.759)	(100.144)	(195.476)	(263.999)
Baixas/reversão de provisões	85.870	91.743	214.542	282.099
Reclassificação para ativos mantidos para venda ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	4.007	-
Saldo final	(28.719)	(45.830)	(111.062)	(141.046)

(i) Saldo compreende principalmente os efeitos referentes a reestruturações societárias de controladas integrais.

(ii) Efeito referente à reclassificação dos saldos de ativos da SLU para a linha de ativos mantidos para a venda, conforme divulgado na nota explicativa 1.3.3 - *Venda de subsidiária*.

Política contábil

Os estoques são inicialmente registrados pelo seu custo de aquisição e, posteriormente, são valorizados pelo menor montante, entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui os gastos incorridos na aquisição do bem, tributos não recuperáveis, transporte até sua localização atual e colocação em condições de uso. Para a apuração do custo dos estoques emprega-se o método da média ponderada.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão de obra direta, outros custos diretos, ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis baseados na capacidade operacional normal. Os custos fixos não alocados ou custos de ociosidade não são mantidos em estoque, sendo reconhecidos diretamente no resultado, conforme determina o IAS 2/CPC 16 (R1) - *Estoques*.

O valor líquido de realização, por sua vez, é o preço de venda estimado em condições normais de mercado, deduzido dos gastos para colocação dos produtos em condições de venda e realização da venda. O cálculo do valor líquido de realização leva em consideração as características específicas de cada categoria de estoque, tais como data de validade, vida útil, indicadores de movimentação, entre outros.

As provisões para perdas no estoque são constituídas, quando necessário, conforme as políticas da Companhia para realização, baixa rotatividade e estoques obsoletos.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2025

[em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma]

8 TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PIS/COFINS – exclusão ICMS ⁽ⁱ⁾	-	84.406	436.593	307.746
PIS/COFINS	110.593	72.798	143.553	134.570
ICMS	329.995	321.642	407.345	359.875
IPI	12.096	5.945	120.665	119.599
IRPJ/CSLL	2.003.688	1.859.195	2.480.759	2.582.088
Outros	26.220	19.938	34.464	78.397
Circulante	2.482.592	2.363.924	3.623.379	3.582.275
PIS/COFINS – exclusão ICMS ⁽ⁱ⁾	5.666.953	5.249.786	7.118.090	6.790.088
PIS/COFINS	964	3.995	28.315	148.140
ICMS	304.362	360.959	320.380	378.226
IRPJ/CSLL	2.387.351	2.894.522	2.455.452	2.922.517
Outros	6.774	6.775	226.903	265.006
Não circulante	8.366.404	8.516.037	10.149.140	10.503.977
Total	10.848.996	10.879.961	13.772.519	14.086.252

(i) Ao longo dos últimos anos, e conforme divulgado nas respectivas demonstrações contábeis anuais individuais e consolidadas, a Companhia reconheceu no resultado créditos de PIS e COFINS oriundos da exclusão do ICMS, inclusive na modalidade de substituição tributária, das bases de cálculo das contribuições. Os valores ainda não compensados se referem substancialmente ao crédito tributário do Regime Especial de Tributação de Bebidas Frias ("REFRI"), do período de 2009 a 2015, cuja ação judicial encontra-se em fase de perícia.

Política contábil

Reconhecimento de ativos e passivos referentes a créditos ou débitos extemporâneos de tributos

A política contábil aplicada pela Companhia considera o reconhecimento de créditos e pagamentos extemporâneos de tributos de qualquer natureza conforme determinado pelo IAS 37/CPC 25 - *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*, com exceção dos tributos incidentes sobre o lucro, para os quais a Companhia aplica a política prevista na nota explicativa 9 - *Imposto de renda e contribuição social*.

Conforme esta política, os créditos tributários são reconhecidos somente quando a Administração (i) dispuser de elementos que garantam que o direito é praticamente certo; e (ii) que o valor a ser compensado ou restituído seja mensurado confiavelmente. Caso seja provável a recuperação do ativo ou o valor não for mensurável de maneira confiável, os valores não são reconhecidos contabilmente, mas apenas divulgados na nota explicativa 17 - *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*. A Administração entende que, nos casos de processos ativos, a obtenção de sentença transitada em julgada para processo específico da Companhia é a condição requerida para confirmar a existência de seu direito, exceto por circunstâncias específicas pertinentes ao caso concreto que permitam não apenas o reconhecimento do seu direito, mas uma mensuração objetiva e confiável.

Para a mensuração dos valores de créditos tributários extemporâneos decorrentes de ações judiciais, a Companhia levanta os documentos fiscais relativos ao período abrangido pela ação judicial, e aplica as diretrizes da decisão que transitou em julgado, legislações aplicáveis ou elementos que garantam a mensuração objetiva e confiável.

Os débitos oriundos da mesma natureza são reconhecidos caso (i) seja originado de um evento passado; (ii) tenha obrigação presente; (iii) a expectativa de desembolso seja provável e (iv) os valores sejam estimados de maneira confiável. Caso a expectativa de desembolso seja possível ou o valor não seja mensurável de maneira confiável, os valores são apresentados na nota explicativa 17 - *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*.



Ambos, ativos e passivos contingentes, são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos e divulgados nas demonstrações contábeis.

A política contábil de reconhecimento de ativos e passivos referentes ao reconhecimento de créditos e pagamentos extemporâneos de tributos de qualquer natureza é registrar na rubrica de "Outras receitas/[(despesas) operacionais]", excetuando-se pagamentos de anistias e transações tributárias semelhantes, cuja contabilização se mantém em resultados não usuais, dada sua natureza pontual, conforme divulgado na nota 24 - *Itens não usuais*.

9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

9.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O valor de imposto de renda e contribuição social diferidos por tipo de diferença temporária está detalhado a seguir:

	Controladora					
	2025			2024		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Aplicações financeiras	6.441	-	6.441	6.725	-	6.725
Benefícios a empregados	403.619	-	403.619	460.277	-	460.277
Contas a pagar	3.462.227	-	3.462.227	3.882.562	-	3.882.562
Contas a receber	1.921	-	1.921	15.082	-	15.082
Estoques	9.965	-	9.965	15.634	-	15.634
Imobilizado	-	(568.072)	(568.072)	-	(585.262)	(585.262)
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos e royalties	-	(23.763)	(23.763)	-	(20.071)	(20.071)
Investimentos	-	(383.678)	(383.678)	-	(383.678)	(383.678)
Prejuízos fiscais a utilizar ⁽¹⁾	1.936.862	-	1.936.862	1.871.239	-	1.871.239
Provisões	932.536	-	932.536	743.862	-	743.862
Efeito da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos	-	(41.029)	(41.029)	-	(18.723)	(18.723)
Outros itens	70.749	-	70.749	42.684	-	42.684
Ativo/(passivo) tributário diferido bruto	6.824.320	(1.016.542)	5.807.778	7.038.065	(1.007.734)	6.030.331
Reclassificação para apresentação líquida	(1.016.542)	1.016.542	-	(1.007.734)	1.007.734	-
Ativo/(passivo) tributário diferido líquido	5.807.778	-	5.807.778	6.030.331	-	6.030.331



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2025

[em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma]

	Consolidado					
	2025			2024		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Aplicações financeiras	6.842	-	6.842	7.299	-	7.299
Intangível	-	(1.836.483)	(1.836.483)	-	(2.141.921)	(2.141.921)
Benefícios a empregados	786.297	-	786.297	971.593	-	971.593
Contas a pagar	3.462.227	(2.135)	3.460.092	3.880.182	-	3.880.182
Contas a receber	8.513	(11.018)	(2.505)	35.098	(6.676)	28.422
Derivativos	64.997	(171.696)	(106.699)	37.725	(246.083)	(208.358)
Empréstimos e financiamentos	7.649	-	7.649	8.817	-	8.817
Estoques	390.446	(120.188)	270.258	307.006	(205.882)	101.124
Imobilizado	1.092.185	(1.951.498)	(859.313)	1.189.580	(2.459.042)	(1.269.462)
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos e royalties	-	(2.136.201)	(2.136.201)	-	(2.254.977)	(2.254.977)
Investimentos	-	(383.678)	(383.678)	-	(383.678)	(383.678)
Prejuízos fiscais a utilizar ⁽ⁱ⁾	3.715.493	-	3.715.493	3.849.724	-	3.849.724
Provisões	1.606.370	(553)	1.605.817	1.537.883	(4.542)	1.533.341
Efeito da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos	2.861	(78.249)	(75.388)	-	(47.089)	(47.089)
ICMS na base de cálculo PIS/COFINS	-	(82.550)	(82.550)	-	(121.590)	(121.590)
Outros itens	286.065	(163.554)	122.511	289.258	(558.726)	(269.468)
Ativo/(passivo) tributário diferido bruto	11.429.945	(6.937.803)	4.492.142	12.114.165	(8.430.206)	3.683.959
Reclassificação para apresentação líquida	(3.025.533)	3.025.533	-	(3.422.495)	3.422.495	-
Ativo/(passivo) tributário diferido líquido	8.404.412	(3.912.270)	4.492.142	8.691.670	(5.007.711)	3.683.959

(i) Historicamente, autoridades fiscais compensaram de ofício prejuízos fiscais em procedimentos administrativos em que a Companhia e algumas de suas subsidiárias são parte, resultando em uma compensação acumulada de R\$314.817. Este valor integra os créditos tributários reconhecidos na linha de prejuízos fiscais a utilizar.

A maioria dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre os quais o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados não possuem prazo de prescrição. Seu uso se baseia na projeção de existência futura de lucros tributáveis, limitado a 30% dos lucros tributáveis do ano, no Brasil, segundo a realidade dos anos anteriores e às projeções dos negócios da Companhia nas economias onde se localizam, em cumprimento, pois, às regras fiscais e contábeis cabíveis.

As estimativas críticas da Administração quanto aos principais passivos contingentes relacionados a tratamentos fiscais incertos de tributos sobre o lucro estão divulgadas na nota 17.2 - *Contingências*.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2025

[em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma]

ambev



9.1.1 Realização dos tributos diferidos

Em 31 de dezembro de 2025 os tributos diferidos ativos e passivos têm a seguinte expectativa de realização/liquidação:

	Controladora		
	2025		Total
	a ser realizado em até 12 meses	a ser realizado depois de 12 meses	
Tributos diferidos não relacionados a prejuízos fiscais			
Aplicações financeiras	-	6.441	6.441
Benefícios a empregados	40.362	363.257	403.619
Contas a pagar	51.933	3.410.294	3.462.227
Contas a receber	1.921	-	1.921
Estoques	7.972	1.993	9.965
Imobilizado	-	(568.072)	(568.072)
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos e royalties	-	(23.763)	(23.763)
Investimentos	-	(383.678)	(383.678)
Provisões	746.029	186.507	932.536
Efeito da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (R2) - <i>Arrendamentos</i>	(16.412)	(24.617)	(41.029)
Outros itens	-	70.749	70.749
Total	831.805	3.039.111	3.870.916

	Consolidado		
	2025		Total
	a ser realizado em até 12 meses	a ser realizado depois de 12 meses	
Tributos diferidos não relacionados a prejuízos fiscais			
Aplicações financeiras	-	6.842	6.842
Intangível	(1.425)	(1.835.058)	(1.836.483)
Benefícios a empregados	71.994	714.303	786.297
Contas a pagar	(242.376)	3.702.468	3.460.092
Contas a receber	(1.895)	(610)	(2.505)
Derivativos	(123.730)	17.031	(106.699)
Empréstimos e financiamentos	205	7.444	7.649
Estoques	378.473	(108.215)	270.258
Imobilizado	(2.686)	(856.627)	(859.313)
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos e royalties	-	(2.136.201)	(2.136.201)
Investimentos	-	(383.678)	(383.678)
Provisões	794.102	811.715	1.605.817
Efeito da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (R2) - <i>Arrendamentos</i>	(16.412)	(58.976)	(75.388)
ICMS na base de cálculo PIS/COFINS	(82.550)	-	(82.550)
Outros itens	11.036	111.475	122.511
Total	784.736	[8.087]	776.649

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Tributos diferidos relacionados a prejuízos fiscais		
2026	-	192.177
2027	-	175.914
2028	345.350	490.150
2029 a 2031	967.019	1.432.956
2032 em diante	624.493	1.424.296
Total	1.936.862	3.715.493



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2025

[em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma]

9.1.2 Movimentação dos tributos diferidos

A movimentação líquida do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada abaixo:

			Controladora	Consolidado
	Valores reconhecidos diretamente na Controladora	Efeito de equivalência patrimonial	Saldo	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.030.331	-	6.030.331	3.683.959
Reconhecimento integral de ganhos/(perdas) atuariais	-	410	410	410
Hedge de investimento - obrigações relacionadas à aquisição de participação minoritária	(53.572)	-	(53.572)	(53.572)
Hedge de fluxo de caixa - ganhos/(perdas)	-	268.459	268.459	268.459
Ganhos/(perdas) na conversão de demais operações no exterior	(411.093)	724.025	312.932	312.932
Reconhecido no resultado abrangente	(464.665)	992.894	528.229	528.229
Reconhecido no resultado	225.262	-	225.262	571.035
Movimentações efetuadas diretamente no balanço patrimonial	16.850	(992.894)	(976.044)	(291.081)
Reconhecidas no grupo de tributos diferidos	-	-	-	(335.649)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	-	(335.649)
Reconhecidas no grupo de investimentos	-	(992.894)	(992.894)	-
Equivalência patrimonial	-	(992.894)	(992.894)	-
Reconhecidas em outros grupos do balanço	16.850	-	16.850	44.568
Saldo em 31 de dezembro de 2025	5.807.778	-	5.807.778	4.492.142

9.1.3 Ativos tributários diferidos não reconhecidos

Além dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais efetivamente reconhecidos nos montantes acima informados, deixaram de ser registrados outros créditos relacionados a prejuízos fiscais, por haver baixas expectativas de sua realização, conforme avaliação da Administração. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo acumulado destes créditos representava R\$991.549 em valor de imposto no Consolidado (R\$866.979 em 31 de dezembro de 2024), montante este equivalente a R\$3.788.686 em base tributável no mesmo período (R\$3.310.110 em 31 de dezembro de 2024).

Adicionalmente, deixaram de ser reconhecidos créditos tributários relativos a prejuízos fiscais registrados em ECF para fins de cálculo da Tributação em Bases Universais (TBU), sendo o principal no valor de R\$5.289.511 em base tributável em 31 de dezembro de 2025.

9.2 Imposto de renda e contribuição social

Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social no Brasil. Para as demais regiões, com atividade operacional, as alíquotas nominais esperadas estão demonstradas a seguir:

América Central e Caribe	de 15% a 27%
América Latina - Sul	de 10% a 35%
Canadá	26,5%
Luxemburgo	23,87%



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2025

[em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma]

ambev



O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social corrente	(517.697)	(943.006)	(4.004.260)	(4.530.948)
Imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias	159.639	672.460	705.266	424.110
Movimento de imposto diferido sobre prejuízos fiscais em exercício corrente	65.623	(521.144)	(134.231)	(533.537)
Total do imposto de renda diferido	225.262	151.316	571.035	(109.427)
Resultado de imposto de renda e contribuição social	(292.435)	(791.690)	(3.433.225)	(4.640.375)

A reconciliação da alíquota efetiva com a alíquota nominal média está demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	15.795.835	15.228.928	19.421.658	19.487.327
Ajuste na base tributável				
Outras receitas não tributáveis	(572.524)	(384.602)	(1.174.455)	(497.253)
Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas	-	-	(387.510)	(118.101)
Participação nos resultados de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto	(9.984.600)	(9.562.027)	(105.785)	(3.918)
Despesas não dedutíveis	213.087	158.824	641.857	178.801
Tributação em bases universais e outros ajustes relativos a subsidiárias no exterior	605.788	853.113	594.200	150.059
	6.057.586	6.294.236	18.989.965	19.196.915
Alíquota nominal ponderada agregada	34,00%	34,00%	28,13%	28,70%
Impostos a pagar – alíquota nominal	(2.059.579)	(2.140.040)	(5.342.532)	(5.509.038)
Ajuste na despesa tributária				
Incentivo relativo ao imposto de renda	366.758	17.336	625.197	445.097
Efeito de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio	1.411.044	1.284.966	1.411.044	1.284.966
Efeito fiscal da amortização de ágio	3.585	3.585	3.585	3.585
Imposto de renda retido na fonte	5.862	7.032	(201.344)	(887.494)
Reconhecimento/[baixa] de ativo diferido sobre prejuízos fiscais	65.606	(49.704)	(251.394)	(74.499)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	(22.921)	87.622
Outros ajustes tributários	(85.711)	85.135	345.140	9.386
Imposto de renda e contribuição social	(292.435)	(791.690)	(3.433.225)	(4.640.375)
Alíquota efetiva de impostos	1,85%	5,20%	17,68%	23,81%

Os principais eventos ocorridos no exercício e que impactaram a alíquota efetiva foram:

- Outras receitas não tributáveis: referem-se principalmente às receitas oriundas de atualização monetária (Selic) incidente sobre créditos tributários passíveis de atualização. Ademais, pontualmente no ano de 2025, foram reconhecidas outras receitas não tributáveis auferidas na operação de venda da subsidiária SLU, conforme nota 1.3.3 – *Venda de subsidiária*.
- Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas: trata-se de incentivos regionais e políticas de desenvolvimento econômico vinculados, principalmente, à produção local, gerando impacto econômico e social e que, quando reinvestidos, não eram tributados para fins de imposto de renda e contribuição social, antes do advento da Lei Federal nº 14.789/2023, o que explica o impacto relevante na alíquota efetiva no exercício comparativo. Conforme mencionado na nota explicativa 17 - *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*. Desde agosto de 2024, empresas do grupo obtiveram decisões favoráveis, vigentes desde então, que as desobrigam do recolhimento IRPJ e CSLL sobre os montantes apurados a título de subvenção governamental para investimento referentes aos benefícios fiscais denominados créditos presumidos de ICMS



o que explica a variação no Consolidado. Ao final do exercício de 2025, apenas os montantes referentes aos incentivos fiscais federais e os estaduais não denominados créditos presumidos foram destinados à reserva de lucros, conforme nota 19 - *Patrimônio Líquido*.

- Despesas não dedutíveis: referem-se predominantemente ao custo adicional incorrido na aquisição de divisas em algumas jurisdições em que o Grupo opera, utilizadas principalmente na remessa de proventos às empresas controladoras.
- Tributação em bases universais e outros ajustes relativos a subsidiárias no exterior: demonstra o complemento de tributos sobre a renda de controladas e coligadas no exterior devido no Brasil, conforme a Lei nº 12.973/2014, ajustes permanentes locais de empresas estrangeiras consolidadas no grupo, bem como efeitos oriundos de algumas destas empresas cuja moeda funcional difere da moeda de apuração de tributos.
- Incentivo relativo ao imposto de renda: refere-se predominantemente a incentivos fiscais relativos ao imposto de renda concedidos pelo Governo Federal para fomentar o desenvolvimento regional em algumas áreas do Norte e Nordeste do país e ao PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador). Esses incentivos são registrados no resultado conforme o regime de competência e parcialmente destinados à conta de reservas de incentivos fiscais, conforme natureza apresentada no item [19.3.3] "Incentivos fiscais" da nota 19 - *Patrimônio Líquido*.
- Imposto de renda retido na fonte: refere-se a montantes de imposto de renda retido na fonte, principalmente relacionados a dividendos a distribuir de subsidiárias localizadas no exterior, sempre que aplicável conforme a legislação tributária local. Os valores registrados em 2025 referem-se, principalmente, ao imposto de renda retido na fonte calculado sobre lucros apurados em 2025 e à variação cambial dos saldos de imposto de renda diferido relacionado a lucros de subsidiárias ainda não distribuídos.
- Dedutibilidade de juros sobre o capital próprio ("JCP"): segundo a legislação brasileira, as empresas têm a opção de remunerar seus sócios via pagamento de JCP, cujos montantes são impactados pelo resultado tributável, reservas de lucro da Companhia e pela taxa de juros de longo prazo ("TJLP"). Tais remunerações aos sócios são dedutíveis para fins de imposto de renda.
- Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação): a subsidiária da Companhia na Argentina, por operar em economia hiperinflacionária, está sujeita a atualização monetária de ativos e passivos (não monetários), patrimônio líquido e demonstração de resultados, o que por vezes implica reflexos na alíquota efetiva consolidada e variação entre períodos.
- Outros ajustes tributários: no ano de 2025, a alíquota efetiva do Grupo foi impactada pelo efeito não recorrente decorrente de reversão parcial do passivo relacionado ao Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT 2017") na CRBS. Esta reversão resultou da aplicação, pelas autoridades fiscais, do art. 14 da Lei Federal nº 14.689/2023, permitindo a recuperação de despesas registradas em 2017. O referido artigo estabelece a inexigibilidade da parcela de multa que exceda 100% (cem por cento) do valor do débito tributário, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, bem como de seus respectivos acréscimos. A redução total do passivo foi de R\$644 milhões, sendo R\$375 milhões na rubrica de imposto de renda, referentes à redução da multa (principal efeito observado na linha de outros ajustes tributários) e R\$269 milhões reconhecidos no resultado financeiro, referentes aos acréscimos correspondentes.



Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado do exercício, a não ser que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou outra conta do patrimônio líquido. Nestes casos o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no resultado abrangente ou em conta do patrimônio líquido exceto juros sobre o capital próprio, conforme nota 19 - *Patrimônio Líquido*.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos referidos tributos e a apuração contábil da Companhia.

Os tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos na extensão em que seja provável a existência de lucro tributável futuro. Esses ativos diferidos são reduzidos na extensão em que não mais seja provável a ocorrência de lucros tributáveis futuros. A existência de lucro tributável futuro baseia-se em estudo técnico aprovado pela Administração da Companhia.

Os passivos fiscais diferidos não são reconhecidos a partir do reconhecimento inicial de ágio originado em combinação de negócios, em conformidade com o IAS 12/CPC 32 - *Tributos sobre o Lucro*. Além disso, nenhum imposto diferido ativo e/ou passivo é reconhecido (i) no reconhecimento inicial de um ativo ou passivo proveniente de uma transação que não a de combinação de negócios, que no momento da transação não afete o lucro ou prejuízo contábil ou fiscal; e (ii) sobre diferenças relacionadas a investimentos em ações de controladas, desde que não sejam revertidos no futuro previsível. Excetuadas tais hipóteses, o valor do imposto diferido determinado é baseado na taxa de realização esperada ou liquidação da diferença temporária.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados para fins de apresentação se existir um direito legal de compensar os passivos fiscais correntes e ativos, e se estiverem relacionados a tributos lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos fiscais correntes e ativos em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em várias jurisdições e é necessário julgamento para determinar o valor a ser considerado no período. Algumas subsidiárias da Companhia estão envolvidas em auditorias fiscais, geralmente em relação aos anos anteriores. Essas auditorias estão em curso em diversas jurisdições na data do balanço e, pela sua natureza, estas podem tomar um tempo considerável até sua conclusão.

Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Companhia aplica as disposições do ICPC 22/IFRIC 23 - *Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro* em relação aos tratamentos que afetaram a apuração dos tributos sobre o lucro (tratamentos fiscais incertos), conforme divulgado na nota explicativa 17 - *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes* - Incertezas sobre tratamento de IRPJ e CSLL.

Regras do "Pilar Dois"

Em dezembro de 2021 a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE"), no âmbito do projeto do *Inclusive Framework on Base Erosion and Profit Shifting* ("BEPS"), divulgou as Regras-Modelo Globais Contra a Erosão da Base Tributária (ou *Global Anti-Base Erosion Model Rules* - GloBE), integrantes do projeto denominado "Pilar Dois", objetivando abordagem em comum da tributação corporativa internacional, de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras apurem os tributos sobre o lucro a uma alíquota mínima efetiva de 15% em cada país onde operam. Tais regras



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2025

[em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma]

deverão ser aprovadas localmente em cada país que aderir à proposta, via legislação aplicável, sendo que alguns já promulgaram leis internas para implementação ou estão em processo de discussão e aprovação.

No caso do Grupo, as regras do Pilar Dois estão vigentes desde 2024 em algumas jurisdições, não tendo havido impacto material no período. No Brasil, a Lei nº 15.079/24, decorrente da Medida Provisória nº 1.262/24 e regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 2.228/24, entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025 e implementou, no âmbito doméstico, as regras GloBE com a instituição do Adicional da CSLL, com o objetivo de assegurar a tributação mínima doméstica efetiva de 15%. Para o exercício de 2025, a Companhia avaliou os efeitos da legislação para o Brasil e demais jurisdições do Grupo que implementaram o regime e concluiu que não houve impacto material no período.

10 INVESTIMENTOS

10.1 Movimentação dos investimentos

Movimentação dos investimentos mantidos pela Controladora em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), diretos e indiretos:

	Controladora	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	105.071.657	81.232.654
Participação nos resultados de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto ⁽ⁱ⁾	9.978.136	9.581.494
Dividendos recebidos e a receber	[7.146.925]	[2.996.415]
Efeito de conversão de investimentos em controladas ⁽ⁱⁱ⁾	[9.809.840]	9.859.030
Ganhos/(perdas) atuariais	21.516	32.698
Reserva de <i>hedge</i> em controladas	[898.243]	551.635
Pagamento baseado em ações em controladas	[20.668]	86.669
Aporte/(redução) de capital em controladas	[2.633.435]	125.422
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 [hiperinflação] ⁽ⁱⁱⁱ⁾	2.377.265	6.481.320
Aquisição de participação em controlada	-	518.415
Reestruturações ^(iv)	-	[396.434]
Outros	8.657	[4.831]
Saldo no final do exercício	96.948.120	105.071.657

(i) O total não contempla o resultado da equivalência patrimonial de investidas com passivo a descoberto, de R\$6.464 em 31 de dezembro de 2025 (R\$19.467) em 31 de dezembro de 2024], o qual está contemplado na rubrica de outros passivos no balanço patrimonial.

(ii) Efeito líquido da valorização/(desvalorização) dos investimentos em controladas em relação à moeda Real.

(iii) Efeito de hiperinflação de investida na Argentina, da rubrica de Lucros Acumulados.

(iv) Saldo compreende principalmente os efeitos referentes às reestruturações societárias de controladas integrais.



10.2 Informações sobre controladas diretas

Controlada	2025					
	Participação %	Participação % no grupo econômico	Patrimônio líquido	Ágio e Marcas	Total investimento	Resultado da equivalência patrimonial (i)
Ambev Luxembourg S.A.R.L.	100,00%	100,00%	50.893.375	6.001.468	56.875.821	4.133.303
Arosuco Aromas e Sucos Ltda.	100,00%	100,00%	9.337.152	-	8.826.137	2.530.574
Abejas	99,50%	100,00%	154.085	-	153.315	170.712
Cerveceria Nacional S de R.L	100,00%	100,00%	2.896.246	-	2.896.246	(153.533)
Cerveceria y Malteria Quilmes	9,82%	100,00%	9.464.648	-	929.854	20.706
Cervejaria ZX S.A.	100,00%	100,00%	211.426	-	208.085	(21.951)
CRBS S.A.	0,01%	100,00%	5.309.551	-	575	132
Jalua Spain S.L.	100,00%	100,00%	10.286.321	-	10.286.321	453.027
Maltería Pampa S.A.	60,00%	100,00%	3.852.779	76.803	2.363.117	73.800
R P O Latam Estratégia em Compras Ltda.	100,00%	100,00%	144.764	-	144.762	9.136
Tenedora CND, S.A.	92,72%	97,11%	2.504.499	4.510.716	6.953.925	2.777.236
Outros			130.817	212.644	343.461	(15.006)
Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente					6.966.501	-
Total					96.948.120	9.978.136

(i) O total não contempla o resultado da equivalência patrimonial de investidas com passivo a descoberto, de R\$6.464, o qual está contemplado na rubrica de outros passivos no balanço patrimonial.

Controlada	2024					
	Participação %	Participação % no grupo econômico	Patrimônio líquido	Ágio e Marcas	Total investimento	Resultado da equivalência patrimonial (i)
Ambev Luxembourg S.A.R.L.	100,00%	100,00%	56.753.305	6.538.954	63.292.190	4.474.826
Arosuco Aromas e Sucos Ltda.	100,00%	100,00%	9.061.115	-	8.581.722	2.082.648
Cerveceria Nacional S de R.L	100,00%	100,00%	3.481.383	-	3.481.383	(32.876)
Cerveceria y Malteria Quilmes	9,82%	100,00%	12.381.423	-	1.215.700	13.326
Cervejaria ZX S.A.	100,00%	100,00%	110.009	-	105.044	(32.619)
CRBS S.A.	0,01%	100,00%	5.015.703	-	528	46
Jalua Spain S.L.	100,00%	100,00%	9.994.904	-	9.994.904	916.681
Maltería Pampa S.A.	60,00%	100,00%	3.789.096	76.803	2.297.166	223.178
R P O Latam Estratégia em Compras Ltda.	100,00%	100,00%	125.728	-	125.728	17.944
Tenedora CND, S.A.	80,61%	97,11%	3.516.455	5.254.911	8.647.416	1.911.169
Outros			150.727	212.644	363.375	7.171
Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente					6.966.501	-
Total					105.071.657	9.581.494

(i) O total não contempla o resultado da equivalência patrimonial de investidas com passivo a descoberto, de R\$(19.467), o qual está contemplado na rubrica de outros passivos no balanço patrimonial.

Os valores de investimento e resultado de equivalência podem não corresponder diretamente aos percentuais de participação em decorrência do arredondamento dos percentuais.

O saldo de participação do lucro dos não controladores, no montante de R\$485.033 milhões, é majoritariamente representado pelas controladas localizadas na República Dominicana, Bolívia e Paraguai.

10.3 Principais controladas com participação de não controladores

As principais controladas com participação de não controladores, que representam a quase totalidade do saldo de R\$860.742 [R\$938.375 em 31 de dezembro de 2024] apresentado na demonstração do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 são a Cervecería Paraguaya



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2025

[em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma]

S.A. ["Cervecería Paraguaya"] R\$239.497, a Cervecería Bucanero S.A. ["Bucanero"] R\$257.328 e a Cervecería Boliviana Nacional S.A. ["CBN"] R\$242.649.

10.4 Estrutura societária

As demonstrações contábeis consolidadas incluem os saldos da Companhia, das empresas controladas, coligadas e negócios em conjunto. Abaixo estão listadas as principais coligadas e controladas, e o percentual de participação do grupo, considerando as empresas do grupo com os valores de patrimônio líquido individual mais significativos dentre todas as subsidiárias:

País	Companhia	Participação
Argentina	CERVECERÍA Y MALTERIA QUILMES SAICA Y G	99,83%
	MALTERÍA PAMPA S.A.	100,00%
Bolívia	CERVECERÍA BOLIVIANA NACIONAL S.A.	85,34%
Brasil	AMBEV S.A.	Companhia consolidadora
	AROSUCO AROMAS E SUCOS LTDA.	100,00%
	CRBS S.A.	100,00%
Canadá	CERBUCO BREWING	100,00%
	LABATT BREWING COMPANY LTD.	100,00%
Chile	CERVECERÍA CHILE S.A.	100,00%
Cuba	CERVECERIA BUCANERO S.A	50,00%
Espanha	JALUA SPAIN, S.L.	100,00%
Luxemburgo	AMBEV LUXEMBOURG	100,00%
Malta	ARLC Ltd.	100,00%
Paraguai	CERVECERÍA PARAGUAYA S.A.	87,36%
República Dominicana	CERVECERÍA NACIONAL DOMINICANA, S.A.	97,11%
	LINTHAL S.A.	100,00%
	CERVECERÍA Y MALTERIA PAYSANDU S.A.	100,00%
Uruguai	MALTERÍA URUGUAY S.A	100,00%
	MONTHIERS S.A.	100,00%
Panamá	CERVECERÍA NACIONAL S. DE R.L.	100,00%

Política contábil

Os investimentos em sociedades controladas, coligadas e negócios em conjunto são avaliados na Controladora pelo método da equivalência patrimonial. No cálculo da equivalência patrimonial, os lucros não realizados sobre as operações com controladas são integralmente eliminados, tanto nas operações de venda das controladas para a Controladora quanto nas vendas entre as controladas.

11 IMOBILIZADO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo imobilizado	12.778.977	12.788.353	24.617.947	27.134.539
Ativo de direito de uso	1.400.064	1.392.156	3.026.370	3.035.655
	14.179.041	14.180.509	27.644.317	30.170.194



11.1 Movimentação do valor contábil líquido do imobilizado

Controladora

Valor contábil	Saldo em 31/12/2023	Aquisições	Deprec.	Alienações/ Baixas	Transf.	Reestruturação ⁽ⁱ⁾	Saldo em 31/12/2024	Acumulado		
								Custo	Depreciação	Total
Terrenos e edifícios	4.618.598	-	[267.160]	[3.775]	304.421	79.545	4.731.629	8.267.237	[3.535.608]	4.731.629
Instalações e equipamentos	5.921.136	228.066	[2.095.515]	[2.596]	1.798.069	94.316	5.943.476	25.428.593	[19.485.117]	5.943.476
Utensílios e acessórios	775.665	-	[262.680]	[8.861]	163.104	10.289	677.517	3.870.480	[3.192.963]	677.517
Em construção	1.513.267	2.136.330	-	-	[2.251.668]	37.802	1.435.731	1.435.731	-	1.435.731
Total	12.828.666	2.364.396	[2.625.355]	[15.232]	13.926	221.952	12.788.353	39.002.041	[26.213.688]	12.788.353

Valor contábil	Saldo em 31/12/2024	Aquisições	Deprec.	Alienações/ Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2025	Acumulado		
							Custo	Depreciação	Total
Terrenos e edifícios	4.731.629	-	[262.172]	[135]	548.278	5.017.600	8.815.381	[3.797.781]	5.017.600
Instalações e equipamentos	5.943.476	522	[2.043.643]	[2.398]	2.094.722	5.992.679	26.868.374	[20.875.695]	5.992.679
Utensílios e acessórios	677.517	1.578	[252.568]	[1.098]	240.409	665.838	4.095.553	[3.429.715]	665.838
Em construção	1.435.731	2.544.980	-	-	[2.877.851]	1.102.860	1.102.860	-	1.102.860
Total	12.788.353	2.547.080	[2.558.383]	[3.631]	5.558	12.778.977	40.882.168	[28.103.191]	12.778.977

(i) Saldo compreende principalmente os efeitos referentes a reestruturações societárias de controladas integrais.



Consolidado

Valor contábil	Saldo em 31/12/2023	Efeito de conversão de balanço	Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	Aquisições	Deprec.	Alienações/Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2024	Acumulado		
									Custo	Depreciação	Total
Terrenos e edifícios	9.236.261	635.379	1.165.836	38.174	(496.322)	(35.129)	585.647	11.129.846	17.204.820	(6.074.974)	11.129.846
Instalações e equipamentos	10.788.846	743.990	1.238.477	720.451	(3.903.666)	(4.132)	2.971.323	12.555.289	49.135.917	(36.580.628)	12.555.289
Utensílios e acessórios	1.091.672	62.277	95.292	75.467	(567.143)	(21.854)	192.129	927.840	7.882.785	(6.954.945)	927.840
Em construção	2.545.949	145.861	173.090	3.415.248	-	-	(3.758.584)	2.521.564	2.521.564	-	2.521.564
Total	23.662.728	1.587.507	2.672.695	4.249.340	(4.967.131)	(61.115)	(9.485)	27.134.539	76.745.086	(49.610.547)	27.134.539

Valor contábil	Saldo em 31/12/2024	Efeito de conversão de balanço	Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	Aquisições	Deprec.	Alienações/Baixas	Transf.	Reclassific. para ativos mantidos para venda (i)	Saldo em 31/12/2025	Acumulado		
										Custo	Depreciação	Total
Terrenos e edifícios	11.129.846	(1.089.380)	411.668	12.150	(463.596)	(45.497)	754.751	(118.667)	10.591.275	16.710.784	(6.119.509)	10.591.275
Instalações e equipamentos	12.555.289	(1.085.314)	358.182	375.785	(3.756.473)	(23.935)	2.997.705	(134.001)	11.287.238	47.729.517	(36.442.279)	11.287.238
Utensílios e acessórios	927.840	(60.495)	12.817	113.453	(476.269)	(8.377)	385.549	(5.448)	889.070	7.896.162	(7.007.092)	889.070
Em construção	2.521.564	(181.846)	63.867	3.613.877	-	-	(4.175.390)	8.292	1.850.364	1.850.364	-	1.850.364
Total	27.134.539	(2.417.035)	846.534	4.115.265	(4.696.338)	(77.809)	(37.385)	(249.824)	24.617.947	74.186.827	(49.568.880)	24.617.947

(i) Efeito referente à reclassificação dos saldos de ativos da SLU para a linha de ativos mantidos para a venda, conforme divulgado na nota explicativa 1.3.3 - *Venda de subsidiária*.



11.2 Movimentação do valor contábil líquido do ativo de direito de uso

Controladora

Valor contábil	Saldo em 31/12/2023	Adições	Deprec.	Baixas	Reestruturação ⁽ⁱ⁾	Saldo em 31/12/2024	Acumulado		
							Custo	Depreciação	Total
Imóveis	347.789	110.503	(108.266)	(20.231)	-	329.795	968.784	(638.989)	329.795
Máquinas, equipamentos e veículos	989.391	634.342	(558.900)	(19.070)	4.283	1.050.046	2.656.479	(1.606.433)	1.050.046
Outros	29.556	7.607	(19.933)	(4.915)	-	12.315	92.076	(79.761)	12.315
Total	1.366.736	752.452	(687.099)	(44.216)	4.283	1.392.156	3.717.339	(2.325.183)	1.392.156

Valor contábil	Saldo em 31/12/2024	Adições	Deprec.	Baixas	Saldo em 31/12/2025	Acumulado		
						Custo	Depreciação	Total
Imóveis	329.795	177.340	(119.287)	(542)	387.306	1.143.588	(756.282)	387.306
Máquinas, equipamentos e veículos	1.050.046	588.082	(501.670)	(149.691)	986.767	2.981.342	(1.994.575)	986.767
Outros	12.315	29.899	(16.023)	(200)	25.991	120.230	(94.239)	25.991
Total	1.392.156	795.321	(636.980)	(150.433)	1.400.064	4.245.160	(2.845.096)	1.400.064

(i) Saldo compreende principalmente os efeitos referentes a reestruturações societárias de controladas integrais.



Consolidado

Valor contábil	Saldo em 31/12/2023	Efeito de conversão de balanço	Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	Adições	Deprec.	Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2024	Acumulado		
									Custo	Depreciação	Total
Imóveis	1.172.266	102.809	4.152	449.236	(442.227)	(46.420)	(4.527)	1.235.289	3.474.376	(2.239.087)	1.235.289
Máquinas, equipamentos e veículos	1.709.257	42.094	920	796.867	(802.095)	(19.431)	(1.287)	1.726.325	4.124.273	(2.397.948)	1.726.325
Outros	85.905	4.853	26.369	39.941	(75.813)	(7.214)	-	74.041	288.406	(214.365)	74.041
Total	2.967.428	149.756	31.441	1.286.044	(1.320.135)	(73.065)	(5.814)	3.035.655	7.887.055	(4.851.400)	3.035.655

Valor contábil	Saldo em 31/12/2024	Efeito de conversão de balanço	Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	Adições	Deprec.	Baixas	Transf.	Reclassific. para ativos mantidos para venda ⁽ⁱ⁾	Saldo em 31/12/2025	Acumulado		
										Custo	Depreciação	Total
Imóveis	1.235.289	(55.594)	7.484	697.595	(463.235)	(1.135)	(35.656)	(649)	1.384.099	3.764.191	(2.380.092)	1.384.099
Máquinas, equipamentos e veículos	1.726.325	(20.933)	608	781.748	(740.263)	(212.813)	22.944	-	1.557.616	4.487.363	(2.929.747)	1.557.616
Outros	74.041	(7.666)	2.779	73.990	(60.318)	(447)	2.276	-	84.655	277.870	(193.215)	84.655
Total	3.035.655	(84.193)	10.871	1.553.333	(1.263.816)	(214.395)	(10.436)	(649)	3.026.370	8.529.424	(5.503.054)	3.026.370

(i) Efeito referente à reclassificação dos saldos de ativos da SLU para a linha de ativos mantidos para a venda, conforme divulgado na nota explicativa 1.3.3 - *Venda de subsidiária*.



Política contábil

a) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo menos a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável. O custo abrange o preço de aquisição, os juros incorridos no financiamento durante a fase de construção, e todos os outros custos diretamente relacionados ao transporte do ativo imobilizado até o local e sua colocação em condições de operação na forma pretendida pela Administração da Companhia [por exemplo, tributos não recuperáveis, frete, custos de desmonte e retirada dos equipamentos e restauração do local em que se encontram, caso incorridos]. O custo do imobilizado construído internamente é apurado conforme os mesmos princípios aplicáveis ao imobilizado adquirido de terceiros. Os métodos de depreciação, valor residual, bem como as vidas úteis são reavaliados e ajustados, se apropriado, anualmente. O imobilizado e respectiva depreciação incluem os efeitos do custo precedente [nota 3.2.5.1].

a.1) Gastos subsequentes

A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição de um componente, se for provável que os benefícios econômicos futuros nele incorporados fluirão para a Companhia, e o custo do componente puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são registrados como despesa quando incorridos.

a.2) Depreciação

O montante depreciável é o custo de um ativo menos o seu valor residual. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento que os ativos estão instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens. As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

Edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Instalações	10 anos
Utensílios	10 anos
Bens de uso externo / ativos comerciais	2 a 5 anos

Terrenos não são depreciados visto que têm vida útil indefinida.

As vidas úteis estimadas e os valores residuais dos ativos são revisados quando necessário.

a.3) Ganhos e perdas na venda

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

b) Arrendamento

A Companhia reconhece o direito de uso de um ativo e um passivo de arrendamento correspondente com relação a todos os contratos de arrendamento em que é o arrendatário, exceto para arrendamentos de curto prazo [definidos como arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos] e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para estes arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos do arrendamento como despesa operacional durante o prazo do arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, o que inclui o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento de arrendamento feito no momento ou antes da data de início. O ativo é subsequentemente depreciado de forma linear durante o período contratual ou até o final da vida útil do ativo.

Os principais arrendamentos da Companhia se referem a contratos de arrendamento de caminhões, empilhadeiras, imóveis, veículos comerciais e equipamentos industriais.



O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados pela taxa implícita. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Companhia usa sua taxa de empréstimo incremental específica para o país, prazo e moeda do contrato ou outro critério local.

Os pagamentos de arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento, pagamentos de arrendamento variáveis que dependem de um índice ou taxa conhecida na data de início, e opções de compra ou pagamentos de opções de extensão se a Companhia estiver razoavelmente certa de exercer essas opções. Em regra, os contratos preveem reajuste anual dos pagamentos conforme índice estabelecido nos termos contratuais.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver alteração no prazo do arrendamento, se houver alteração nos pagamentos futuros ou alteração de um índice ou taxa utilizada para determinar os pagamentos, sendo reconhecido esse valor também no ativo direito de uso.

A Companhia aplica a IAS 36/CPC 01 (R1) - *Redução ao valor recuperável de ativos* para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas.

O passivo de arrendamento é apresentado na rubrica "Empréstimos e financiamentos" e os ativos de direito de uso são apresentados na rubrica "Imobilizado" no balanço patrimonial.



12 INTANGÍVEL

Controladora

Valor contábil	Saldo em 31/12/2023	Adições	Amortização	Alienações/ Baixas	Transf.	Reestruturação ⁽ⁱ⁾	Saldo em 31/12/2024	Acumulado		
								Custo	Amortização	Total
Intangíveis comerciais	157.108	-	(51.410)	-	-	-	105.698	2.749.697	(2.643.999)	105.698
Softwares	1.811.115	-	(552.938)	(437)	1.139.534	96	2.397.370	4.787.413	(2.390.043)	2.397.370
Outros	808.161	416.631	-	-	(1.135.808)	-	88.984	177.489	(88.505)	88.984
Total	2.776.384	416.631	(604.348)	(437)	3.726	96	2.592.052	7.714.599	(5.122.547)	2.592.052

Valor contábil	Saldo em 31/12/2024	Adições	Amortização	Alienações/ Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2025	Acumulado		
							Custo	Amortização	Total
Intangíveis comerciais	105.698	-	(49.074)	-	-	56.624	2.580.982	(2.524.358)	56.624
Softwares	2.397.370	-	(622.181)	-	394.903	2.170.092	5.182.279	(3.012.187)	2.170.092
Outros	88.984	425.143	-	-	(389.800)	124.327	212.833	(88.506)	124.327
Total	2.592.052	425.143	(671.255)	-	5.103	2.351.043	7.976.094	(5.625.051)	2.351.043

(i) Saldo compreende principalmente os efeitos referentes às reestruturações societárias de controladas integrais.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev



Consolidado

Valor contábil	Saldo em 31/12/2023	Efeito de conversão de balanço	Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	Adições	Amortização	Alienações/Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2024	Acumulado		
									Custo	Amortização	Total
Marcas	5.207.205	824.146	1.428.695	-	-	-	(73.856)	7.386.190	7.386.190	-	7.386.190
Intangíveis comerciais	1.350.913	214.733	-	-	(51.411)	-	-	1.514.235	4.417.829	(2.903.594)	1.514.235
Softwares	2.404.877	43.411	284.427	2.999	(759.079)	(478)	1.277.904	3.254.061	7.128.620	(3.874.559)	3.254.061
Outros	1.078.738	33.488	24.067	504.685	(36.485)	-	(1.228.267)	376.226	1.570.213	(1.193.987)	376.226
Total	10.041.733	1.115.778	1.737.189	507.684	(846.975)	(478)	(24.219)	12.530.712	20.502.852	(7.972.140)	12.530.712

Valor contábil	Saldo em 31/12/2024	Efeito de conversão de balanço	Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	Adições	Amortização	Alienações/Baixas	Transf.	Reclassific. para ativos mantidos para venda ⁽ⁱ⁾	Saldo em 31/12/2025	Acumulado		
										Custo	Amortização	Total
Marcas	7.386.190	(1.382.531)	473.084	-	-	-	(364)	(10.550)	6.465.829	6.465.829	-	6.465.829
Intangíveis comerciais	1.514.235	(94.338)	-	-	(53.426)	-	26.110	-	1.392.581	4.143.699	(2.751.118)	1.392.581
Softwares	3.254.061	(172.367)	104.685	-	(831.157)	(256)	510.673	-	2.865.639	7.308.394	(4.442.755)	2.865.639
Outros	376.226	(33.068)	11.093	475.262	(18.212)	-	(484.855)	(7.792)	318.654	1.194.688	(876.034)	318.654
Total	12.530.712	(1.682.304)	588.862	475.262	(902.795)	(256)	51.564	(18.342)	11.042.703	19.112.610	(8.069.907)	11.042.703

(i) Efeito referente à reclassificação dos saldos de ativos da SLU para a linha de ativos mantidos para a venda, conforme divulgado na nota explicativa 1.3.3- Venda de subsidiária.



Intangíveis com vida útil indefinida

O valor contábil dos intangíveis com vida útil indefinida classificados como marcas foi alocado para os seguintes países:

	2025	2024
Argentina	2.246.856	2.764.997
Bolívia	943.302	1.061.573
Brasil	-	-
Canadá	215.239	230.502
Chile	78.392	80.663
Luxemburgo	339.633	339.633
Paraguai	634.577	602.053
República Dominicana	1.488.223	1.740.126
Panamá	378.428	425.876
Uruguai	141.179	140.767
	6.465.829	7.386.190

Intangíveis com vida útil indefinida foram testados para fins de redução ao valor de recuperação no nível da unidade geradora de caixa ("UGCs") com base na mesma abordagem descrita na nota 14 - *Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)*.

Em 2025 a Companhia seguiu o cronograma definido da implementação da nova versão de seu principal sistema de planejamento de recursos empresariais ou ERP (*Enterprise Resource Planning*) - S/4HANA, uma plataforma SAP, cujos investimentos capitalizáveis estão registrados como ativo intangível, na linha de *softwares*. A implementação se faz necessária com o fim de atualizar e aprimorar o ambiente tecnológico da Companhia. Assim como no período anterior, no contexto da implementação, diversas avaliações foram conduzidas pela Administração ao longo do exercício, inclusive sob a ótica de controles internos, a fim de mitigar riscos associados a esse tipo de atualização, tais como riscos operacionais, de interrupção de operações, de integridade de dados e de conformidade regulatória.

Política contábil

Os intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição, líquidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável.

Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear pelo período de sua vida útil estimada. Licenças e direitos de fornecimento e distribuição são amortizados pelo período em que existem os direitos com base no prazo dos contratos. Marcas, em geral, são consideradas intangíveis de vida útil indefinida e, portanto, não são amortizadas. *Software*s e custos de desenvolvimento capitalizados relacionados à tecnologia são amortizados ao longo de 3 a 10 anos. Itens que não são amortizados são testados para fins de redução ao valor de recuperação anualmente.

Os ganhos/perdas líquidos na venda de ativos intangíveis são apresentados na demonstração de resultados como outras receitas (despesas) operacionais quando o controle é transferido para o comprador, a recuperação da contraprestação é provável, e os custos associados podem ser estimados de forma confiável.

a) Marcas

A Companhia é proprietária de algumas das mais importantes marcas de bebidas nos mercados onde atua. Consequentemente, espera-se que estas marcas possam gerar fluxos de caixa positivos pelo período em que a Companhia mantiver sua propriedade. Nesse contexto, as marcas registradas como parte do valor justo, quando da aquisição de subsidiárias, são consideradas, em geral, como de vida útil indefinida. As principais marcas reconhecidas pela Companhia são *Quilmes* na Argentina, *Pilsen* no Paraguai, *Paceña* e *Huarina* Bolívia e *Presidente* e *Presidente Light* na República Dominicana.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Assim, caso parte do valor pago em uma combinação de negócios relacione-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo de intangíveis e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, o valor das marcas pode sofrer redução no caso de perdas por *impairment*. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento de uma marca são reconhecidos como despesa.

b) Softwares

O *software* adquirido é mensurado pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada. A amortização relacionada a *software* está alocada no custo das vendas, despesas comerciais ou despesas administrativas, dependendo da atividade à qual o *software* está relacionado.

Os dispêndios associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os dispêndios com desenvolvimento, assim como os dispêndios com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares*, que são diretamente atribuíveis aos *softwares* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

c) Intangíveis comerciais

A Companhia e suas subsidiárias podem reconhecer direitos de fornecimento, que consistem no direito de fornecer a um cliente e o compromisso do cliente de comprar os produtos. E direitos de distribuição, que são os direitos de vender produtos específicos em um determinado território, incluindo também direitos de patrocínios.

d) Outros intangíveis

Outros intangíveis, adquiridos pela Companhia, são mensurados pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação.

13 ÁGIO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	281.858	281.858	44.342.668	38.003.640
Efeito de conversão de balanço	-	-	(3.614.431)	3.723.544
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	927.514	2.628.891
Aquisição/(baixa)	-	-	14.538	(13.407)
Reclassificação para ativos mantidos para venda ⁽ⁱ⁾	-	-	(131.901)	-
Saldo final	281.858	281.858	41.538.388	44.342.668

(i) Efeito referente à reclassificação dos saldos de ativos da SLU para a linha de ativos mantidos para a venda, conforme divulgado na nota explicativa 1.3.3 - *Venda de subsidiária*.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2025

[em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma]

ambev



O valor do ágio foi alocado às seguintes UGCs:

	Moeda funcional	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Brasil:		281.858	281.858	17.699.928	17.685.390
Ágio	BRL	281.858	281.858	102.942.561	102.928.023
Transação com não controladores ⁽ⁱ⁾	BRL	-	-	(85.242.633)	(85.242.633)
CAC:		-	-	5.778.767	6.783.960
República Dominicana	DOP	-	-	3.866.015	4.631.370
Panamá	PAB	-	-	1.912.752	2.152.590
América Latina - Sul:		-	-	7.280.215	8.329.437
Argentina	ARS	-	-	3.954.966	4.816.176
Bolívia	BOB	-	-	1.946.318	2.190.347
Chile	CLP	-	-	53.033	54.572
Paraguai	PYG	-	-	1.116.880	1.059.934
Uruguai	UYU	-	-	209.018	208.408
Canadá	CAD	-	-	10.779.478	11.543.881
		281.858	281.858	41.538.388	44.342.668

(i) Refere-se à operação de permuta de participações societárias ocorrida em 2013 em decorrência da adoção da prática contábil do custo precedente.

Os ativos de vida útil indefinida correspondem a aproximadamente 29% do total de ativos consolidados da Ambev em 31 de dezembro de 2025 [27% em 31 de dezembro de 2024].

Política contábil

O ágio é originado na aquisição de controladas, coligadas e negócios em conjunto, e é determinado como sendo o excesso entre a soma (i) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida [quando aplicável]; e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, mensurados de acordo com a IFRS 3/CPC 15 (R1) - *Combinações de negócios*, na respectiva data de aquisição.

As combinações de negócios são contabilizadas pela aplicação do método de alocação contábil do custo do investimento. Se a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos exceder o custo da combinação de negócios, tal excesso é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado. Em uma combinação de negócios, o ativo de vida útil indefinida é alocado a partir da data de aquisição em cada UGC que se espera ser beneficiada pelas sinergias da combinação de negócios.

Também em conformidade com a IFRS 3/CPC 15(R1) - *Combinações de negócios* o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas sim testado no mínimo anualmente para fins de redução ao valor de recuperação, ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

Com respeito às coligadas e empreendimentos controlados em conjunto [*joint ventures*], o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil da participação na coligada e/ou empreendimento controlado em conjunto [*joint ventures*].



O ágio é expresso na moeda da unidade geradora de caixa ou operação em conjunto (*joint operation*) a que se refere e convertido em Real pela taxa de câmbio vigente no final do exercício.

O ágio gerado internamente é contabilizado como despesa, conforme incorrido.

O ágio inclui os efeitos do custo precedente [nota 3 (3.2.5.1)].

14 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS NÃO-FINANCEIROS (*IMPAIRMENT*)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia executou o teste de recuperabilidade (*impairment*) dos ativos não circulantes do Grupo para UGCs que possuíam ativos com vida útil indefinida alocados, assim como para as demais UGCs que apresentaram indicadores de *impairment*. A Companhia avalia indicadores de fontes internas e externas de informação, nos termos do IAS 36/CPC 01 - *Redução ao Valor Recuperável de Ativos*. Embora a Companhia acredite que seus julgamentos, premissas e estimativas sejam adequados, os resultados reais podem diferir dessas estimativas sob premissas ou condições mercadológicas ou macroeconômicas diferentes.

Os testes de *impairment* são efetuados anualmente utilizando como base as informações de setembro de cada ano calendário. Como resultado dos testes realizados no exercício de 2025 a Companhia não identificou nenhum cenário de desvalorização ou reversão de perdas por *impairment* para seus ativos e UGCs.

A Companhia não tem como prever se um evento irá desencadear um *impairment*, quando ocorrerá ou como afetará o valor do ativo reportado. Embora eventual mudança nas estimativas utilizadas possa ter impacto significativo no cálculo do valor justo e desencadear a redução do valor recuperável, a Companhia, com base na análise de sensibilidade realizada, não tem conhecimento de qualquer mudança provável em uma premissa importante que poderia resultar em um valor contábil maior que o valor recuperável.

14.1 Ativos com vida útil definida

A Companhia não identificou indicativos de *impairment* nos ativos com vida útil definida.

14.2 Ativos com vida útil indefinida

14.2.1 Metodologia

A metodologia utilizada pela Companhia para a determinação do valor recuperável de todas as suas UGCs é o valor justo líquido de despesas de venda, utilizando múltiplos do lucro antes do resultado financeiro, imposto sobre a renda e despesas com depreciação e amortização ("EBITDA"), observados no mercado em transações precedentes de negócios comparáveis, no setor de bebidas nacional e internacional. Os valores utilizados pela Companhia nesta abordagem são baseados em fontes de informação externas. Esta mensuração se classifica no nível 2 da hierarquia de valor justo, uma vez que a principal fonte de informação utilizada pela Companhia para determinar o valor recuperável foi múltiplos de EBITDA praticados em transações observadas envolvendo negócios comparáveis. Como parte desta análise de múltiplos, a Companhia estabeleceu que as UGCs cujo capital investido seja superior a 7 vezes o seu EBITDA devem ter seu valor recuperável determinado com base na abordagem de valor justo menos os custos de venda, para determinar se tal valor excede seu valor contábil. Na última análise efetuada pela Companhia, para o exercício de 2025, apenas o Chile e Panamá atenderam ao critério pré-determinado. Além disso, a UGC Brasil também foi incluída no escopo de teste, por ser a UGC mais representativa do Grupo.

Deste modo, para as UGCs Brasil, Panamá e Chile, a Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa descontado para a determinação do valor recuperável, de forma a corroborar as



conclusões alcançadas pela aplicação da abordagem de valor justo líquido de despesas de venda, de que o valor recuperável destas UGCs não excede seu valor contábil reconhecido.

14.2.2 Premissas-chave

Os julgamentos, principais estimativas e premissas-chave aplicados nos cálculos de fluxo de caixa descontado de tais UGCs são os seguintes:

- O primeiro ano do modelo é baseado na melhor estimativa do fluxo de caixa para o ano em curso;
- Para o segundo ao décimo ano do modelo, os fluxos de caixa são baseados nos planos estratégicos de curto e longo prazo aprovado pela Administração. Os planos estratégicos são preparados por país e são baseados em fontes externas em relação aos pressupostos macroeconômicos, evolução da indústria, inflação e taxas de câmbio, experiência passada e iniciativas em termos de *market share*, receita, custos e capital de giro;
- Para os anos seguintes, o Grupo efetua a projeção da perpetuidade, utilizando como taxa de crescimento a inflação esperada.
- As projeções são feitas em dólares americanos e descontadas pelo custo médio ponderado da unidade de capital ["WACC", em sua sigla em inglês], considerando-se as sensibilidades nesta métrica.

Para essas análises de fluxo de caixa, a taxa de crescimento anual composta ["CAGR", em sua sigla em inglês] da receita aplicada nos testes variou entre 6,24% e 7,41%.

O WACC utilizado é nominal e definido antes dos tributos. As taxas aplicadas em dólares americanos para cada UGC foram as seguintes:

UGC	2025
Chile	9,65%
Panamá	11,30%
Brasil	11,35%

14.2.3 Análise de sensibilidade

Com base no cenário provável, foi construída análise de sensibilidade para um acréscimo ou redução de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto. Em qualquer combinação, o valor do fluxo de caixa foi superior ao seu valor contábil. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

Política contábil

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, como imobilizado e ativo intangível com vida útil definida são revisados, no mínimo, anualmente, para avaliar a existência de indicativos de redução ao valor de recuperação. Caso exista algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado, e o valor não recuperável é reconhecido como um *impairment* no resultado do exercício. Essa avaliação é efetuada para os ativos individualmente ou aos menores grupos identificáveis de ativos que geram entradas de caixa independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos, também entendidos como UGCs.

O ágio, os intangíveis ainda não disponíveis para uso e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm os respectivos valores recuperáveis testados, no mínimo, anualmente, no nível

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS****Em 31 de dezembro de 2025***[em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma]*

de unidade de negócios [que é um nível abaixo do segmento reportado], independentemente da existência de indicadores, comparando o seu valor contábil com seu valor recuperável. Uma perda de redução ao valor de recuperação é reconhecida sempre que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor de recuperação. Perdas de redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

O valor de recuperação de intangíveis com vida útil indefinida baseia-se primeiramente em um critério de valor justo, pelo qual se aplicam múltiplos que refletem transações de mercado atuais a indicadores que determinam a rentabilidade do ativo ou ao fluxo de *royalties* que poderia ser obtido com o licenciamento do ativo intangível a terceiros, em condições normais de mercado.

O valor de recuperação dos demais ativos é apurado como sendo o maior entre o seu valor justo menos os custos de venda, e o seu valor em uso. No caso de ativos que não geram fluxos de caixa individuais significativos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. O valor recuperável das UGCs às quais o ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida pertencem é baseado no valor justo líquido de despesas de venda, utilizando múltiplos de EBITDA observados no mercado em combinações de negócios precedentes envolvendo negócios comparáveis na indústria cervejeira. Para algumas UGCs, esses cálculos são corroborados pela utilização da abordagem de valor justo líquido de despesas de venda, em que fluxos de caixa futuros de tais UGCs são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações correntes de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidos em unidades geradoras de caixa primeiramente reduzem o valor do ágio alocado na UGC e posteriormente afetam o valor dos ativos que compõem a unidade. Reversões de perdas reconhecidas anteriormente podem ocorrer, exceto as perdas por redução do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura. Os ativos não financeiros são revisados para possível reversão do *impairment* na data de apresentação. A perda por redução ao valor de recuperação é revertida somente até a extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil anterior ao reconhecimento do *impairment*, líquido de depreciação ou amortização.

15 CONTAS A PAGAR

Nota	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores	13.815.787	14.088.572	22.596.092	24.042.927
Partes relacionadas 31	2.867.768	4.427.751	1.146.743	1.180.595
Passivo circulante	16.683.555	18.516.323	23.742.835	25.223.522
Fornecedores	46.841	61.145	67.682	69.368
Partes relacionadas 31	25.740.359	25.652.273	245.277	258.338
Passivo não circulante	25.787.200	25.713.418	312.959	327.706
Total	42.470.755	44.229.741	24.055.794	25.551.228

O ajuste a valor presente referente às obrigações registradas no contas a pagar em 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$229.562 [R\$198.393 em 31 de dezembro de 2024] na Controladora e R\$243.031 [R\$210.694 em 31 de dezembro de 2024] no Consolidado.

As controladas da Companhia na Argentina, Chile e Panamá possuem transações de desconto de duplicatas com endosso [securitização do contas a pagar] com fornecedores no montante de R\$20.247 em 31 de dezembro de 2025 [R\$76.230 em 31 de dezembro de 2024], reportados no Consolidado. Em geral, referidas transações de desconto acontecem por imposições legais existentes nestas jurisdições. Estas transações mantêm suas



características comerciais, uma vez que não há alteração nas condições previamente estabelecidas (valor, prazo, contraparte, entre outros.) e fica a exclusivo critério do fornecedor realizar a antecipação de seus recebíveis, portanto, estas operações não resultam em nenhuma obrigação adicional à Companhia.

Os valores que a Controladora tem a pagar a partes relacionadas correspondem, principalmente, a contratos de mútuo celebrados com controladas integrais da Companhia, cuja variação decorre de efeitos cambiais e da celebração de novos contratos não liquidados durante o exercício, conforme nota 31 - *Partes relacionadas*.

Política contábil

Contas a pagar a fornecedores são reconhecidas, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando relevantes, os valores de contas a pagar a fornecedores são ajustados pelo seu valor presente, sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: i) o montante a ser descontado; ii) as datas de liquidação; e iii) a taxa de desconto, conforme IFRS13/CPC 46 - *Mensuração do Valor Justo* e CPC 12 (R1) - *Ajuste a Valor Presente*. O ajuste a valor presente de compras a prazo é registrado nas contas a pagar e tem como contrapartida a conta de custo dos produtos vendidos, posteriormente o valor registrado no contas a pagar é apropriado na rubrica de despesas de juros pela fruição de prazo de pagamentos.

Contratos de empréstimos intragrupo de longo prazo

A Companhia possui contratos de mútuo de longo prazo, em moeda estrangeira, firmados com subsidiárias integrais sediadas no exterior, cujos montantes são reconhecidos no contas a pagar da Controladora. Conforme o determinado pelo IAS 21/CPC 02 (R2) - *Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis*, considerando serem instrumentos de longo prazo, cuja liquidação em caixa não é provável de ocorrer e tampouco está planejada para um futuro previsível. O resultado de variações cambiais de tais contratos de mútuo deve ser reconhecido inicialmente em outros resultados abrangentes, conforme o regime de competência.

O reconhecimento da variação cambial em outros resultados abrangentes não altera a classificação contábil atribuída à dívida, que é registrada em conta do passivo e incorre em juros, que são reconhecidos como despesa financeira no resultado do exercício.

Os efeitos da variação cambial somente serão refletidos no resultado do exercício caso ocorra alguma alteração na premissa relacionada à liquidação do mútuo, isto é, se esta passar a ser previsível ou provável. No eventual caso de liquidação parcial, apenas a variação cambial correspondente à parcela liquidada ou com expectativa de liquidação próxima será reclassificada para o resultado do exercício.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2025

[em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma]

16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Empréstimos bancários com garantia	16.069	14.689	18.831	18.481
Outros empréstimos com garantia	135.510	145.150	135.510	145.150
Arrendamentos	525.724	536.147	1.012.984	1.112.760
Passivo circulante	677.303	695.986	1.167.325	1.276.391
Empréstimos bancários com garantia	80.870	96.940	80.870	96.940
Outros empréstimos com garantia	176.067	227.089	176.067	227.089
Arrendamentos	829.959	804.051	1.962.662	1.852.308
Passivo não circulante	1.086.896	1.128.080	2.219.599	2.176.337
Total	1.764.199	1.824.066	3.386.924	3.452.728

Informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e o cronograma de desembolsos estão divulgadas na nota 29 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as dívidas apresentavam as seguintes taxas:

Controladora						
Instrumentos de Dívida	Taxa média ao ano	2025		Taxa média ao ano	2024	
		Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
Dívida em Reais - taxa flutuante (TR)	9,56%	16.069	80.870	9,48%	14.689	96.940
Dívida em Reais - ICMS taxa fixa	2,87%	87.471	60.031	2,92%	107.175	122.411
Dívida em Reais - ICMS taxa variável	6,26%	48.039	116.036	6,36%	37.974	104.679
Dívida em Reais - taxa fixa	12,05%	525.724	829.959	11,14%	536.148	804.050
Total		677.303	1.086.896		695.986	1.128.080

	Consolidado					
Instrumentos de Dívida	Taxa média ao ano	2025		Taxa média ao ano	2024	
		Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
Dívida denominada em USD - taxa fixa	2,39%	3.263	6.487	8,00%	3.786	-
Dívida denominada em CAD - taxa flutuante	-	-	-	2,60%	6	-
Outras moedas latino-americanas - taxa fixa	15,15%	150.869	477.639	12,98%	190.650	319.544
Dívida denominada em CAD - taxa fixa	5,54%	127.659	187.132	5,78%	149.644	289.717
Dívida em Reais - taxa flutuante (TR)	9,56%	16.069	80.870	9,48%	14.689	96.940
Dívida em Reais - ICMS taxa fixa	2,87%	87.471	60.031	2,92%	107.175	122.411
Dívida em Reais - ICMS taxa variável	6,26%	48.039	116.036	6,36%	37.974	104.679
Dívida em Reais - taxa fixa	11,73%	733.955	1.291.404	11,06%	772.467	1.243.046
Total		1.167.325	2.219.599		1.276.391	2.176.337



16.1 Movimentação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento

As tabelas abaixo detalham as alterações nos passivos da Companhia decorrentes de atividades de financiamento, incluindo mudanças monetárias e não monetárias. Passivos decorrentes de atividades de financiamento são aqueles para os quais fluxos de caixa ou fluxos de caixa futuros serão classificados na demonstração dos fluxos de caixa das atividades de financiamento:

	2025		Controladora	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Saldo inicial	695.986	1.128.080	784.939	1.130.509
Proventos de empréstimos	-	51.069	-	53.656
Liquidação de empréstimos	(176.868)	-	(172.813)	-
Transferência entre circulante e não circulante	463.028	(463.028)	517.706	(517.706)
Novos contratos de arrendamento	295.966	348.924	280.478	431.551
Juros de arrendamentos	127.448	-	70.978	-
Pagamentos de arrendamentos	(708.946)	-	(784.127)	-
Outros movimentos	(19.311)	21.851	(1.175)	30.070
Saldo final	677.303	1.086.896	695.986	1.128.080

	2025		Consolidado	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Saldo inicial	1.276.391	2.176.337	1.298.091	2.202.975
Proventos de empréstimos	-	51.069	435.468	53.656
Liquidação de empréstimos	(177.487)	-	(604.731)	-
Variação cambial	(31.851)	(67.812)	55.625	116.396
Transferência entre circulante e não circulante	893.012	(893.012)	1.009.902	(1.009.902)
Novos contratos de arrendamento	407.977	928.338	428.873	775.601
Juros de arrendamentos	74.707	-	182.295	-
Pagamentos de arrendamentos	(1.227.023)	-	(1.512.971)	-
Outros movimentos	(48.401)	24.679	(16.161)	37.611
Saldo final	1.167.325	2.219.599	1.276.391	2.176.337

16.2 Maturidade dos contratos

Os montantes acima têm o seguinte fluxo de pagamento estimado:

						Controladora
	2025	2026	2027	2028	>2029	Saldo em 31 de dezembro:
Empréstimos bancários com garantia	16.069	17.580	19.232	21.040	23.018	2025
Outros empréstimos com garantia	135.510	104.834	54.465	5.568	11.200	96.939
Arrendamentos	525.724	353.240	272.884	114.330	89.505	311.577
Total	677.303	475.654	346.581	140.938	123.723	1.355.683
						1.764.199

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS****Em 31 de dezembro de 2025***(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

						Consolidado
	2025	2026	2027	2028	>2029	Saldo em 31 de dezembro:
						2025
Empréstimos bancários com garantia	18.831	17.580	19.232	44.058	-	99.701
Outros empréstimos com garantia	135.510	104.833	54.466	5.568	11.200	311.577
Arrendamentos	1.012.979	743.285	525.585	307.203	386.594	2.975.646
Total	1.167.320	865.698	599.283	356.829	397.794	3.386.924

16.3 Cláusulas contratuais (covenants)

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, assim como em 31 de dezembro de 2024, e até a data de emissão destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, não ocorreram eventos de inadimplência, quebra de cláusulas de *covenants* ou alterações contratuais significativas que resultassem em mudanças dos termos de pagamentos dos contratos de empréstimos e financiamentos.

A maioria dos contratos financeiros preveem cláusulas restritivas (*covenants*), tais como: manutenção dos ativos da Companhia, com a finalidade de assegurar que todos permaneçam em condições de uso; limitação para realização de operações de aquisição, fusão, venda ou alienação de seus ativos; divulgação de demonstrações contábeis e balanços patrimoniais, entre outras.

Estas cláusulas restritivas são aplicáveis a partir da data de celebração e entrada em vigor de cada contrato, na medida em que os eventos previstos contratualmente ocorram. A depender da materialidade de cada um dos eventos e de seus efeitos adversos para a Companhia e/ou suas subsidiárias e/ou os direitos de seus credores, podem ser aplicadas penalidades contratuais, sendo uma delas o vencimento antecipado do respectivo contrato.

Em determinados contratos, na hipótese de ocorrência de qualquer um dos eventos previstos nas referidas cláusulas restritivas, pode ser concedido à Companhia um prazo de cura para saneamento de eventual inadimplemento contratual, a fim de evitar penalidades decorrentes da quebra de obrigação.

Em 31 de dezembro de 2025, assim como em 31 de dezembro de 2024, a Companhia atendeu a todos os compromissos contratuais de suas operações de empréstimos e financiamentos.

16.4 Garantias e contrapartidas contratuais

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia preveem a prestação de garantias diversas, tais como fianças e imóveis. Em relação aos incentivos fiscais nas modalidades de financiamento ou empréstimo subsidiado, estes estão sujeitos ao cumprimento de diversas contrapartidas conforme as respectivas previsões constantes dos atos normativos ou atos concessivos estaduais, tais como: (i) manutenção ou geração de empregos no longo prazo; (ii) realização de investimentos; (iii) incremento na capacidade produtiva; (iv) compromissos de arrecadação de ICMS; (v) manutenção de regularidade fiscal; dentre outras, condições estas que referem-se a fatos sob controle da Companhia. Estes compromissos são aplicáveis a partir da data de assinatura dos respectivos contratos relacionados aos incentivos fiscais.



16.5 Contratos de arrendamento por prazo e taxa de desconto (Brasil)

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ["spread" de crédito]. Os *spreads* foram obtidos por meio de sondagens junto a instituições financeiras. A tabela a seguir evidencia a média ponderada das taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos vigentes:

Prazos	Taxa % a.a.	2025
2025 - 2029		12,23%
2030 - 2040		12,94%

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de créditos de PIS e COFINS a recuperar embutidos na contraprestação de arrendamento nas operações ocorridas no Brasil, conforme os períodos previstos para pagamento. Este direito potencial de créditos poderá sofrer alterações considerando a extinção do PIS/COFINS e a imposição de CBS a partir de 2027. A mensuração detalhada destes impactos será possível somente após a publicação da regulamentação da nova regra fiscal, o que deve acontecer ao longo do exercício. Neste momento a administração entende que a melhor estimativa é considerar os créditos de PIS / COFINS atuais:

Fluxo de caixa	Saldo em 31 de dezembro de 2025	
	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	2.567.448	2.110.049
PIS/COFINS potencial (9,25%)	237.489	195.180
	2.804.937	2.305.229

16.6 Divulgações adicionais requeridas pela CVM para contratos de arrendamento

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento vigentes em 31 de dezembro de 2025, descontados pela taxa nominal:

	2026	2027	2028	2029	2028-2035
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2)	1.909.295	1.092.491	697.457	434.058	333.086
Fluxo com projeção de inflação	1.982.666	1.129.576	720.032	448.797	342.745
Variação	4%	3%	3%	3%	3%
Direito de uso líquido - saldo final					
Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2)	1.795.671	999.054	595.706	360.930	209.841
Fluxo com projeção de inflação	1.869.453	1.033.034	615.218	373.437	215.927
Variação	4%	3%	3%	3%	3%
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2)	263.294	147.724	112.031	74.374	145.846
Fluxo com projeção de inflação	275.301	153.098	115.793	76.912	151.089
Variação	5%	4%	3%	3%	4%
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2)	1.337.429	1.052.023	564.133	343.598	154.513
Fluxo com projeção de inflação	1.388.969	1.087.804	582.611	355.505	158.994
Variação	4%	3%	3%	3%	3%



Política contábil

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo deduzidos dos custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, sendo qualquer diferença entre o valor inicial e o valor do vencimento reconhecido no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

A política contábil aplicada aos passivos de arrendamento está divulgada na nota 11 - *Imobilizado*.

17 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em processos administrativos, judiciais e em arbitragens decorrentes do curso normal dos negócios. A avaliação do prognóstico de perda, realizada pela Companhia com suporte de seus assessores legais, leva em consideração as chances da posição da Companhia e de suas subsidiárias ser aceita ao final do processo, tendo em vista a legislação aplicável, a jurisprudência acerca do tema e os elementos de prova existentes. Devido à sua natureza, tais processos envolvem incertezas a eles inerentes, incluindo, mas não limitado a decisões de cortes e tribunais, acordos entre as partes envolvidas e ações governamentais e, como consequência disso, a Administração não pode, no estágio atual, estimar o tempo exato de resolução desses temas.

17.1 Provisões

Os processos considerados como prováveis de perda estão totalmente provisionados, nos termos do CPC 25/IAS 37 - *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*, e possuem natureza tributária, cível ou trabalhista. São considerados prováveis de perda os processos em que há jurisprudência consolidada ou vinculante de forma desfavorável à tese defendida pela Companhia e suas subsidiárias, ou, em se tratando de discussão fática ou probatória, quando a Companhia e suas subsidiárias não possuem os elementos de prova necessários e suficientes para provar o direito alegado.

17.1.1 Principais processos com probabilidade de perda provável

Tributos sobre vendas: a Companhia e suas subsidiárias possuem no Brasil diversos processos administrativos e judiciais referentes aos tributos ICMS, IPI, PIS e COFINS considerados como prováveis de perda. Estes processos envolvem compensações, suposta insuficiência de recolhimento de tributos, apropriação de créditos tributários, entre outros.

Trabalhistas: a Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em processos trabalhistas considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados, inclusive aqueles de empresas prestadoras de serviços terceirizados. Tais processos envolvem principalmente horas extras, seus reflexos e respectivos encargos.

Cíveis: a Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em processos cíveis considerados como prováveis de perda. A parcela mais relevante desses processos foi ajuizada por ex-distribuidores, principalmente no Brasil, e trata, em sua maioria, de pedidos de indenização pelo término da relação contratual de distribuição com a Companhia.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demais tributos: referem-se a provisões para processos que tratam de outros tributos não relacionados à tributação sobre vendas ou sobre a renda. Os tratamentos fiscais incertos relativos a tributos incidentes sobre o lucro com prognóstico de perda provável têm seus valores reportados diretamente na rubrica de *imposto de renda e contribuição social a recolher*, nos termos da ICPC 22/IFRIC 23 - *Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro*.

17.1.2 Movimentação das provisões

					Controladora
	Tributos sobre vendas	Trabalhistas	Cíveis	Demais tributos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	237.613	106.513	322.061	157.886	824.073
Provisões constituídas	142.135	184.237	127.307	36.474	490.153
Provisões utilizadas	(30.568)	(142.928)	(82.372)	(18.978)	(274.846)
Provisões revertidas	(68.772)	(27.400)	(23.106)	(21.156)	(140.434)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	280.408	120.422	343.890	154.226	898.946
Provisões constituídas	393.146	193.470	245.738	261.114	1.093.468
Provisões utilizadas	(121.837)	(139.814)	(157.151)	(44.808)	(463.610)
Provisões revertidas	(92.842)	(35.155)	(171.338)	(20.647)	(319.982)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	458.875	138.923	261.139	349.885	1.208.822

						Consolidado
	Tributos sobre vendas	Trabalhistas	Cíveis	Demais tributos	Reestruturação	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	282.172	149.937	340.177	202.447	3.270	978.003
Efeito de conversão de balanço	-	1.285	305	12.416	654	14.660
Provisões constituídas	148.661	294.740	144.887	39.769	24.754	652.811
Provisões utilizadas	(33.554)	(205.810)	(89.949)	(19.695)	(24.106)	(373.114)
Provisões revertidas	(71.373)	(45.042)	(23.399)	(20.731)	-	(160.545)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	325.906	195.110	372.021	214.206	4.572	1.111.815
Efeito de conversão de balanço	-	(1.955)	(7.372)	(7.435)	(301)	(17.063)
Provisões constituídas	423.011	285.111	273.018	275.282	23.348	1.279.770
Provisões utilizadas	(129.832)	(211.490)	(165.833)	(42.501)	(22.511)	(572.167)
Provisões revertidas	(93.989)	(49.884)	(174.778)	(34.649)	-	(353.300)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	525.096	216.892	297.056	404.903	5.108	1.449.055

17.1.3 Expectativa de desembolso das provisões

							2024
			Controladora				Consolidado
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	
Tributos sobre vendas	116.988	163.420	280.408	158.717	167.189	325.906	
Trabalhistas	36.906	83.516	120.422	55.700	139.410	195.110	
Cíveis	180.274	163.616	343.890	188.357	183.664	372.021	
Demais tributos	33.294	120.932	154.226	33.565	180.641	214.206	
Total de provisão para disputas e litígios	367.462	531.484	898.946	436.339	670.904	1.107.243	
Reestruturação	-	-	-	4.572	-	4.572	
Total das provisões	367.462	531.484	898.946	440.911	670.904	1.111.815	



	2025					
	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Tributos sobre vendas	118.742	340.133	458.875	124.282	400.814	525.096
Trabalhistas	64.668	74.255	138.923	99.389	117.503	216.892
Cíveis	66.162	194.977	261.139	81.425	215.631	297.056
Demais tributos	260.909	88.976	349.885	261.161	143.742	404.903
Total de provisão para disputas e litígios	510.481	698.341	1.208.822	566.257	877.690	1.443.947
Reestruturação	-	-	-	5.108	-	5.108
Total das provisões	510.481	698.341	1.208.822	571.365	877.690	1.449.055

O prazo estimado para liquidação das provisões foi baseado na melhor estimativa da Administração em conjunto com seus assessores legais internos e externos na data destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

17.2 Contingências

A Companhia e suas subsidiárias mantêm discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil relacionadas a certas posições fiscais adotadas na apuração do IRPJ e da CSLL, cuja análise atual de prognóstico, com base na avaliação da Administração, é de que serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância, considerando a regular observância da legislação tributária, jurisprudência e provas produzidas, em linha com as disposições da ICPC 22/IFRIC 23 - *Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro*. O Grupo também tem ações de natureza principalmente tributária, relacionadas a outros tributos, que envolvem riscos de perda possível, conforme classificação de prognóstico da Administração. Para esses tratamentos fiscais incertos e contingências possíveis não há provisão constituída, em virtude da avaliação de prognóstico realizada, conforme composição e estimativas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ e CSLL	69.922.139	60.513.159	72.201.276	65.174.567
ICMS e IPI	26.855.926	25.654.137	28.810.054	28.139.743
PIS e COFINS	1.442.997	1.326.583	1.876.543	2.032.464
Outros	2.591.096	2.064.173	3.046.204	2.552.048
	100.812.158	89.558.052	105.934.077	97.898.822

As contingências com prognóstico de perda remota não são divulgadas, em virtude de ser remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação, em linha com o CPC 25/IAS 37 - *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*.

A Companhia e suas subsidiárias possuem apólices de seguros-garantia e cartas fianças para alguns processos judiciais, as quais são apresentadas como garantia em processos cíveis, trabalhistas e tributários.



17.2.1 Principais processos com probabilidade de perda possível

Os principais processos classificados com probabilidade de perda possível estão sumarizados nos quadros abaixo, em conjunto com suas respectivas estimativas de valores envolvidos nos casos.

#	Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro Conforme aplicação do ICPC 22/IFRIC 23 (nota explicativa 9 - Imposto de renda e contribuição social)	Estimativa (em milhões de reais)	
		2025	2024
1	Dedutibilidade de despesa do JCP Durante o exercício de 2013, conforme aprovado em Assembleia, a Companhia implementou uma reestruturação societária com objetivo de simplificar sua estrutura e unificar suas classes de ações, dentre outros. Um dos passos desta reestruturação envolveu a troca de ações e subsequente incorporação das ações de sua controlada Companhia de Bebidas das Américas na Ambev S.A. Como uma das consequências desta operação, a Ambev S.A. reconheceu em seus registros contábeis a contrapartida da diferença entre o valor de suas ações emitidas para referida troca e o valor patrimonial das ações da controlada no patrimônio líquido, nos termos do IFRS 10/CPC 36 e ICPC09, na rubrica <i>ajustes de avaliação patrimonial</i> . Em decorrência dessa operação societária, a Ambev tem recebido, desde o ano de 2019, autuações da Receita Federal do Brasil ("RFB") referentes à dedução dos Juros sobre Capital Próprio, tendo sido objeto de autuação os anos-calendário de 2014 a 2021. Os questionamentos referem-se, primordialmente, aos efeitos contábeis e societários da reestruturação societária efetuada pela Companhia no ano de 2013, e seus impactos no incremento do cálculo do limite da dedutibilidade do JCP. Em todos os casos a Companhia obteve decisão parcialmente favorável em primeira instância administrativa e, em face dessas decisões, a Ambev inter pôs recursos voluntários para análise dos casos pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF"). Nos autos de infração relacionados ao ano-calendário de 2014 e aos anos-calendário de 2017 a 2021, os recursos voluntários apresentados pela Companhia aguardam julgamento pelo CARF e a parcela favorável das decisões de primeira instância administrativa deverá ser submetida a reexame obrigatório perante este tribunal. Em relação ao auto de infração referente aos anos-calendários de 2015 e 2016, em maio de 2024, a Companhia obteve decisão desfavorável quanto ao mérito da discussão, mas favorável quanto à multa exigida pelo Fisco, na medida em que restou afastada a aplicação da multa qualificada no caso. Em dezembro de 2024, a Companhia foi intimada da decisão, tornando-se definitivo o êxito quanto à parcela favorável, e apresentou o recurso cabível ao CARF. Em outubro de 2025, a Companhia foi intimada da decisão desfavorável do CARF quanto ao recurso e, com relação à discussão de mérito principal, apresentou recurso cabível à Câmara Superior de Recursos Fiscais ("CSRF") que aguarda admissibilidade. Para uma parcela da discussão envolvendo o ano-calendário de 2015 que se tornou definitiva na esfera administrativa, a Companhia apresentou recurso à esfera judicial. Em dezembro 2025, a Companhia obteve decisão desfavorável em primeira instância que não analisou o mérito dessa parcela da discussão por entender que dependia da análise de mérito principal, a qual ainda aguarda desfecho na esfera administrativa. A Companhia continuará discutindo o caso na esfera judicial. O valor atualizado deste tratamento fiscal incerto com probabilidade de perda possível, conforme ICPC 22/IFRIC 23, já autuado, é de aproximadamente R\$30,8 bilhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$28,1 bilhões em 31 de dezembro de 2024). Em virtude da avaliação das chances de perda, não houve provisão realizada no período. Este tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, continuou a ser aplicado pela Ambev e impactou os anos-calendário subsequentes aos autuados (2022 e 2023), em que a Companhia igualmente distribuiu JCP e os deduziu da base tributável do seu Imposto de Renda. Dessa maneira, caso a dedutibilidade dos JCP também venha a ser questionada no futuro, nas mesmas bases e com os mesmos fundamentos dos autos de infração referidos, a Companhia estima que o desdobramento dessas eventuais novas discussões seja consistente com o período já autuado. Em dezembro de 2023, foi convertida em Lei (nº 14.789/2023) a MP 1.185, de agosto de 2023, que alterou a base de cálculo dos JCP a partir de 1º de janeiro de 2024, fazendo com que este tratamento fiscal incerto esteja limitado aos JCP calculados conforme disposições anteriores à vigência da referida Lei.	30.782	28.126
2	Glosa de créditos de impostos pagos no exterior Desde 2014 a Companhia vem recebendo autuações para a cobrança de IRPJ e CSLL, relativas aos anos-calendários de 2007 em diante, que glosam a utilização de créditos de imposto de renda pago no exterior por suas empresas controladas. Por reputar que tais cobranças são ilegítimas, a Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais. Em novembro de 2019, foi proferida decisão favorável definitiva pelo CARF cancelando a autuação com relação a um dos casos, que abarcava o ano-calendário de 2010. Para os casos envolvendo os anos-calendários de 2015 e 2016, a Companhia recebeu decisões desfavoráveis, na esfera administrativa, em três dos quatro processos. A Ambev ingressou com medida judicial para discussão da matéria e aguarda decisão em primeira instância judicial. Em julho de 2024, o CARF proferiu decisão favorável no caso envolvendo o ano-calendário de 2012. O valor aproximado do processo julgado era de R\$1,4 bilhão. A Companhia aguarda a notificação do acórdão para, em conjunto com seus assessores externos, avaliar eventuais impactos na classificação de prognóstico desta parcela da contingência. Em janeiro de 2025, a Companhia recebeu novas autuações relativas ao ano-calendário de 2019 e apresentou defesas administrativas, as quais foram julgadas improcedentes pela Delegacia da Receita Federal ("DRJ") em setembro de 2025, tendo a Companhia apresentado os respectivos recursos voluntários ao CARF. Em relação aos processos que discutem os demais anos-calendários, a Companhia aguarda decisões nas esferas administrativa e judicial. Ainda com relação ao tema, foram lavrados autos de infração exigindo multa isolada devido à suposta ausência de pagamento mensal do IRPJ e CSLL, em razão da utilização de créditos de imposto de renda pago por controladas no exterior referente aos anos calendários de 2015 a 2020. Para os casos envolvendo os anos-calendários de 2016, 2018 e 2019, foram proferidas	19.091	15.932

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2025

[em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma]

	<p>decisões desfavoráveis à Companhia pela DRJ, em face da quais a Companhia apresentou recursos voluntários que aguardam julgamento pelo CARF. Em agosto de 2024, o CARF proferiu decisões sobre os casos referentes aos anos-calendários de 2015 e 2017. A primeira decisão foi desfavorável e a Companhia apresentou recurso à CSRF, a qual não foi admitido. Em agosto de 2025, a Companhia foi intimada da referida decisão e ingressou com medida judicial para discussão do tema. A segunda decisão proferida, referente ao ano-calendário de 2017, foi favorável e objeto de recurso pelas autoridades fiscais à CSRF, que aguarda julgamento.</p> <p>Em outubro de 2025, a Companhia recebeu novo auto de infração cobrando referida multa isolada com relação ao ano-calendário de 2020 e apresentou defesa à primeira instância administrativa, que aguarda julgamento.</p> <p>O valor atualizado deste tratamento fiscal incerto com probabilidade de perda possível, conforme ICPC 22/IFRIC 23, já atuado, é de aproximadamente R\$19,1 bilhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$15,9 bilhões em 31 de dezembro de 2024) e, em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão no período. O referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, quanto aos créditos de imposto de renda pago no exterior, continuou a ser aplicado pela Companhia e impactou os anos-calendários de 2018, 2020-2025. Caso ocorram novos questionamentos no futuro, nas mesmas bases e com os mesmos fundamentos dos autos de infração referidos, a Companhia estima que o desdobramento dessas eventuais novas discussões seja consistente com os períodos já atuados.</p>		
3	<p>Lucros auferidos no exterior</p> <p>Desde 2005, a Companhia e algumas de suas subsidiárias têm recebido autuações por parte da RFB com relação à tributação de lucros auferidos por subsidiárias domiciliadas no exterior, sob diversos fundamentos. Por reputar que tais cobranças são ilegítimas, a Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais. Em 2022 e 2023, o CARF proferiu decisões favoráveis e parcialmente favoráveis à Companhia referente aos anos calendários de 2012 e 2014. As decisões proferidas cancelaram parte das autuações reconhecendo como parcialmente corretos os cálculos realizados pela Companhia em relação ao lucro tributável no Brasil das empresas domiciliadas no exterior, bem como a impossibilidade de o Fisco brasileiro desconsiderar a amortização do ágio realizado por controlada no exterior. Parte dessas decisões representaram êxito definitivo no valor aproximado de R\$1 bilhão em 30 de setembro de 2024, que foi reduzido da contingência possível. Em agosto de 2024, a Ambev recebeu decisão parcialmente favorável proferida pela primeira instância administrativa, referente ao ano-calendário de 2018, a Companhia e a autoridade fiscal apresentaram recursos perante o CARF. Em novembro de 2024 a Ambev recebeu nova autuação referente ao ano-calendário de 2019 e apresentou defesa, tendo obtido decisão parcialmente favorável em primeira instância administrativa. A Companhia apresentou recurso em face da parcela desfavorável da decisão, a qual aguarda julgamento pelo CARF.</p> <p>Em dezembro de 2025, a Companhia recebeu nova autuação referente ao ano-calendário de 2020, e apresentará defesa à primeira instância administrativa.</p> <p>Nos processos em trâmite na esfera judicial, a Companhia possui decisões favoráveis, sujeitas a reexame pela instância superior. O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto com probabilidade de perda possível, conforme ICPC 22/IFRIC 23, já atuado, é de aproximadamente R\$8,0 bilhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$5,7 bilhões em 31 de dezembro de 2024). Este tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, continuou a ser aplicado pela Companhia e impactou anos-calendário subsequentes aos atuados [2021-2025]. Caso ocorram novos questionamentos no futuro, nas mesmas bases e com os mesmos fundamentos dos autos de infração referidos, a Companhia estima que o desdobramento dessas eventuais novas discussões seja consistente com os períodos já atuados.</p>	7.996	5.667
4	<p>Ágio Inbev Holding</p> <p>Em dezembro de 2011, a Companhia recebeu um primeiro auto de infração lavrado pela RFB referente, principalmente, à glosa de despesas de amortização do ágio, nos anos-calendários de 2005 a 2010, decorrente da incorporação da InBev Holding Brasil S.A. Na esfera administrativa, foram proferidas decisões parcialmente favoráveis. Em face dessas decisões, a Companhia ingressou com medidas judiciais para discussão da matéria em que ficou vencida em sede administrativa, as quais aguardam julgamento de primeira instância.</p> <p>Em junho de 2016, a Ambev recebeu um segundo auto de infração lavrado pela RFB relativo à glosa da amortização da parcela remanescente do referido ágio, nos anos-calendários de 2011 a 2013. Em abril de 2023, a Companhia obteve decisão parcialmente favorável definitiva na esfera administrativa. Para a parcela da discussão em que restou vencida, a Companhia ingressou com medida judicial, que aguarda julgamento de primeira instância. O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto com probabilidade de perda possível, conforme ICPC 22/IFRIC 23, é de aproximadamente R\$7,7 bilhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$6,8 bilhões em 31 de dezembro de 2024) e, em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão no período. Com relação à presente discussão, todos os períodos impactados por referido tratamento fiscal incerto já foram objeto de autuações pela RFB. Na eventualidade de a Companhia ser requerida a pagar este montante, a Anheuser-Busch InBev N.V. reembolsará o valor proporcional (70%) ao seu benefício decorrente da amortização do ágio referido, bem como os respectivos custos, nos termos do "Reimbursement Agreement" celebrado em 21 de dezembro de 2011, entre Companhia de Bebidas das Américas - Ambev e Anheuser-Busch InBev N.V..</p>	7.689	6.836
5	<p>Ágio BAH</p> <p>Em outubro de 2013, a Ambev recebeu auto de infração relacionado ao ágio amortizado nos anos-calendários de 2007 a 2012 referente à incorporação da Beverage Associates Holding Limited ("BAH") na Ambev.</p> <p>Em abril e agosto de 2018, a Ambev recebeu dois novos autos de infração relativos à glosa da amortização da parcela remanescente do referido ágio nos anos-calendários 2013 e 2014. Na esfera administrativa, foram proferidas decisões parcialmente favoráveis à Companhia, com relação à multa qualificada e decadência para um dos períodos em discussão. Em face dessas decisões, a Companhia ingressou com medidas judiciais para discussão da matéria em que ficou vencida em sede administrativa, obtendo decisões de total procedência em primeira instância judicial. A Fazenda Nacional apresentou recursos de apelação, os quais aguardam julgamento em segunda instância judicial. O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto com probabilidade de perda possível, conforme ICPC 22/IFRIC 23, é de</p>	1.589	1.482

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	aproximadamente R\$1,6 bilhão em 31 de dezembro de 2025 (R\$1,5 bilhão em 31 de dezembro de 2024). Em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão no período. Com relação à presente discussão, todos os períodos impactados por referido tratamento fiscal incerto já foram objeto de autuações pela RFB.		
6	Ágio CND Holdings Em novembro de 2017, a Companhia recebeu um auto de infração relacionado ao ágio amortizado nos anos-calendário de 2012 a 2016 referente à incorporação da CND Holdings na Ambev. Na esfera administrativa foi proferida decisão parcialmente favorável pelo CARF, que foi objeto de recursos interpostos pela Companhia e pela Fazenda Nacional e que aguardam julgamento pela CSRF, última instância administrativa. Em fevereiro de 2024, a Companhia apresentou pedido de desistência do recurso interposto, o qual foi aceito, prevalecendo o resultado do julgamento parcialmente favorável proferido pelo CARF, que representou uma redução da contingência possível. A Companhia ingressou com medida judicial para questionar a parcela desfavorável, a qual está pendente de julgamento em primeira instância. Em outubro de 2022, a Ambev recebeu um novo auto de infração relativo à glosa da amortização da parcela remanescente do referido ágio no ano-calendário de 2017. A Companhia recebeu decisão de parcial procedência em primeira instância administrativa, a qual foi objeto de recursos interpostos pela Companhia e pela Fazenda Nacional ao CARF. Em agosto de 2024, o CARF proferiu decisão favorável à Companhia, cancelando integralmente a autuação. A decisão ainda não é definitiva. Em dezembro de 2025, a Companhia foi notificada da decisão. Em face dessa decisão, a Companhia apresentou embargos de declaração para esclarecimento de pontos omissos e o Fisco apresentou recurso especial à CSRF, os quais aguardam julgamento. O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto com probabilidade de perda possível, conforme ICPC 22/IFRIC 23, é de aproximadamente R\$1,0 bilhão em 31 de dezembro de 2025 (R\$1,0 bilhão em 31 de dezembro de 2024). Em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão realizada no período. Com relação à presente discussão, todos os períodos impactados por referido tratamento fiscal incerto já foram objeto de autuações pela RFB.	1.040	962
7	Ágio MAG Em dezembro de 2022, a CRBS S.A. (subsidiária da Ambev) recebeu um auto de infração relacionado ao ágio amortizado nos anos-calendário de 2017 a 2020 referente à aquisição e incorporação da RTD Barbados na CRBS. Na esfera administrativa, a CRBS recebeu decisão de parcial procedência em primeira instância administrativa, a qual foi objeto de recursos interpostos pela Companhia e autoridades fiscais. Em outubro de 2025, o CARF proferiu decisão parcialmente favorável à CRBS com relação à qualificação da multa, mantendo a cobrança da parcela remanescente por voto de qualidade. Essa decisão não é final, e a CRBS aguarda notificação formal para avaliar os potenciais impactos e tomar as medidas adicionais necessárias. O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto com probabilidade de perda possível, conforme ICPC 22/IFRIC 23, já autuado, é de aproximadamente R\$330 milhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$301 milhões em 31 de dezembro de 2024). Em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão no período. O referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, continuou a ser aplicado pela CRBS e impactou anos-calendário subsequentes aos autuados (2021-2022). Caso ocorram novos questionamentos no futuro, nas mesmas bases e com os mesmos fundamentos do auto de infração referido, a CRBS estima que o desdobramento dessas eventuais novas discussões seja consistente com o período já autuado.	330	301
8	Lucro Presumido Em abril de 2016, a Arosuco (subsidiária da Ambev) recebeu autuação relacionada à utilização de lucro presumido para o cálculo do IRPJ e da CSLL em detrimento do método de lucro real. Em setembro de 2017, a Arosuco foi intimada da decisão desfavorável em primeira instância administrativa e apresentou recurso voluntário. Em 2019, foi proferida decisão favorável definitiva pelo CARF, cancelando a autuação. Em março de 2019, a Arosuco recebeu novo auto de infração da mesma matéria e apresentou defesa. Em outubro de 2019, a primeira instância administrativa proferiu decisão desfavorável e a Arosuco interpôs recurso voluntário para o CARF. Em fevereiro de 2024, o CARF proferiu decisão favorável à Companhia cancelando integralmente a autuação. As autoridades fiscais apresentaram recurso à CSRF que, em setembro de 2025, proferiu decisão desfavorável à Companhia, determinando o retorno do caso ao CARF para novo julgamento. A Arosuco estima que o valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto com probabilidade de perda possível, conforme ICPC 22/IFRIC 23, é de aproximadamente R\$601,3 milhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$557,7 milhões em 31 de dezembro de 2024). Em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão realizada no período. Com relação à presente discussão, todos os períodos impactados por referido tratamento fiscal incerto já foram objeto de autuações pela RFB.	601	558
9	Lucro da Exploração Em janeiro de 2020, a Arosuco, subsidiária da Companhia, recebeu autuação da RFB, relativa aos anos-calendário de 2015 a 2018, glosando o benefício de redução do Imposto de Renda previsto na Medida Provisória nº 2199-14/2001, com base no Lucro da Exploração. Em outubro de 2020, a Arosuco foi intimada da decisão desfavorável em primeira instância administrativa e apresentou Recurso Voluntário. Em fevereiro de 2024, o CARF proferiu decisão parcialmente favorável reconhecendo o direito da Arosuco de beneficiar-se da redução do Imposto de Renda, decisão essa que foi confirmada e mantida pelo próprio CARF em agosto de 2025, ao julgar os recursos administrativos apresentados. A parcela desfavorável da decisão, estimada em aproximadamente R\$0,1 bilhão, está relacionada aos questionamentos acerca da diferença na metodologia de cálculo do benefício em si, bem como, na metodologia de cálculo referente à distribuição de JCP. Em virtude da parcela que foi favorável à Arosuco, houve redução na contingência possível, em virtude de baixa definitiva, em R\$2,8 bilhões no período. O valor autuado atualizado deste tratamento fiscal incerto com probabilidade de perda possível, conforme ICPC 22/IFRIC 23, é de aproximadamente R\$0,2 bilhão em 31 de dezembro de 2025 (R\$2,9 bilhões em 31 de dezembro de 2024). Em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão realizada no período. O referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, impactou anos-calendário subsequentes aos autuados (2020-2024), em que a Arosuco igualmente se beneficiou da redução do Imposto de Renda prevista na referida MP 2199-14/2001. Caso ocorram novos	192	2.861



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	questionamentos no futuro sobre a mesma matéria, nas mesmas bases e com os mesmos fundamentos dos autos de infração referidos, a Arosuco estima que o desdobramento dessas eventuais novas discussões seja consistente com o período já autuado.		
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

Tributos indiretos		Estimativa (em milhões de reais)	
#	Descrição dos principais processos	2025	2024
1	<p>ICMS-ST Gatilho</p> <p>A Companhia e suas subsidiárias, vêm recebendo, ao longo dos anos, autos de infração para cobrança de supostas diferenças de ICMS que alguns Estados entendem devidas, no regime de substituição tributária, nas hipóteses em que o preço de venda dos produtos atinge valores próximos ou superiores aos parâmetros estabelecidos nas pautas fiscais publicadas pelos Estados, casos em que as autoridades fiscais estaduais entendem que a base de cálculo deve ser baseada no preço da operação acrescido de uma margem de valor agregado e não no valor da pauta. Por reputar que tal cobrança é ilegítima, o Grupo tem questionado essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais. Em fevereiro de 2025, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento do Tema 816, estabelecendo um limite de 20% para multas de mora. Essa decisão é aplicável a parte dos casos em discussão e representou uma reclassificação de perda possível para remota no valor de R\$0,8 bilhão de reais. Em julho de 2025 foi publicada a Lei nº 25.378/2025, do Estado de Minas Gerais, a qual passou a limitar a aplicação de multas isoladas ao percentual máximo de 50% do valor do imposto incidente na operação. Essa legislação é aplicável a parte dos casos em discussão e representou uma reclassificação de perda possível para remota no valor de R\$1 bilhão. Além disso, em novembro de 2025, a Ambev recebeu novas autuações fiscais do Estado do Maranhão no valor de aproximadamente 1,4 bilhão de reais.</p> <p>A Companhia estima que o valor total atualizado de risco possível envolvido nos processos desta matéria é de aproximadamente R\$12,0 bilhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$12,0 bilhões em 31 de dezembro de 2024).</p>	11.987	11.966
2	<p>Zona Franca de Manaus - IPI e PIS/COFINS</p> <p>Os produtos fabricados na Zona Franca de Manaus ("ZFM") e remetidos para outras regiões do Brasil são isentos e/ou sujeitos à alíquota zero de IPI, PIS e COFINS.</p> <p>A respeito do IPI, as subsidiárias da Ambev registram créditos presumidos de IPI sobre a aquisição de insumos isentos produzidos na ZFM e, desde 2009, vêm recebendo autos de infração e despachos decisórios não homologando compensações efetuadas com base nesses créditos, em razão de glosas promovidas pela Receita Federal.</p> <p>Em abril de 2019, o STF concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 592.891/SP, com efeitos vinculantes, reconhecendo o direito dos contribuintes de registrar créditos presumidos de IPI sobre aquisições de matérias-primas e insumos isentos oriundos da ZFM. Em razão dessa decisão, a Companhia reclassificou parte dos valores envolvidos nos processos de IPI para perda remota, mantendo como perda possível apenas as discussões adicionais não apreciadas pelo STF, como aquelas relacionadas ao código tarifário aplicável às unidades de concentrado. Esses processos seguem em discussão nas esferas administrativa e judicial.</p> <p>A Ambev, por meio de sua subsidiária Arosuco, também foi autuada pela Receita Federal em decorrência de valores de PIS/COFINS alegadamente devidos sobre remessas efetuadas pela Arosuco às demais subsidiárias da Companhia.</p> <p>As empresas estão discutindo a matéria nos tribunais administrativos e judiciais. A Companhia estima que o valor atualizado classificado como perda possível envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2025, é de aproximadamente R\$7,3 bilhões (R\$6,8 bilhões em 31 de dezembro de 2024).</p>	7.257	6.817
3	<p>IPI Suspensão</p> <p>No decorrer dos anos de 2014 e 2015, a Ambev recebeu autos de infração lavrados pela RFB para cobrança do IPI supostamente devido na remessa em suspensão de produtos acabados entre suas unidades. A Companhia está discutindo a matéria nos tribunais administrativos e judiciais. Em âmbito judicial, a primeira decisão obtida em processo sobre este tema foi proferida em julho de 2022 e seu resultado foi desfavorável aos interesses da Companhia, motivo pelo qual foi apresentado recurso ao Tribunal Regional Federal ao qual foi dado provimento para anular a sentença anteriormente proferida. Atualmente o processo aguarda julgamento dos embargos de declaração opostos pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Em janeiro de 2024, a Companhia foi intimada de decisão proferida pela Câmara Superior de Recursos Fiscais que julgou parcialmente favorável um dos processos administrativos, o que levou à redução de 98% do valor autuado, correspondente a aproximadamente R\$916 milhões. Em relação à parcela remanescente do débito, a Companhia ingressou com medida judicial buscando o seu integral cancelamento. O processo foi julgado de forma desfavorável em primeira e segunda instância, e a Companhia apresentou recursos aos Tribunais Superiores, que aguardam julgamento. A Companhia estima que o valor total atualizado de risco possível envolvido nos processos desta matéria, em 31 de dezembro de 2025, é de aproximadamente R\$1,3 bilhão (R\$1,1 bilhão em 31 de dezembro de 2024).</p>	1.264	1.098
4	<p>ICMS - ZFM</p> <p>Em 2018 e 2021, a Ambev recebeu autos de infração lavrados pelas Secretarias de Fazenda dos Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo para cobrança de supostas diferenças de ICMS decorrentes da glosa de crédito oriundo de operações realizadas com fornecedores localizados na Zona Franca de Manaus. Com relação ao auto de infração lavrado pelo Estado do Rio Grande do Sul, o desfecho foi desfavorável na esfera administrativa, sendo que a Companhia ingressou com medida com medida judicial para contestar o débito, a qual aguarda julgamento de primeira instância.</p> <p>Com relação às autuações lavradas pelo Estado de São Paulo, todas tiveram decisões desfavoráveis em primeira instância, sendo que dois dos processos já estão em última instância administrativa, tendo em vista o recurso especial apresentado pela Companhia. Os demais casos aguardam o julgamento pelo Tribunal de Impostos e Taxas ("TIT").</p> <p>A Companhia estima que o valor atualizado classificado como perda possível envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2025, é de aproximadamente R\$961,1 milhões (R\$882,5 milhões em 31 de dezembro de 2024).</p>	961	883

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS****Em 31 de dezembro de 2025***(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

5	ICMS - PRODEPE Em 2015, a Ambev recebeu Autos de Infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco para cobrança de diferenças de ICMS pelo suposto descumprimento das regras do Programa de Desenvolvimento de Pernambuco - "PRODEPE", por conta da retificação de suas obrigações acessórias. Em 2017, a Companhia obteve uma decisão final favorável reconhecendo a nulidade de um dos autos de infração, por conta de erros formais. Entretanto, em setembro de 2018, a Ambev recebeu um novo auto de infração para discutir a mesma matéria. Nesse novo caso, em junho de 2020 foi proferida decisão de primeira instância parcialmente favorável à Companhia, reconhecendo erros do auditor fiscal no cálculo do incentivo. Em 2023, após o julgamento do Recurso Voluntário da Companhia, a parcela favorável da decisão tornou-se definitiva. Para a parcela desfavorável, em março de 2024, a Companhia apresentou ação específica na esfera judicial, que aguarda julgamento. Além disso, a Ambev está discutindo a matéria em outros casos nos tribunais administrativos e judiciais. A Companhia estima que o valor total atualizado de risco possível envolvido nos processos desta matéria, em 31 de dezembro de 2025, é de aproximadamente R\$924 milhões (R\$915,6 milhões em 31 de dezembro de 2024).	924	916
6	ICMS - FAIN Nos últimos anos, a Ambev recebeu autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado da Paraíba para cobrança de ICMS relacionada ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba - "FAIN". As autuações decorrem de controvérsia acerca da transferência do incentivo fiscal da sucedida Companhia de Bebidas das Américas à sua sucessora Ambev S.A., bem como de questões metodológicas acerca do cálculo do benefício. A Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais. A Ambev estima que o valor atualizado classificado como perda possível envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2025, seja de aproximadamente R\$762 milhões (R\$707,3 milhões em 31 de dezembro de 2024).	762	707
7	ICMS - AM Em 2016 a Ambev recebeu autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas para cobrança de supostas diferenças de ICMS em virtude de questionamentos acerca da base de cálculo aplicada nas operações de venda pela Ambev às suas subsidiárias. Após decisões de primeira instância desfavoráveis, a Ambev recorreu administrativamente, mas os recursos foram rejeitados em 2024. Diante disso, a Ambev ajuizou as medidas judiciais cabíveis para contestar a cobrança. A Ambev estima que o valor atualizado classificado como perda possível envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2025, é de aproximadamente R\$705 milhões (R\$643,1 milhões em 31 de dezembro de 2024).	705	643
8	ICMS - MIP A companhia e suas subsidiárias, ao longo dos anos, têm recebido autuações dos Fiscos Estaduais glosando créditos de ICMS, bem como exigindo o recolhimento do diferencial de alíquotas (DIFAL) na aquisição de materiais intermediários de produção. No entendimento do Fisco, tais materiais não estariam fisicamente relacionados à atividade produtiva da unidade autuada e, portanto, deveriam ser considerados bens de uso e consumo, os quais não dão direito a crédito do imposto. Por reputarem estas alegações ilegítimas, as empresas estão questionando estas autuações nos tribunais administrativos e judiciais. Ao longo dos anos o Grupo constituiu provisões em processos sobre esta matéria no valor, atualizado em 31 de dezembro de 2025, de aproximadamente de R\$80 milhões (R\$108 milhões em dezembro de 2024). Tais provisões estão divulgadas nesta nota explicativa, no item 17.1 - <i>Provisões</i> . A Companhia estima que o valor total atualizado de risco possível envolvido nos processos desta matéria, é de aproximadamente R\$680 milhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$595,2 milhões em 31 de dezembro de 2024).	680	595
9	PIS/COFINS - Outros créditos Em 2022 a Ambev recebeu auto de infração e despachos decisórios relacionados à apropriação de crédito de PIS/COFINS. As autoridades fiscais sustentam, principalmente, que (i) alguns créditos apropriados pela Companhia não teriam relação com o processo produtivo e que (ii) não teria sido comprovado adequadamente o direito à utilização dos referidos créditos. Em relação ao auto de infração, após julgamento parcialmente favorável em primeira instância administrativa, a Ambev interpôs recurso voluntário ao CARF, o qual, em setembro de 2024 , teve o julgamento convertido em diligência e, após a sua conclusão, aguarda novo julgamento. Em relação aos despachos decisórios, ainda aguardam julgamento da primeira instância administrativa. A Companhia estima que o valor atualizado classificado como perda possível envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2025, é de aproximadamente R\$615,1 milhões (R\$559,7 milhões em 31 de dezembro de 2024).	615	560
10	PIS/COFINS sobre bonificações Desde 2015 a Ambev vem sendo autuada pela RFB para cobrança de valores supostamente devidos a título de PIS e Cofins sobre bonificações concedidas a seus clientes. Por reputar que tais cobranças são ilegítimas, a Companhia questionou essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais. Em março de 2023, o CARF proferiu decisões favoráveis à Companhia nos dois últimos processos, que tramitavam na esfera administrativa, reconhecendo como correto o tratamento fiscal dado pela Companhia às bonificações concedidas. Em julho de 2024, a Companhia foi intimada de tais decisões que, por não terem sido contestadas pela PGFN, representaram êxitos definitivos no valor aproximado de R\$1,2 bilhão. No âmbito judicial, a Companhia aguarda julgamento de recurso pelo Tribunal Regional Federal, após recebimento de decisão desfavorável em primeira instância. A Ambev estima que o valor envolvido nos processos em 31 de dezembro de 2025, classificado como perda possível, seja de aproximadamente R\$554 milhões (R\$558 milhões em 31 de dezembro de 2024).	554	558
11	ICMS Guerra Fiscal Ao longo dos anos, a Companhia e suas subsidiárias receberam autos de infração lavrados pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, entre outros, relacionados à legalidade da apropriação de créditos de ICMS em operações contempladas por incentivos fiscais concedidos por outros Estados da Federação. A Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais.	537	500



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev



	A Ambev estima que o valor atualizado envolvido nos processos, em 31 de dezembro de 2025, ainda classificados como perda possível, é de aproximadamente R\$537 milhões (R\$499,5 milhões em 31 de dezembro de 2024).		
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

		Estimativa (em milhões de reais)	
#	Outros processos Descrição dos principais processos	2025	2024
1	Ação coletiva referente à Labatt em Quebec A Labatt e outras empresas terceiras foram nomeadas rés em uma ação coletiva interposta no Tribunal Superior de Quebec, Canadá, buscando ressarcimento por danos compensatórios não quantificados. Os autores alegam que as rés deixaram de alertar sobre determinados riscos à saúde decorrentes do consumo de bebidas alcoólicas produzidas pelas rés. Uma outra classe de autores alega, ainda, que suas doenças foram causadas pelo consumo de produtos das rés. O prosseguimento da ação coletiva ainda não foi admitido pelo referido Tribunal.	-	-
2	Multa regulamentar - Escrituração Fiscal Contábil Desde 2021, a Ambev vem recebendo autos de infração para cobrança de multa por apresentação da Escrituração Contábil Fiscal ("ECF") com informações supostamente inexatas, incorretas ou omitidas. A Companhia possui três autuações sobre o tema, envolvendo os anos calendários de, 2018, 2019 e 2020. Para o ano-calendário de 2018, após decisão parcialmente favorável em primeira instância administrativa, a Ambev apresentou recurso ao CARF, o qual aguarda julgamento. Em novembro de 2024, a Ambev recebeu auto de infração referente ao calendário de 2019 e apresentou defesa que, em maio de 2025, foi julgada improcedente em primeira instância administrativa. A Companhia apresentou recurso em face decisão, que aguarda julgamento pelo CARF. Em dezembro de 2025, a Companhia recebeu nova autuação envolvendo a cobrança desta multa para o ano-calendário de 2020, e apresentará defesa à primeira instância administrativa no prazo aplicável. A Companhia estima que o valor atualizado classificado como perda possível envolvido nestes processos é de aproximadamente R\$994 milhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$699,6 milhões em 31 de dezembro de 2024).	994	700

17.2.2 Contingências ativas

A Companhia também é parte em outros processos tributários em que figura no polo ativo e discute a possibilidade de recuperar ou deixar de recolher tributos que, no entendimento da Administração, não possuem respaldo constitucional e/ou legal para sua exigência. Conforme divulgado em sua política contábil, a Companhia não reconhece contabilmente ativos contingentes. Se a entrada de benefícios econômicos se torna provável, conforme avaliação de prognóstico conduzida por assessores jurídicos externos em conjunto com a avaliação interna da Administração, a Companhia divulga o ativo contingente. No momento em que a entrada de benefícios econômicos se torna praticamente certa, quando há, por exemplo, o trânsito em julgado da ação e o ganho pode ser estimado com segurança, o ativo não é mais contingente e a Companhia o reconhece nas demonstrações contábeis do exercício em que houve a mudança de estimativa.

As contingências ativas mais relevantes estão sumarizadas nos quadros abaixo.

#	Descrição dos principais processos
1	Arbitragem Cerbuco Brewing Inc A Cerbuco Brewing Inc., ("Cerbuco"), subsidiária canadense da Ambev, detém 50% do capital social da Cerveceria Bucanero S.A. ("Bucanero"), uma <i>joint venture</i> em Cuba. Em 2021, a Cerbuco instaurou um processo arbitral na Câmara de Comércio Internacional ("ICC"), relativo a um potencial descumprimento de determinadas obrigações relativas à tal <i>joint venture</i> . Em 24 de outubro de 2024, a ICC deu conhecimento às partes acerca da sentença arbitral que foi parcialmente favorável à Cerbuco. A decisão é final e a segunda fase da arbitragem para quantificação dos danos está em andamento. Em maio de 2025, a Cerbuco foi cientificada de uma ação anulatória ajuizada pela Coralsa (sua sócia na joint venture), em Paris, contra a sentença arbitral. O procedimento está em curso e não foi proferida nenhuma decisão no caso até o momento. O desfecho de ambos os procedimentos pode desencadear ações relacionadas a outros aspectos relevantes, incluindo a reavaliação da aplicação do IFRS 10/ CPC 36 [R3] - <i>Demonstrações Consolidadas</i> .
2	Subvenção para Investimento Com o advento da Lei nº 14.789/2023, passaram a ser tributadas para fins de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS, as subvenções governamentais relativas aos impostos sobre vendas a partir do exercício iniciado em 2024. A esse respeito, foram ajuizadas ações judiciais questionando os aspectos legais da referida legislação. Durante os anos de 2024 e 2025, algumas empresas do Grupo obtiveram decisões judiciais favoráveis referentes aos benefícios fiscais denominados créditos presumidos de ICMS que as desobrigam, a partir dos períodos de apuração subsequentes, ao recolhimento de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS, tendo refletido, até 31 de dezembro de 2025, em valores acumulados aproveitados de R\$172 milhões e R\$542 milhões, respectivamente.



Política contábil

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados; (ii) é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente; e (iii) o valor pode ser estimado com razoável segurança.

As provisões, exceto as mencionadas no tópico de disputas e litígios, são mensuradas descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados, a uma taxa antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo, e quando apropriado, os riscos específicos da obrigação.

A mensuração da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

a) Disputas e litígios

A provisão para disputas e litígios é reconhecida quando é mais provável do que improvável que a Companhia será obrigada a fazer pagamentos futuros, como resultado de eventos passados. Tais pagamentos incluem, mas não estão limitados a várias reivindicações, processos e ações iniciados tanto por terceiros quanto pela Companhia, relativos às leis antitrustes, violação dos acordos de distribuição e licenciamentos, questões ambientais, disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos.

b) Passivos contingentes

A Companhia e suas subsidiárias têm ações de natureza tributária, cível e trabalhista definidas como passivos contingentes, nos termos do CPC 25/IAS 37 - *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*, para as quais não há provisão constituída, em virtude da avaliação de prognóstico realizada pela Administração. Os passivos contingentes não são reconhecidos, mas são divulgados nesta nota explicativa.

c) Ativos contingentes

Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os estágios dos processos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis. Os ativos contingentes não são reconhecidos. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a Companhia divulga o ativo contingente. Quando a Administração da Companhia entende que é praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, neste caso, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a mudança de estimativa.

d) Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia possui um plano detalhado e aprovado de reestruturação e quando a reestruturação já foi iniciada ou anunciada. Gastos relacionados às atividades normais e à conduta futura da Companhia não são provisionados, mas reconhecidos quando incorrida uma despesa. A provisão inclui os compromissos relacionados aos benefícios que serão pagos pela Companhia aos funcionários desligados na reestruturação.

18 BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

A Companhia patrocina benefícios pós-emprego, como aposentadoria, assistência médica, odontológica, dentre outros, para funcionários do Brasil e das subsidiárias localizadas na República Dominicana, Panamá, Uruguai, Bolívia, Argentina e Canadá com base no salário dos funcionários e no tempo de serviço destes. As entidades são regidas pelas regulamentações locais e pelas práticas individuais de cada país, como também pela relação da Companhia



com os fundos de pensão e a composição deles. Os benefícios pós-emprego de aposentadoria são administrados através de fundos de pensão, e são classificados como planos de contribuição definida ou de benefício definido. Os planos de pensão de benefício definido e os outros benefícios pós-emprego não são concedidos para novas aposentadorias.

18.1 Planos de contribuição definida

Esses planos são custeados pelos participantes e pela patrocinadora, e são administrados por fundos de pensão. Durante o exercício de 2025, a Companhia contribuiu com R\$104.405 (R\$99.197 durante o exercício de 2024) para esses fundos, sendo esse montante considerado como despesa. No âmbito deste plano, pode haver a concessão de direitos adicionais aos beneficiários, como aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio funeral, entre outros.

18.2 Planos de benefício definido

O passivo líquido de planos de benefício definido, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Valor presente das obrigações custeadas	(1.561.379)	(1.393.707)	(5.241.420)	(5.630.161)
Valor justo dos ativos do plano	1.961.840	1.762.608	4.733.832	4.943.458
Valor presente de obrigações custeadas líquidas	400.461	368.901	(507.588)	(686.703)
Valor presente das obrigações não custeadas	(241.942)	(194.903)	(932.756)	(961.052)
Valor presente das obrigações líquidas	158.519	173.998	(1.440.344)	(1.647.755)
Teto de ativo ("asset ceiling")	(397.566)	(367.613)	(397.567)	(367.614)
Passivos	(239.047)	(193.615)	(1.837.911)	(2.015.369)
Outros benefícios a funcionários de longo prazo	(107.210)	(118.008)	(144.838)	(150.880)
Total dos benefícios a funcionários	(346.257)	(311.623)	(1.982.749)	(2.166.249)
Valor dos benefícios a funcionários registrados no balanço patrimonial				
Passivos	(347.492)	(312.910)	(2.012.685)	(2.236.732)
Ativos	1.235	1.287	29.936	70.483
Passivos líquidos	(346.257)	(311.623)	(1.982.749)	(2.166.249)



A movimentação do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos dos planos de pensão de benefício definido estão demonstradas como segue:

	Valor presente das obrigações		Valor justo dos ativos do plano		Teto de ativo ("asset ceiling")		Total passivos	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Obrigação com benefícios definidos em 1º de janeiro	(1.588.610)	(1.932.240)	1.762.608	1.860.385	(367.613)	(182.637)	(193.615)	(254.492)
Reconhecidos no resultado								
Custo de serviços	(4.752)	(6.045)	-	-	-	-	(4.752)	(6.045)
Custo de juros	(166.007)	(170.093)	-	-	(40.437)	(16.784)	(206.444)	(186.877)
Receita de juros	-	-	186.477	164.720	-	-	186.477	164.720
Subtotal	(170.759)	(176.138)	186.477	164.720	(40.437)	(16.784)	(24.719)	(28.202)
Incluído no resultado abrangente do período								
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas financeiras	-	265.371	-	-	10.484	(168.192)	10.484	97.179
Ajustes de experiência	(229.560)	85.953	-	-	-	-	(229.560)	85.953
Retorno esperado excluindo receita de juros	-	-	169.597	(116.023)	-	-	169.597	(116.023)
Subtotal	(229.560)	351.324	169.597	(116.023)	10.484	(168.192)	(49.479)	67.109
Outros								
Contribuições da Ambev	-	-	27.106	21.963	-	-	27.106	21.963
Benefícios pagos excluindo custos de administração	185.608	168.444	(183.948)	(168.437)	-	-	1.660	7
Subtotal	185.608	168.444	(156.842)	(146.474)	-	-	28.766	21.970
Total	(1.803.321)	(1.588.610)	1.961.840	1.762.608	(397.566)	(367.613)	(239.047)	(193.615)



Consolidado

	Valor presente das obrigações		Valor justo dos ativos do plano		Teto de ativo ("asset ceiling")		Total passivos	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Obrigação com benefícios definidos em 1º de janeiro	(6.591.213)	(6.282.675)	4.943.458	4.604.631	(367.614)	(182.638)	(2.015.369)	(1.860.682)
Reconhecidos no resultado								
Custo de serviços	(37.795)	(43.285)	-	-	-	-	(37.795)	(43.285)
Custo de juros	(383.703)	(382.083)	-	-	(40.437)	(16.784)	(424.140)	(398.867)
Receita de juros	-	-	316.574	281.302	-	-	316.574	281.302
Custos de administração	-	-	(9.207)	(8.336)	-	-	(9.207)	(8.336)
Acordos, liquidações e outros	-	-	4.004	3.511	-	-	4.004	3.511
Subtotal	(421.498)	(425.368)	311.371	276.477	(40.437)	(16.784)	(150.564)	(165.675)
Incluído no resultado abrangente do período								
Ganhos e (perdas) em liquidações ou reduções dos benefícios	3.879	3.709	-	-	-	-	3.879	3.709
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas financeiras	32.287	253.097	-	-	10.484	(168.192)	42.771	84.905
Ajustes de experiência	(146.963)	85.676	-	-	-	-	(146.963)	85.676
Efeito de variação cambial	387.707	(750.671)	(250.734)	450.896	-	-	136.973	(299.775)
Retorno esperado excluindo receita de juros	-	-	86.473	(103.582)	-	-	86.473	(103.582)
Subtotal	276.910	(408.189)	(164.261)	347.314	10.484	(168.192)	123.133	(229.067)
Outros								
Contribuições dos participantes do plano	(4.403)	(4.790)	4.403	4.592	-	-	-	(198)
Reclassificações	9.877	263	-	-	-	-	9.877	263
Contribuições da Ambev	-	-	236.521	240.253	-	-	236.521	240.253
Transferências	-	-	(42.405)	-	-	-	(42.405)	-
Benefícios pagos excluindo custos de administração	556.151	529.546	(555.255)	(529.809)	-	-	896	(263)
Subtotal	561.625	525.019	(356.736)	(284.964)	-	-	204.889	240.055
Total	(6.174.176)	(6.591.213)	4.733.832	4.943.458	(397.567)	(367.614)	(1.837.911)	(2.015.369)



A receita/(despesa) com benefícios a funcionários foi incluída nos seguintes itens do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo de vendas	-	-	(21.241)	(32.111)
Despesas comerciais	-	-	(9.322)	(11.759)
Receitas/(despesas) administrativas	(4.752)	(6.045)	(12.193)	(9.179)
Despesas financeiras	(19.967)	(22.157)	(107.702)	(112.626)
	(24.719)	(28.202)	(150.458)	(165.675)

18.3 Ativos do plano

O retorno real dos ativos em 31 de dezembro de 2025 foi um ganho de R\$356.074 na Controladora e R\$403.047 no Consolidado (um ganho de R\$48.697 na Controladora e R\$177.720 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou um montante de R\$1.235 na Controladora e R\$29.936 no Consolidado (R\$1.287 na Controladora e R\$70.483 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024), referente ao limite sobre o reconhecimento de ativo que não exceda o valor presente dos benefícios futuros.

As mudanças no limite sobre o reconhecimento de ativo que não exceda o valor presente dos benefícios futuros estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Posição dos ativos do plano em 1º de janeiro	1.287	1.753	70.483	57.261
Efeito da venda subsidiária ⁽ⁱ⁾	-	-	(35.973)	-
Receita/(despesa) de juros	115	132	3.570	4.245
Alterações excluindo os montantes incluídos na receita/(despesa) de juros	(167)	(598)	5.562	(6.279)
Efeito de variação cambial	-	-	(7.274)	15.256
Outros	-	-	(6.432)	-
Posição dos ativos do plano em 31 de dezembro	1.235	1.287	29.936	70.483

(i) Conforme descrito na nota explicativa 1 - Informações Gerais item 1.3.3 - Venda de subsidiária.

A composição dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada a seguir:

	Controladora						Consolidado					
	2025			2024			2025			2024		
	Cotado	Não-cotado	Total	Cotado	Não-cotado	Total	Cotado	Não-cotado	Total	Cotado	Não-cotado	Total
Títulos públicos	100%	-	100%	100%	-	100%	34%	-	34%	35%	-	35%
Títulos corporativos	-	-	-	-	-	-	12%	-	12%	9%	-	9%
Instrumentos patrimoniais	-	-	-	-	-	-	31%	-	31%	27%	-	27%
Caixa	-	-	-	-	-	-	21%	-	21%	16%	-	16%
Outros	-	-	-	-	-	-	2%	-	2%	13%	-	13%

A taxa de retorno global esperada é calculada pela ponderação das taxas individuais de acordo com sua participação prevista no total da carteira de investimentos.

A Ambev espera contribuir com aproximadamente R\$31.729 na Controladora e R\$213.104 no Consolidado para os seus planos de benefício definido em 2026.



18.4 Premissas

As premissas atuariais utilizadas no cálculo das obrigações estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025 ⁽ⁱ⁾	2024 ⁽ⁱ⁾
Taxa de desconto	11,0%	11,0%	4,7% a 22,6%	4,6% a 11,6%
Inflação	3,5%	3,5%	2,0% a 18,5%	2,0% a 5,0%
Aumentos de salários futuros	4,1%	4,1%	1,0% a 19,7%	1,0% a 8,7%
Aumentos de pensão futuros	3,5%	3,5%	2,7% a 4,0%	2,7% a 4,0%
Tendência de custo com plano de saúde	7,1%	7,1%	6,3% a 7,1%	6,3% a 7,1%
Tendência de custo com plano odontológico	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%
Expectativa de vida para homens acima de 65 anos	85	85	84 a 87	84 a 87
Expectativa de vida para mulheres acima de 65 anos	88	88	86 a 89	86 a 89

(i) Compreende as premissas dos países do Brasil, América Central e Caribe, América Latina - sul e Canadá.

18.5 Riscos

Através de seus planos de pensão de benefício definido e planos médicos pós-emprego, a Companhia está exposta a uma série de riscos, os mais significativos estão detalhados a seguir:

Riscos	Descritivo
Volatilidade do ativo	Os passivos dos planos são calculados utilizando uma taxa de desconto definida com referência aos títulos privados de alta qualidade, se os ativos do plano tiverem um desempenho menor que os rendimentos corporativos, a obrigação de benefício definido líquido da Companhia pode aumentar. Alguns planos custeados pela Companhia mantêm uma proporção de ações, que, conforme projeções da Companhia, superarão a rentabilidade de títulos privados a longo prazo, apesar de proporcionar volatilidade e risco no curto prazo. Os planos geralmente buscam reduzir o nível de risco dos investimentos, investindo mais em ativos que melhor correspondem aos passivos.
Mudanças nos rendimentos de títulos	Uma diminuição nos rendimentos de títulos privados aumentará os passivos do plano, o que seria parcialmente compensado por um aumento no valor das participações dos títulos dos planos.
Inflação	Algumas das obrigações de pensões da Companhia estão ligadas à inflação, e inflação mais alta levará a passivos superiores. A maioria dos ativos do plano não é afetada ou está vagamente correlacionada com a inflação, o que significa que um aumento da inflação poderia aumentar a obrigação de benefício líquida da Companhia.
Expectativa de vida	A maioria das obrigações dos planos proporciona benefícios durante a vida do participante, de modo que o aumento na expectativa de vida resultará em um aumento nos passivos dos planos.
Estratégia de investimento	No caso dos planos custeados, a Companhia garante que as posições de investimento são geridas dentro de um quadro de correspondências entre ativos e passivos, que foi desenvolvido para atingir investimentos de longo prazo que estão em consonância com as obrigações decorrentes dos regimes de pensões. Dentro deste quadro de correspondências entre ativos e passivos, o objetivo da Companhia é combinar ativos às obrigações de pensão através de investimentos em títulos de rendimento fixo de longo prazo com vencimentos que coincidem com os pagamentos de benefícios na data de vencimento e na moeda apropriada.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Em 31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.6 Sensibilidade

As sensibilidades das obrigações de benefício definido em relação às principais premissas ponderadas estão demonstradas abaixo:

		Controladora			
Em milhares de reais		2025		2024	
	Alteração na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Custos com planos de saúde	100 pontos base	(64.995)	56.563	(56.777)	48.632
Taxa de desconto	50 pontos base	67.228	(72.645)	64.080	(67.164)
Aumento de salário futuro	50 pontos base	(8.544)	6.890	(8.495)	6.841
Longevidade	Um ano	(58.205)	57.673	(52.526)	51.958

		Consolidado			
Em milhares de reais		2025		2024	
	Alteração na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Custos com planos de saúde	100 pontos base	(83.672)	73.395	(80.078)	69.413
Taxa de desconto	50 pontos base	256.041	(271.606)	315.101	(236.660)
Aumento de salário futuro	50 pontos base	(14.493)	12.537	(4.634)	25.881
Longevidade	Um ano	(180.895)	177.525	(150.238)	241.409

Os dados apresentados acima representam flutuações puramente hipotéticas nas premissas individuais, mantendo todas as demais premissas constantes: as condições econômicas e suas mudanças sempre afetam, ao mesmo tempo, as demais premissas e seus efeitos não são lineares.

18.7 Fundação Zerrenner

A Fundação Zerrenner é uma entidade legalmente distinta que tem por principal finalidade proporcionar aos funcionários e administradores atuais e alguns aposentados da Ambev no Brasil assistência médico-hospitalar e odontológica, auxiliar em cursos profissionalizantes e superiores, manter estabelecimentos para auxílio e assistência a idosos, entre outros, por meio de ações diretas ou mediante convênios de auxílios financeiros com outras entidades.

Na Fundação Zerrenner o valor presente das obrigações custeadas totaliza R\$698.009 em 31 de dezembro de 2025 (R\$555.053 em 31 de dezembro de 2024), em dois planos de assistência médica para os quais os benefícios são providos diretamente pela Fundação.

Política contábil

Benefícios pós-emprego

Benefícios pós-emprego incluem benefícios de aposentadoria administrados, no Brasil, pelo Instituto Ambev de Previdência Privada ("IAPP"), e de assistência médica e odontológica administrados pela Fundação Zerrenner. Os planos de pensão normalmente são mantidos por pagamentos feitos tanto pela Companhia quanto pelos participantes, considerando as recomendações dos atuários independentes. Os planos de assistência médica e odontológica são mantidos pelos rendimentos dos ativos da Fundação Zerrenner, podendo a Companhia contribuir com parte de seu lucro para a Fundação Zerrenner em caso de necessidade. A Companhia possui planos de aposentadoria superavitários e deficitários.

a) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais ou construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para



pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado nos períodos corrente e anteriores. As contribuições desses planos são reconhecidas como despesa no período em que são incorridas.

b) Planos de benefício definido

Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

Para os planos de benefício definido, as despesas são avaliadas para cada plano individualmente, utilizando o método de crédito unitário projetado. O crédito unitário projetado considera cada período de serviço como sendo uma unidade de benefício adicional para mensurar cada unidade separadamente. Baseado nesse método, o custo de prover a aposentadoria é reconhecido no resultado do exercício durante o período de serviço dos funcionários, e compreendem o custo do serviço corrente, juros, custo do serviço passado e o efeito de quaisquer acordos e liquidações. As obrigações do plano reconhecidas no balanço patrimonial são mensuradas com base no valor presente dos desembolsos futuros utilizando uma taxa de desconto equivalente às taxas de títulos do governo com vencimento semelhante ao da obrigação, menos o valor justo dos ativos do plano.

Custos de serviço passado resultam da introdução de um novo plano ou mudança de um plano existente. Eles são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício, na data do que ocorrer primeiro: (i) acordos/liquidações, ou (ii) quando a empresa reconhece custos relacionados à reestruturação ou à terminação, a menos que as mudanças estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico [o período no qual o direito é adquirido]. Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

As premissas atuariais são estabelecidas para antecipar eventos futuros e são utilizadas no cálculo das pensões e outras despesas com benefícios a empregados de longo prazo. Esses fatores incluem premissas com relação às taxas de juros, custo com plano de saúde, taxa de desconto, aumentos de salários e pensão futuros além de expectativa de vida. Tais estimativas são revisadas anualmente por atuários independentes.

Ganhos e perdas atuariais compreendem os efeitos das diferenças entre premissas atuariais prévias e o que de fato ocorreu, e os efeitos das mudanças nas premissas atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado abrangente.

Remensurações, compostas de ganhos e perdas atuariais, do efeito do limite de ativos (*asset ceiling*) e o retorno sobre os ativos do plano, ambos excluindo juros líquidos, são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, em sua totalidade, no período em que ocorrem. Remensurações não são reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes.

Quando o montante calculado de um plano de benefício definido é negativo (um ativo), a Companhia reconhece tais ativos (despesas antecipadas) na extensão do valor do benefício econômico disponível para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

c) Outras obrigações pós-emprego

A Companhia e algumas de suas subsidiárias patrocina benefícios de assistência médica, reembolso de gastos com medicamentos e outros benefícios para alguns funcionários aposentados. Os custos esperados desses benefícios são reconhecidos durante o período de emprego utilizando-se uma metodologia similar à do plano de benefício definido, inclusive os ganhos e perdas atuariais.



d) Benefícios de rescisão

Benefícios de rescisão são reconhecidos como despesa na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia está comprometida com um plano formal detalhado de terminar o vínculo empregatício antes da data normal de aposentadoria, sem possibilidade real de retirá-lo; e (ii) quando a Companhia reconhecer custos de reestruturação.

e) Bônus

Bônus concedidos a funcionários e administradores são baseados no atingimento de metas individuais e coletivas, pré-definidas. O valor estimado do bônus é reconhecido como despesa ao longo do exercício em que o empregado tiver prestado serviços, conforme estimativas de desembolsos futuros, na medida que os requisitos de atingimento sejam alcançados e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social autorizado, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$58.275.079 (R\$58.226.036 em 31 de dezembro de 2024), era composto de 15.761.639 ações ordinárias (15.757.657 em 31 de dezembro de 2024), escriturais, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionistas	2025		2024	
	Milhares de ações ordinárias	%	Milhares de ações ordinárias	%
Interbrew International GmbH	8.441.666	53,57%	8.441.666	53,57%
Ambrew S.A.R.L.	1.287.703	8,17%	1.287.700	8,17%
Fundação Zerenner	1.609.987	10,21%	1.609.987	10,22%
Mercado	4.277.170	27,13%	4.388.497	27,85%
Tesouraria	145.113	0,92%	29.807	0,19%
	15.761.639	100,00%	15.757.657	100,00%

	2025		2024	
	Milhares de ações ordinárias	Milhares de reais	Milhares de ações ordinárias	Milhares de reais
No início do exercício	15.757.657	58.226.036	15.753.833	58.177.929
Aumento de capital ⁽ⁱ⁾	3.982	49.043	3.824	48.107
No final do exercício	15.761.639	58.275.079	15.757.657	58.226.036

(i) Aumento de capital realizado por meio da emissão de ações, em conexão com programas de pagamento baseado em ações.

19.2 Reservas de capital

	Reservas de capital				
	Ações em tesouraria	Prêmio na emissão de ações	Outras reservas de capital	Pagamentos baseados em ações	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	(1.011.949)	53.662.811	700.898	2.127.804	55.479.564
Ganhos/(perdas) de participação	-	-	-	1.958	1.958
Recompra de ações, resultado de ações em tesouraria e pagamentos baseados em ações	(320.794)	-	-	175.682	(145.112)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.332.743)	53.662.811	700.898	2.305.444	55.336.410
Recompra de ações, resultado de ações em tesouraria e pagamentos baseados em ações	(1.614.870)	-	-	59.845	(1.555.025)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(2.947.613)	53.662.811	700.898	2.365.289	53.781.385



19.2.1 Compra de ações e resultado de ações em tesouraria

As ações em tesouraria abrangem as ações de emissão própria readquiridas pela Companhia e o resultado de ações em tesouraria, que se refere aos ganhos e perdas relacionados à realização das transações de pagamentos baseados em ações e outros. Segue abaixo a movimentação das ações em tesouraria:

	Compra/(Alienação)		Resultado sobre ações em tesouraria	Total ações em tesouraria
	Milhares de ações ordinárias	Milhares de reais	Milhares de reais	Milhares de reais
Saldo em 01 de janeiro de 2024	4.384	(63.095)	(948.854)	(1.011.949)
Alterações no exercício	25.423	[302.531]	[18.263]	[320.794]
Saldo em 31 de dezembro de 2024	29.807	[365.626]	(967.117)	[1.332.743]
Alterações no exercício	115.306	[1.470.959]	[143.911]	[1.614.870]
Saldo em 31 de dezembro de 2025	145.113	(1.836.585)	(1.111.028)	[2.947.613]

19.2.2 Prêmio na emissão de ações

O prêmio na emissão de ações refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou recompra de ações.

19.2.3 Pagamentos baseados em ações

Diversos programas de pagamento baseado em ações permitem que os executivos do Grupo adquiram ações da Companhia [nota 28 – *Pagamento baseado em ações*]. A reserva de pagamentos baseados em ações foi impactada pela despesa de R\$300.951 na Controladora e R\$420.604 no Consolidado em 31 de dezembro de 2025 [R\$279.357 na Controladora e R\$392.542 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024].

19.3 Reservas de lucros

	Reservas de lucros			
	Reserva de investimentos	Reserva legal	Incentivos fiscais	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	25.786.098	4.456	17.399.286	43.189.840
Reserva de incentivos fiscais	-	-	108.125	108.125
Reserva de investimentos	10.339.054	-	-	10.339.054
Saldo em 31 de dezembro de 2024	36.125.152	4.456	17.507.411	53.637.019
Dividendos declarados	(2.297.172)	-	-	(2.297.172)
Juros sobre o capital próprio	(4.200.815)	-	-	(4.200.815)
Reserva de incentivos fiscais	[144.638]	-	372.841	228.203
Reserva de investimentos	6.854.843	-	-	6.854.843
Saldo em 31 de dezembro de 2025	36.337.370	4.456	17.880.252	54.222.078

19.3.1 Reserva de investimentos

Do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções aplicáveis, destina-se a importância não superior a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado para a constituição da reserva de investimentos, com a finalidade de financiar a expansão das atividades do Grupo, conforme definido no Estatuto Social da Companhia.

19.3.2 Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do



capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social.

19.3.3 Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais reconhecidos pela Companhia em seu patrimônio líquido, na conta de reserva de lucros em geral estão relacionados a programas de desenvolvimento industrial que objetivam promover o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz industrial de algumas regiões e estados brasileiros. Nesses estados, os prazos de carência e fruição são previstos nos respectivos atos normativos e nos atos concessivos, a depender de sua natureza, e, quando existentes, as condições atreladas referem-se a fatos sob controle da Companhia. O tratamento tributário dispensado aos incentivos estaduais obedece às previsões contidas nas legislações federais, estaduais e municipais vigentes, em especial na Lei Complementar Federal nº 160/2017 e no Convênio CONFAP nº 190/2017. Com a revogação do artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/14 pela Lei Federal nº 14.789/23, os incentivos estaduais de crédito presumido de ICMS deixaram de ser destinados à reserva de incentivos fiscais, a partir de 2024. Os demais incentivos fiscais relacionados à natureza acima explanada continuam a ser destinados à reserva.

19.3.4 Juros sobre o capital próprio/dividendos

Segundo a legislação brasileira, as empresas possuem a opção de distribuir JCP, calculados com base na taxa de juros de longo prazo ("TJLP"), que são dedutíveis para fins de imposto de renda, nos termos da legislação aplicável e, quando distribuídos, podem ser considerados parte dos dividendos mínimos obrigatórios.

Conforme determina o Estatuto Social, a Companhia deve distribuir aos seus acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório relativo a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, uma quantia não inferior a 40% do seu lucro apurado conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado na forma da legislação aplicável, salvo em caso de incompatibilidade com sua situação financeira. O dividendo mínimo obrigatório inclui os montantes pagos a título de JCP.

Eventos ocorridos durante o exercício de 2025:

Evento	Aprovação	Provento	Data pagamento	Espécie e Classe de ação	Valor do provento por ação	Valor total do provento
RCA	25/02/2025	Dividendos	04/04/2025	ON	0,1276	1.997.499
RCA	07/05/2025	Dividendos	07/07/2025	ON	0,1280	2.000.174
RCA	30/07/2025	Dividendos	06/10/2025	ON	0,1283	2.000.487
RCA	09/12/2025	Dividendos	30/12/2025	ON	0,1153	1.800.572
RCA	09/12/2025	Dividendos	30/12/2025	ON	0,3459	5.401.720
RCA	09/12/2025	Juros sobre o capital próprio	até 31/12/2026	ON	0,2690	4.200.815
						17.401.267

Distribuição de dividendos – deliberação fevereiro/25: em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 25 de fevereiro de 2025, foi aprovada a distribuição de dividendos à razão de R\$0,1276 por ação da Companhia, com base nos saldos disponíveis, no balanço de 31 de janeiro de 2025, os quais foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2025 e o restante foi imputado à Reserva de Investimentos constituída em exercícios anteriores. O pagamento dos dividendos foi efetuado em 04 de abril de 2025.

Distribuição de dividendos – deliberação maio/25: em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 07 de maio de 2025, foi aprovada a distribuição de dividendos à razão de



R\$0,1280 por ação da Companhia, com base nos saldos disponíveis, no balanço extraordinário de 31 de março de 2025, os quais foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2025. O pagamento dos dividendos foi efetuado em 07 de julho de 2025.

Distribuição de dividendos – deliberação julho/25: em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 30 de julho de 2025, foi aprovada a distribuição de dividendos à razão de R\$0,1283 por ação da Companhia, com base nos saldos disponíveis, no balanço extraordinário de 30 de junho de 2025, os quais foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2025. O pagamento dos dividendos foi efetuado em 06 de outubro de 2025.

Distribuição de dividendos – deliberação dezembro/25: em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 09 de dezembro de 2025, foi aprovada a distribuição de dividendos à razão de R\$0,4612 por ação da Companhia, com base nos saldos disponíveis no balanço extraordinário levantado em 30 de novembro de 2025. Do montante aprovado, R\$0,3459 por ação foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2025, com base no lucro do exercício, e R\$0,1153 por ação foi distribuído a título de dividendos adicionais, com base na reserva de lucros. O pagamento foi efetuado em 30 de dezembro de 2025.

Distribuição de juros sobre o capital próprio – deliberação dezembro/25: em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 09 de dezembro de 2025, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio, com base na reserva de lucros apurada no balanço extraordinário levantado em 30 de novembro de 2025, à razão de R\$0,2690 por ação da Companhia, correspondente a um valor líquido de R\$0,2286 por ação, após a incidência de imposto de renda na forma da legislação vigente. Considerando que o valor do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2025 já havia sido integralmente atingido, o montante correspondente ao JCP não foi imputado a esse dividendo. O pagamento será efetuado até 31 de dezembro de 2026.

Eventos ocorridos durante o exercício de 2024:

Evento	Aprovação	Provento	Data pagamento	Espécie e Classe de ação	Valor do provento por ação	Valor total do provento
RCA	11/12/2024	Dividendos	07/01/2025	ON	0,4228	6.653.203
RCA	11/12/2024	Juros sobre o capital próprio	30/12/2024	ON	0,2448	3.852.185
						10.505.388

Distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos – deliberação dezembro/24: em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 11 de dezembro de 2024, foi aprovada a distribuição de JCP à razão de R\$0,2448 por ação da Companhia, além de dividendos à razão de R\$0,4228 por ação da Companhia, com base nos saldos disponíveis, no balanço extraordinário de 30 de novembro de 2024, os quais são imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do mesmo exercício. A distribuição de JCP é tributada na forma da legislação em vigor, o que resultou em distribuição líquida de R\$0,2081 por ação da Companhia, exceto para os acionistas pessoas jurídicas que são imunes ou isentos por força do artigo 5º da Lei nº 11.053/04, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.196/05. O pagamento do JCP foi efetuado em 30 de dezembro de 2024, com base na posição acionária de 19 de dezembro de 2024 no que se refere à B3 e 23 de dezembro de 2024 no que se refere à NYSE, sem incidência de correção monetária. O pagamento dos dividendos foi efetuado em 07 de janeiro de 2025.



19.4 Destinações propostas

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou as destinações da conta de “Lucros acumulados”, de acordo com a legislação societária e seu estatuto social. A Companhia entende que a prática contábil do custo precedente não deve afetar o cálculo de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. Para tanto, a Companhia ajustou a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, para excluir quaisquer impactos atuais e futuros no lucro líquido decorrentes da adoção desta prática contábil, relacionados à amortização/depreciação da mais valia dos ativos ou mesmo a um eventual *impairment* do ágio.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício, atribuído à participação dos controladores	15.503.400	14.437.238
Dividendos prescritos/complemento	82.351	22.186
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	11.823	11.823
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	2.377.265	6.481.320
Lucro base para dividendos e destinações para reservas de lucros	17.974.839	20.952.567
Dividendos e JCP distribuídos e a distribuir com base no lucro do exercício		
Dividendos e JCP pagos com base no lucro do exercício	10.903.280	10.505.388
Total de dividendos e JCP	10.903.280	10.505.388
Percentual total distribuído	61%	50%



19.5 Ajustes de avaliação patrimonial

	Ajustes de avaliação patrimonial							
	Reservas de conversão	Hedge de fluxo de caixa	Ganhos/(perdas) atuariais	Ganhos/(perdas) de participação	Outros movimentos	Combinação de negócios	Ajustes contábeis de transações entre sócios	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	(2.458.382)	697.825	(678.235)	(68.705)	(76.970)	156.091	(75.449.667)	(77.878.043)
<i>Resultado Abrangente:</i>								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	8.194.663	-	-	-	-	-	-	8.194.663
Hedge de fluxo de caixa	-	551.635	-	-	-	-	-	551.635
Ganhos/(perdas) atuariais	-	-	76.888	-	-	-	-	76.888
Resultado abrangente do exercício	8.194.663	551.635	76.888	-	-	-	-	8.823.186
Ganhos/(perdas) de participação	385.670	(578)	(1.174)	142.712	-	-	-	526.630
Imposto sobre dividendos fictos	-	-	-	-	(17.276)	-	-	(17.276)
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	-	-	-	-	-	-	(11.823)	(11.823)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.121.951	1.248.882	(602.521)	74.007	(94.246)	156.091	(75.461.490)	(68.557.326)
<i>Resultado Abrangente:</i>								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	(8.835.283)	-	-	-	-	-	-	(8.835.283)
Hedge de fluxo de caixa	-	(898.243)	-	-	-	-	-	(898.243)
Ganhos/(perdas) atuariais	-	-	(403)	-	-	-	-	(403)
Resultado abrangente do exercício	(8.835.283)	(898.243)	(403)	-	-	-	-	(9.733.929)
Ganhos/(perdas) de participação	-	-	-	11.725	-	-	-	11.725
Imposto sobre dividendos fictos	-	-	-	-	(61.663)	-	-	(61.663)
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	-	-	-	-	-	-	(11.823)	(11.823)
Efeito referente à venda de subsidiária ⁽ⁱ⁾	-	-	(11.487)	-	-	-	-	(11.487)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(2.713.332)	350.639	(614.411)	85.732	(155.909)	156.091	(75.473.313)	(78.364.503)

(i) Conforme descrito na nota explicativa 1 - *Informações Gerais* item 1.3.3 - *Venda de subsidiária*.



19.5.1 Reservas de conversão

As reservas de conversão abrangem todas as diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações contábeis cuja moeda funcional é diferente do Real.

As reservas de conversão também compreendem a parcela do ganho ou perda dos passivos em moeda estrangeira e dos instrumentos financeiros derivativos caracterizados como *hedge* de investimento líquido efetivo.

19.5.2 Reservas de *hedge* de fluxo de caixa

As reservas de *hedge* compreendem a parcela efetiva proveniente da variação líquida acumulada do valor justo de *hedge* de fluxo de caixa na medida em que o risco protegido ainda não impactou o resultado do exercício. Para mais informações ver - nota 29 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

19.5.3 Ganhos e perdas atuariais

Os ganhos e perdas atuariais abrangem a expectativa em relação às obrigações futuras nos planos de aposentadoria, consequentemente, os resultados destes ganhos e perdas atuariais são reconhecidos mensalmente com base na melhor estimativa obtida pela Administração fundamentada nas expectativas apresentadas em laudo atuarial independente. Não houve ganho ou perda atuarial decorrentes de superávit ou déficit em 2025.

19.5.4 Ajustes contábeis de transações entre sócios

As transações com sócios de um mesmo negócio, mesmo quando realizadas entre pessoas totalmente independentes entre si, que apresentarem fundamentação econômica válida e refletirem condições usuais de mercado serão consolidadas pelas normas contábeis aplicáveis, como ocorridas no âmbito de uma mesma entidade contábil.

Desta forma, conforme determinado pelo IFRS 10/CPC 36 [R3] - *Demonstrações Consolidadas*, qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores esteja contabilizada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos controladores. Em relação às Demonstrações Individuais, o ICPC 09 [R2] - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial* dispõe que estas demonstrações individuais devem refletir a situação desta controlada individual, mas sem perder de vista que ela está vinculada ao conceito da entidade econômica como um todo, incluindo os patrimônios da controladora e controlada, que, portanto, deveriam ser iguais. Diante disto, mesmo no caso em que a transação tenha sido realizada em condições normais de mercado e com efetivo desembolso de caixa, faz-se necessário um ajuste contábil nas demonstrações individuais equivalente à provisão do montante do ágio pago em contrapartida ao patrimônio da entidade, e com isto harmonizando-a às demonstrações consolidadas. Na incorporação de ações dos não-controladores da controlada Companhia de Bebidas das Américas, procedemos o referido ajuste reconhecendo a contrapartida da provisão no montante do ágio nesta conta patrimonial.

Política contábil

a) Capital social e ações em tesouraria

O capital da Companhia é composto apenas por ações ordinárias. A Companhia mantém ações em tesouraria para futura alienação, cancelamento ou para o pagamento dos programas de pagamento baseado em ações de seus executivos. Quando a Companhia recompra suas próprias ações, o montante pago, incluindo os custos diretamente atribuíveis, são reconhecidos em conta específica na rubrica de ações em tesouraria como uma redutora do patrimônio líquido.

**b) Custos com emissão de ações**

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de tributos.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio é registrada no passivo após aprovação em reunião do Conselho de Administração, com exceção à parcela referente ao dividendo mínimo obrigatório previsto por estatuto, a qual é contabilizada como passivo, quando aplicável, ao final de cada exercício.

A despesa relacionada aos juros sobre o capital próprio é registrada no resultado do exercício para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social, e posteriormente reclassificada para o patrimônio líquido para fins de apresentação nessas demonstrações contábeis.



20 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

[a] Segmentos reportáveis - exercícios findos em 31 de dezembro de:

	Brasil		CAC		América Latina - Sul		Canadá		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Receita líquida	49.030.761	48.605.308	10.963.880	11.023.723	17.988.277	19.829.704	10.259.549	9.993.934	88.242.467	89.452.669
Custo dos produtos vendidos	(24.254.863)	(23.809.260)	(5.022.222)	(5.076.208)	(9.263.755)	(10.460.401)	(4.323.287)	(4.269.211)	(42.864.127)	(43.615.080)
Lucro bruto	24.775.898	24.796.048	5.941.658	5.947.515	8.724.522	9.369.303	5.936.262	5.724.723	45.378.340	45.837.589
Despesas logísticas	(6.131.813)	(6.424.004)	(892.995)	(927.578)	(2.148.004)	(2.388.924)	(1.756.101)	(1.816.655)	(10.928.913)	(11.557.161)
Despesas comerciais	(4.760.920)	(4.876.223)	(772.533)	(792.117)	(1.645.416)	(1.932.618)	(1.169.206)	(1.033.205)	(8.348.075)	(8.634.163)
Despesas administrativas	(3.768.996)	(3.860.158)	(404.637)	(490.163)	(979.487)	(1.094.424)	(709.797)	(756.329)	(5.862.917)	(6.201.074)
Outras receitas/(despesas) operacionais	2.370.767	2.415.788	(22.211)	(13.531)	94.434	45.835	(7.093)	9.170	2.435.897	2.457.262
Itens não usuais	(36.056)	(16.204)	824.722	(9.786)	(120.184)	(51.587)	(25.213)	(23.218)	643.269	(100.795)
Lucro operacional	12.448.880	12.035.247	4.674.004	3.714.340	3.925.865	3.947.585	2.268.852	2.104.486	23.317.601	21.801.658
Resultado financeiro líquido	(2.121.853)	(1.231.261)	(475.271)	(130.129)	(1.359.146)	(877.102)	(45.458)	(79.757)	(4.001.728)	(2.318.249)
Participação nos resultados de coligadas e empreendimentos controlados em conjunto	(5.791)	4.845	-	(483)	-	-	111.576	(444)	105.785	3.918
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10.321.236	10.808.831	4.198.733	3.583.728	2.566.719	3.070.483	2.334.970	2.024.285	19.421.658	19.487.327
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(296.301)	(1.733.185)	(1.156.748)	(1.112.281)	(1.171.991)	(959.711)	(808.185)	(835.198)	(3.433.225)	(4.640.375)
Lucro líquido do exercício	10.024.935	9.075.646	3.041.985	2.471.447	1.394.728	2.110.772	1.526.785	1.189.087	15.988.433	14.846.952
EBITDA	16.578.469	16.268.425	5.545.654	4.595.879	5.168.452	5.391.135	2.962.896	2.676.581	30.255.471	28.932.020
Depreciação, amortização e impairment	(4.135.380)	(4.228.333)	(871.650)	(882.022)	(1.242.587)	(1.443.550)	(582.468)	(572.539)	(6.832.085)	(7.126.444)
Resultado financeiro líquido	(2.121.853)	(1.231.261)	(475.271)	(130.129)	(1.359.146)	(877.102)	(45.458)	(79.757)	(4.001.728)	(2.318.249)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(296.301)	(1.733.185)	(1.156.748)	(1.112.281)	(1.171.991)	(959.711)	(808.185)	(835.198)	(3.433.225)	(4.640.375)
Lucro líquido do exercício	10.024.935	9.075.646	3.041.985	2.471.447	1.394.728	2.110.772	1.526.785	1.189.087	15.988.433	14.846.952
Margem EBITDA em %	33,8%	33,5%	50,6%	41,7%	28,7%	27,2%	28,9%	26,8%	34,3%	32,3%
Aquisição de imobilizado/intangível	3.045.220	2.837.979	603.687	558.847	651.329	982.760	290.238	369.515	4.590.474	4.749.101



[Continuação]

	Brasil		CAC		América Latina - Sul		Canadá		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativos segmentados	58.539.954	57.775.680	14.331.925	16.742.086	23.344.458	28.247.805	16.783.598	18.394.281	112.999.935	121.159.852
Eliminação entre segmentos									(3.067.549)	(4.607.706)
Ativos não segmentados ⁽ⁱ⁾									35.154.763	45.955.803
Total do ativo									145.087.149	162.507.949
Passivos segmentados	32.120.900	34.429.339	5.297.547	6.814.181	7.078.599	9.146.093	4.260.622	4.976.576	48.757.668	55.366.189
Eliminação entre segmentos									(3.067.548)	(4.607.698)
Passivos não segmentados ⁽ⁱ⁾									99.397.029	111.749.458
Total do passivo e patrimônio líquido									145.087.149	162.507.949

(i) O saldo de ativos não segmentados diz respeito, em sua maioria, a valores de caixa e equivalentes, tributos e investimentos. O saldo de passivos não segmentados, por sua vez, diz respeito primordialmente a montantes do patrimônio líquido, de tributos e derivativos.

Do total de ativos segmentados, os ativos não circulantes atribuídos ao Brasil (país de domicílio da Companhia) e ao Canadá totalizam R\$44.994.052 e R\$14.793.973, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025 (R\$44.725.285 e R\$16.131.204, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024). A receita líquida atribuída às operações da Companhia na Argentina totaliza R\$7.890.097 no exercício 31 de dezembro de 2025 (R\$11.506.307 em 31 de dezembro de 2024), e os ativos não circulantes segmentados atribuídos a este mesmo país totalizam R\$9.916.672 no mesmo exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$12.576.758 em 31 de dezembro de 2024).



[b] Informações adicionais por unidades de negócio - exercícios findos em 31 de dezembro de:

	Brasil					
	Cerveja		Refrigerantes, não alcoólicos e não carbonatados		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Receita líquida	40.230.649	40.220.155	8.800.112	8.385.153	49.030.761	48.605.308
Custo dos produtos vendidos	(19.380.480)	(19.282.311)	(4.874.383)	(4.526.949)	(24.254.863)	(23.809.260)
Lucro bruto	20.850.169	20.937.844	3.925.729	3.858.204	24.775.898	24.796.048
Despesas logísticas	(4.845.121)	(5.132.277)	(1.286.692)	(1.291.727)	(6.131.813)	(6.424.004)
Despesas comerciais	(4.280.777)	(4.353.692)	(480.143)	(522.531)	(4.760.920)	(4.876.223)
Despesas administrativas	(3.301.481)	(3.363.597)	(467.515)	(496.561)	(3.768.996)	(3.860.158)
Outras receitas/(despesas) operacionais	1.891.141	1.878.315	479.626	537.473	2.370.767	2.415.788
Itens não usuais	(36.056)	(16.204)	-	-	(36.056)	(16.204)
Lucro operacional	10.277.875	9.950.389	2.171.005	2.084.858	12.448.880	12.035.247
Resultado financeiro líquido					(2.121.853)	(1.231.261)
Participação nos resultados de coligadas e empreendimentos controlados em conjunto					(5.791)	4.845
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social					10.321.236	10.808.831
Despesa com imposto de renda e contribuição social					(296.301)	(1.733.185)
Lucro líquido do exercício					10.024.935	9.075.646
EBITDA					16.578.469	16.268.425
Depreciação, amortização e impairment	(3.732.370)	(3.827.580)	(403.010)	(400.753)	(4.135.380)	(4.228.333)
Resultado financeiro líquido					(2.121.853)	(1.231.261)
Despesa com imposto de renda e contribuição social					(296.301)	(1.733.185)
Lucro líquido do exercício					10.024.935	9.075.646
Margem EBITDA em %					33,8%	33,5%



Política contábil

Os segmentos reportáveis são apresentados de modo consistente com os relatórios internos revisados regularmente pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia, o Diretor Presidente Executivo, para fins de avaliação do desempenho de cada segmento e alocação de recursos para esses segmentos. As informações são elaboradas com base em dados financeiros disponíveis e que são atribuíveis diretamente ao segmento ou que podem ser alocadas em bases razoáveis.

Desta forma, as informações por segmento são apresentadas em zonas geográficas, uma vez que os riscos e taxas de retorno são afetados predominantemente pelo fato de a Companhia operar em diferentes regiões.

A informação de desempenho por unidades de negócios ("Cervejas" e "Refrigerantes, não alcoólicos e não carbonatados"), embora não se qualifique como segmento reportável, também é utilizada pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia e está apresentada como informação adicional.

A Companhia opera seus negócios através de quatro zonas identificadas como segmentos reportáveis, conforme mencionado na nota 1- *Informações gerais*.

Em linha com o CPC 22 / IFRS 8 - *Informações por Segmento*, a Companhia não divulga suas receitas provenientes de clientes externos em relação a cada produto ou a cada grupo de produtos semelhantes, pois as informações necessárias não se encontram disponíveis de forma comparável e o custo para sua elaboração seria excessivo.

21 RECEITA LÍQUIDA

Em atendimento à Lei das Sociedades por Ações [Lei Federal nº 6.404/76] e CPC 47 - *Receita de contrato com cliente*, a Companhia divulga a reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas Demonstrações dos Resultados. Os valores das receitas por cada segmento operacional estão divulgados na nota explicativa 20 - *Informações por segmento*.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta de vendas e/ou serviços	67.255.877	65.779.248	131.352.671	134.130.924
Tributos sobre vendas	(17.309.825)	(17.118.798)	(27.564.897)	(27.417.943)
Descontos	(4.693.947)	(4.047.426)	(15.545.307)	(17.260.312)
Total	45.252.105	44.613.024	88.242.467	89.452.669

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apurou R\$1.367.681 na Controladora e R\$1.620.285 no Consolidado [R\$1.228.899 na Controladora e R\$1.478.310 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024] em subvenções governamentais com natureza de recolhimento efetivo, reconhecidas na receita operacional.

Política contábil

A Companhia reconhece a receita quando as obrigações de performance são satisfeitas, ou seja, quando a Companhia ou suas controladas e coligadas transferem o controle de um produto para um cliente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do grupo no Consolidado.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS****Em 31 de dezembro de 2025***(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

A receita é mensurada com base na consideração à qual a Companhia espera ter direito em contrato com o cliente e exclui as quantias cobradas em nome de terceiros.

O reconhecimento de receita é realizado conforme abordagem do IFRS 15/CPC 47 - *Receita de contrato com cliente*, de cinco etapas:

- Identificação dos contratos com um cliente;
- Identificação das obrigações de desempenho nos contratos;
- Determinação do preço de transação;
- Alocação do preço de transação para as obrigações de desempenho nos contratos; e
- Reconhecimento de receita quando as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando a Companhia transfere o controle de um produto para um cliente.

Os contratos podem incluir elementos variáveis significativos, como descontos, abatimentos, reembolsos, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho e penalidades. Tais incentivos comerciais são tratados como consideração variável. Se a contraprestação incluir um valor variável, a Companhia estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços acordados com o cliente. A consideração variável apenas é incluída no preço da transação se for altamente provável que o valor da receita reconhecida não será sujeito a reversões futuras significativas, quando há incerteza.

A receita bruta auferida pela Companhia, em geral, está sujeita à incidência de determinados tributos, os quais são apurados e pagos às autoridades fiscais competentes conforme as legislações locais vigentes, e não resultam em aumento do patrimônio líquido do Grupo. Esses impostos e contribuições são deduzidos da receita bruta e relacionam-se substancialmente a Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias ("ICMS"), Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") no Brasil.

22 OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Subvenção governamental e ganhos com empréstimos subsidiados	1.729.977	1.618.092	1.864.877	1.764.766
Créditos/(débitos) extemporâneos de tributos	-	164.395	-	209.657
[Adições]/reversões de provisões	(207.366)	(61.429)	(222.217)	(69.334)
Ganho/(perda) na alienação de imobilizado, intangível e operações em associadas	124.097	113.498	85.175	121.294
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	953.864	1.008.910	708.062	430.879
Total	2.600.572	2.843.466	2.435.897	2.457.262

Política contábil

A Companhia reconhece na conta de Outras Receitas Operacionais subvenções governamentais concedidas na forma de redução de alíquota, redução da base de cálculo, financiamento ou empréstimos subsidiados, créditos presumidos, diferimento do pagamento ou reduções parciais do valor do imposto estadual a pagar.

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia e suas subsidiárias atenderão às condições e obrigações relacionadas às contrapartidas governamentais.

**23 INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA**

Depreciação, amortização e despesas com redução ao valor de recuperação (*impairment*) estão incluídas nas seguintes contas do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora			
	Depreciação e <i>impairment</i> do imobilizado		Amortização do intangível	
	2025	2024	2025	2024
Custo dos produtos vendidos ⁽ⁱ⁾	1.957.281	2.058.374	7.214	8.041
Despesas logísticas	705.387	719.861	-	-
Despesas comerciais	260.041	284.794	92.112	94.454
Despesas administrativas	226.537	216.873	571.929	501.853
	3.149.246	3.279.902	671.255	604.348

	Consolidado			
	Depreciação e <i>impairment</i> do imobilizado		Amortização do intangível	
	2025	2024	2025	2024
Custo dos produtos vendidos ⁽ⁱ⁾	3.661.801	3.939.442	23.649	17.375
Despesas logísticas	1.164.601	1.172.580	-	-
Despesas comerciais	527.157	615.007	194.441	206.697
Despesas administrativas	539.809	514.169	718.412	622.903
	5.893.368	6.241.198	936.502	846.975

(i) Estes valores somados a R\$1.552.688 na Controladora e R\$2.944.687 no Consolidado (R\$1.457.968 e R\$2.796.070 em 31 de dezembro de 2024) mencionados na nota 27 - *Folha de pagamento e benefícios relacionados*, totalizam R\$3.517.183 e R\$6.630.137, respectivamente (R\$3.524.383 e R\$6.752.887 em 31 de dezembro de 2024). O saldo remanescente de R\$22.617.463 na Controladora e R\$36.233.990 no Consolidado (R\$22.802.628 e R\$36.862.193 em 31 de dezembro de 2024), contabilizado em custo dos produtos vendidos, corresponde aos demais custos de produção.

24 ITENS NÃO USUAIS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Reestruturação ⁽ⁱ⁾	(31.063)	(11.440)	(215.000)	(99.280)
Resultado na venda de subsidiária ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	861.980	-
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	(3.711)	(1.515)
Total	(31.063)	(11.440)	643.269	(100.795)

(i) As despesas de reestruturação estão principalmente relacionadas a melhorias organizacionais, redimensionamento e esforços de digitalização do Grupo.

(ii) Conforme descrito na nota explicativa 1 - *Informações Gerais* item 1.3.3 - *Venda de subsidiária*.

Política contábil

Itens não usuais são aqueles que, dadas suas particularidades, no julgamento da Administração precisam ser divulgados separadamente. Para determinar se um acontecimento ou transação é não usual, a Administração considera fatores quantitativos e qualitativos, tais como a frequência ou a previsibilidade da ocorrência e do potencial de impacto sobre a variação dos lucros ou prejuízos. Esses itens são divulgados na demonstração dos resultados ou separadamente nas notas explicativas das demonstrações contábeis. Operações que podem dar origem a itens não usuais são principalmente as atividades de reestruturação, anistias e transações tributárias semelhantes, aquisição ou venda de subsidiárias, de perda no valor de recuperação e os ganhos ou perdas na alienação de bens e investimentos.



25 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas Financeiras				
Rendimentos sobre caixa e equivalentes a caixa	358.114	314.363	1.211.277	1.519.163
Rendimentos sobre aplicações financeiras em títulos para negociação	-	-	192.129	104.726
Rendimentos sobre outros ativos ⁽ⁱ⁾	629.142	617.878	813.210	799.815
Total de receitas financeiras	987.256	932.241	2.216.616	2.423.704
Despesas Financeiras				
Juros e variação cambial sobre mútuo	(2.306.248)	(1.973.144)	-	-
Juros decorrentes do ajuste a valor presente de contas a pagar a fornecedores	(972.905)	(916.232)	(1.122.140)	(1.148.287)
Juros sobre dívidas bancárias e incentivos fiscais	(171.452)	(177.175)	(171.452)	(189.277)
Juros sobre provisões para disputas e litígios	(484.386)	(159.827)	(541.828)	(219.776)
Juros sobre arrendamentos	(127.448)	(70.978)	(271.404)	(184.313)
Juros sobre planos de pensão	(19.967)	(22.157)	(107.702)	(112.626)
Outras despesas com juros ⁽ⁱⁱ⁾	(215.167)	(160.193)	(506.241)	(543.873)
Perdas com derivativos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(188.056)	(100.801)	(1.184.352)	(1.032.325)
Impostos sobre transações financeiras	(122.684)	(57.536)	(266.566)	(274.390)
Despesas com fiança bancária e seguros garantia	(233.239)	(318.839)	(239.004)	(323.469)
Total de despesas financeiras	(4.841.552)	(3.956.882)	(4.410.689)	(4.028.336)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	(106.228)	(451.667)
Variação cambial, líquida ^(iv)	(254.227)	(72.125)	(1.932.548)	38.862
Outras receitas/(despesas) financeiras	97.771	(87.342)	231.121	(300.812)
Outros resultados financeiros, líquidos	(156.456)	(159.467)	(1.807.655)	(713.617)
Resultado financeiro, líquido	(4.010.752)	(3.184.108)	(4.001.728)	(2.318.249)

(i) Refere-se principalmente à atualização monetária de tributos a recuperar.

(ii) Compreende, entre outros, juros com financiamento de pagamento de tributos, nos termos do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) de 2017.

(iii) Refere-se ao elemento a termo, que pode ser separado e excluído da designação do instrumento financeiro como instrumento de *hedge*, conforme o IFRS 9/CPC 48 - *Instrumentos Financeiros*.

(iv) No consolidado, em algumas jurisdições em que o Grupo opera, há custos adicionais para aquisição de divisas, utilizadas no pagamento a alguns fornecedores bem como na remessa de proventos às empresas controladoras.

As despesas com juros são apresentadas líquidas do efeito dos instrumentos financeiros derivativos que protegem o risco de taxa de juros da Companhia - consultar também a nota 29 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

Política contábil

a) Despesas financeiras

Despesas financeiras compreendem, em geral, juros a pagar sobre empréstimos ou mútuos, calculados com base na taxa de juros efetiva, ajuste a valor presente de contas a pagar a fornecedores, despesas com fianças bancárias, atualizações monetárias decorrentes de disputas e litígios perdas de moeda líquidas de ganhos com instrumentos de *hedge* de moeda, resultado com instrumentos de *hedge* de juros, perdas com instrumentos de *hedge* que não são parte de uma contabilização de *hedge*, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, perdas por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros disponíveis para venda, assim como qualquer perda com inefetividade de *hedge*.

Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira, incluindo custos de transação, são reconhecidos, conforme incorridos, como

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS****Em 31 de dezembro de 2025***[em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma]*

despesas financeiras, exceto quando capitalizados. Os juros relacionados a arrendamento financeiro são reconhecidos no resultado do exercício utilizando a taxa incremental de financiamento da Companhia - em concordância com a Política Contábil da nota de Imobilizado.

b) Receitas financeiras

Receitas financeiras compreendem, em geral, juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras e empréstimos ou mútuos, atualizações monetárias oriundas de disputas judiciais, ganhos em moeda líquidos de perdas com instrumentos de *hedge* de moeda, ganhos em instrumentos de *hedge* que não fazem parte de uma relação de contabilidade de *hedge*, ganhos com ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, assim como qualquer ganho de inefetividade de *hedge*. Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência, a não ser que haja dúvidas em relação ao recebimento.

26 RESULTADO POR AÇÃO

No quadro abaixo, são apresentados os cálculos do lucro por ação ["LPA"] básico e diluído:

	Controladora e Consolidado	
Básico	2025	2024
Numerador		
Lucro atribuível aos acionistas da Ambev	15.503.400	14.437.238
Denominador		
Média ponderada da quantidade de ações ⁽ⁱ⁾ (não diluídas)	15.617.543	15.734.527
Lucro por ação básico em R\$	0,9927	0,9176
Diluído	2025	2024
Numerador		
Lucro atribuível aos acionistas da Ambev	15.503.400	14.437.238
Denominador		
Média ponderada da quantidade de ações ⁽ⁱ⁾ (diluídas)	15.683.871	15.814.740
Lucro por ação diluído em R\$	0,9885	0,9129

(i) Em milhares de ações.

Política contábil

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando o lucro e a média ponderada da quantidade de ações em circulação, além do efeito da conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição, como as opções de ações, que são divulgadas na nota 28 - *Pagamento Baseado em Ações*.



27 FOLHA DE PAGAMENTO E BENEFÍCIOS RELACIONADOS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários e encargos	1.955.138	1.824.234	5.182.435	5.073.033
Contribuições previdenciárias	976.151	850.393	1.502.217	1.389.124
Outros custos com pessoal	414.365	441.348	1.096.345	1.045.808
Aumento (redução) no passivo para planos de benefício definido	24.719	28.202	150.564	165.675
Pagamento baseado em ações	305.876	280.576	426.525	393.805
Contribuição para planos de contribuição definida	49.307	49.307	104.405	99.197
	3.725.556	3.474.060	8.462.491	8.166.642

O valor de despesa com folha de pagamento e benefícios relacionados estão apresentados nas demonstrações dos resultados conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo dos produtos vendidos	1.552.688	1.457.968	2.944.687	2.796.070
Despesas logísticas	246.083	240.860	1.566.560	1.570.843
Despesas comerciais	378.766	390.512	1.623.587	1.619.133
Despesas administrativas	1.496.989	1.351.123	2.170.368	2.029.604
Resultado financeiro	19.967	22.157	107.702	112.626
Outras (receitas)/despesas operacionais	-	-	(165.413)	(62.429)
Itens não usuais	31.063	11.440	215.000	100.795
	3.725.556	3.474.060	8.462.491	8.166.642

28 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Atualmente a Companhia possui dois planos vigentes de pagamento baseado em ações: (i) o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de julho de 2013 ("Plano de Opções"), e (ii) o Plano de Remuneração Baseado em Ações, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2016 e alterado pela Assembleia Geral Extraordinária de 24 de abril de 2020 ("Plano de Ações"). No âmbito desses planos podem ser emitidos periodicamente diferentes tipos de programas de outorga de opções de compra de ações e de concessão de ações restritas ou ações com desempenho, os quais permitem que membros da Administração e outros executivos indicados pelo Conselho de Administração e pelo Comitê de Gente, que trabalhem na Companhia e suas subsidiárias, adquiram, por meio do exercício de opções de compra, ou recebam ações da Companhia.

28.1 Plano de Ações

Neste plano, determinados funcionários e membros da Administração da Companhia ou de suas subsidiárias são elegíveis a receber ações da Companhia, inclusive na forma de ADRs. As ações sujeitas ao Plano de Ações são designadas como "ações restritas" (RSUs) ou "ações com desempenho" (PSUs).

A entrega das ações restritas e das ações com desempenho é feita gratuitamente e o prazo de carência pode variar entre três e cinco anos, a partir da data de concessão de ações correspondente, a depender do programa de remuneração baseado em ações. As ações restritas e as ações com desempenho podem dar aos participantes o direito de receber ações adicionais com as mesmas condições, como forma de compensação pelos dividendos e juros sobre capital próprio declarados e pagos pela Companhia durante o período de carência. O direito de receber as ações restritas e as ações com desempenho, bem como as ações adicionais, pode ser total ou parcialmente perdido em determinadas circunstâncias, incluindo em casos de pedido de demissão ou demissão durante o período de carência.



28.1.1 Outras divulgações do Plano de Ações

Durante o exercício, a Companhia concedeu 33.898 mil [25.603 mil em 31 de dezembro de 2024] ações restritas e ações com desempenho no âmbito do Plano de Ações, o que representou um valor justo de aproximadamente R\$441.714 em 31 de dezembro de 2025 [R\$327.496 em 31 de dezembro de 2024].

O número total de ações concedidas aos executivos da Companhia, no âmbito do Plano de Ações, cuja entrega se dará em momento futuro sob determinadas condições, está demonstrado a seguir:

Ações restritas e com desempenho

Em lotes de mil

	2025	2024
Ações restritas e com desempenho em aberto em 1º de janeiro	119.481	118.996
Novas ações restritas e com desempenho durante o exercício	33.898	25.603
Ações restritas e com desempenho entregues durante o exercício	[48.663]	[20.256]
Ações restritas e com desempenho canceladas durante o exercício	[4.823]	[4.862]
Ações restritas e com desempenho em aberto no final do exercício	99.893	119.481

28.2 Plano de Opções

Desde 2020 a Companhia não outorga mais a seus funcionários e administradores opções de ações [*stock options*] reconhecidas conforme tratamento contábil determinado pela IFRS 2/CPC 10 - *Pagamento Baseado em Ações*. No entanto, existem opções de ações outorgadas em períodos anteriores que já são exercíveis, mas não estão vencidas, e permanecem válidas no âmbito dos programas emitidos sob o Plano de Opções e são sujeitas, portanto, ao tratamento contábil previsto na mencionada norma. No Plano de Opções a carência e o prazo de exercício são de cinco anos, em regra.

Além disso, alguns funcionários da Companhia e de suas subsidiárias, que recebem sua participação no resultado em dinheiro, têm a opção, de acordo com seu cargo, de escolher alocar parte ou a totalidade dos valores recebidos a tal título para aquisição de ações de emissão da Ambev, estas ações são chamadas de "ações voluntárias" e são outorgadas no âmbito do Plano de Opções. Como regra, as ações voluntárias têm direito a dividendos a partir da data da outorga e estão sujeitas a um período de restrição à transferência de três a cinco anos [*lock-up*]. Essas ações são concedidas a preço de mercado, ao qual é aplicado um desconto de até 20%. O desconto é entregue na forma de ações restritas [*discounted shares*]. Os executivos que investem em ações voluntárias também recebem uma vez e meia o número de ações correspondentes por cada ação voluntária adquirida, até um percentual total limitado da remuneração variável de cada executivo. Essas ações correspondentes também são entregues na forma de ações restritas [*matching shares*].

As ações voluntárias, outorgadas no âmbito do Plano de Opções, por comporem a participação no resultado auferida pelos executivos elegíveis, são reconhecidas como despesa no resultado em contrapartida ao passivo. Já as ações restritas mencionadas [*discounted shares* e *matching shares*] são concedidas no âmbito do Plano de Ações, conforme condições previstas no item 28.1 acima, e são reconhecidas conforme tratamento contábil previsto nesta nota, em linha com a IFRS 2/CPC 10 - *Pagamento Baseado em Ações*.



28.2.1 Outras divulgações do Plano de Opções

Não foram outorgadas opções de ações (*stock options*), tampouco houve o exercício das opções existentes durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. O número total de opções em aberto está demonstrado a seguir:

Em lotes de mil	2025	2024
Opções em aberto em 1º de janeiro	72.466	87.961
Opções canceladas durante o exercício	(12.275)	(15.495)
Opções em aberto no final do exercício	60.191	72.466

Em 31 de dezembro de 2025, a faixa de preços de exercício das opções em aberto é de R\$16,34 (R\$16,34 em 31 de dezembro de 2024) até R\$22,40 (R\$22,40 em 31 de dezembro de 2024) e o prazo remanescente de exercício dessas opções até 47 meses. Das 60.191 mil opções em aberto (72.466 mil em 31 de dezembro de 2024), 60.191 mil são exercíveis em 31 de dezembro de 2025 (72.465 mil em 31 de dezembro de 2024).

O preço médio ponderado de exercício das opções está demonstrado a seguir:

Em R\$ por ação	2025	2024
Opções em aberto em 1º de janeiro	18,26	18,86
Opções canceladas durante o exercício	18,39	22,30
Opções em aberto no final do exercício	18,91	18,26
Opções exercíveis no final do exercício	18,91	18,26

Durante o exercício de 2025 e 2024 não houve exercício das opções, uma vez que o preço de exercício permaneceu superior ao valor de mercado das ações da Companhia. O saldo de ações diferidas em aberto refere-se exclusivamente a outorgas realizadas em exercícios anteriores, as quais permanecem sujeitas a períodos de restrição à transferência entre três e cinco anos a partir da data de sua outorga.

O número de ações diferidas cuja entrega ocorrerá no futuro, conforme as condições originalmente estabelecidas, está demonstrado a seguir:

Em lotes de mil	2025	2024
Ações diferidas em aberto em 1º de janeiro	936	936
Ações diferidas em aberto no final do exercício	936	936

A Companhia realiza planos de recompra periódicos, sempre que necessário, para atender à necessidade de entrega de ações de seus Planos.

28.3 Despesas com pagamentos baseados em ações

As transações com pagamentos baseados em ações acima descritas resultaram em despesa de R\$305.876 na Controladora e R\$426.525 no Consolidado em 31 de dezembro de 2025 (R\$280.576 na Controladora e R\$393.805 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024), registrada na rubrica de despesa administrativa.

Política contábil

Para os programas de pagamento baseado em ações no âmbito do Plano de Ações, o preço de referência por ação restrita é definido na data da concessão das ações, com base na cotação de fechamento do pregão da B3 do dia imediatamente anterior à concessão, com exceção às ações com desempenho, em que o valor justo é definido na data de concessão



com base no método de precificação de "Monte Carlo". Após definição do preço de referência, baseado no número de ações concedidas, o valor apurado é reconhecido como despesa com pessoal com a contrapartida no patrimônio líquido, pelo período de carência, no qual os participantes adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. As ações ofertadas ao profissional por meio do Plano de ações restritas, não poderão ser alienadas, cedidas, transferidas a terceiros pelo prazo do programa, a partir da data da outorga. A liquidação dos programas no âmbito do Plano de Ações se dá exclusivamente pela entrega de instrumentos patrimoniais (ações), que são transferidas aos participantes de acordo com os termos e prazos fixados nos respectivos programas.

Para os programas de pagamento baseado em ações no âmbito do Plano de Opções, o valor justo das opções de ações (*stock options*) era estimado na data de sua outorga, usando o modelo de precificação denominado "Binomial de Hull", ajustado para refletir o requerimento do IFRS 2/CPC 10 - *Pagamento Baseado em Ações*. Baseado no número esperado de opções que serão exercidas, o valor justo das opções outorgadas é reconhecido como despesa durante o período de carência da opção com contrapartida no patrimônio líquido. Quando as opções são exercidas, o patrimônio líquido aumenta pelo montante dos proventos recebidos. A liquidação dos programas no âmbito do Plano de opções se dá pela entrega de instrumentos patrimoniais (ações) ou em dinheiro de quantia equivalente à quantidade de opções detida pelo participante.

Adicionalmente, em algumas oportunidades, funcionários e administradores da AB InBev são transferidos para a Companhia. Nesses casos, o custo ("*compensation cost*") relacionado a opções para aquisição de ações e ações restritas da AB InBev está reconhecido no resultado em contrapartida ao patrimônio líquido, proporcionalmente ao período da transferência. No momento de entrega dos instrumentos patrimoniais referido valor é reembolsado à AB InBev.

De maneira recíproca, quando funcionários e administradores que possuem opções para aquisição de ações e ações restritas da Companhia são expatriados para a AB InBev, o *compensation cost* é reconhecido pela AB InBev proporcionalmente ao período da expatriação, bem como a Companhia é reembolsada no momento de entrega de seus instrumentos patrimoniais a funcionários e administradores da AB InBev.

Os planos de pagamento baseados em ações da Companhia são liquidados em ações.

29 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS

29.1 Categoria dos instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e suas subsidiárias é efetuada por estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita pela análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, entre outros).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ambev



O quadro abaixo demonstra todos os instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, segregados por categoria:

Itens de instrumentos financeiros	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	5.290.333	11.363.448	18.638.228	28.595.666
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas		5.867.768	4.941.885	8.987.257	8.140.218
Aplicações financeiras	5.2	89.503	147.048	137.557	255.959
Subtotal		11.247.604	16.452.381	27.763.042	36.991.843
Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	5.2	-	-	1.667.391	1.170.496
Derivativos usados para <i>hedge</i>	29.2	-	-	778.116	1.218.587
Subtotal		-	-	2.445.507	2.389.083
Total dos ativos		11.247.604	16.452.381	30.208.549	39.380.926
Passivos					
Custo amortizado					
Contas a pagar	15	42.470.755	44.229.741	24.055.794	25.551.228
Empréstimos e financiamentos	16	1.764.199	1.824.066	3.386.924	3.452.728
Outros passivos		2.292.221	1.723.845	3.473.785	3.044.314
Subtotal		46.527.175	47.777.652	30.916.503	32.048.270
Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado					
Obrigações relacionadas à aquisição de participação minoritária ⁽ⁱ⁾		1.154.203	1.184.177	1.154.203	1.184.177
Derivativos usados para <i>hedge</i>	29.2	-	-	925.401	211.441
Outros passivos		-	-	-	300.519
Subtotal		1.154.203	1.184.177	2.079.604	1.696.137
Total dos passivos		47.681.378	48.961.829	32.996.107	33.744.407

(i) Obrigações relacionadas à aquisição de participação minoritária: a Companhia constituiu um passivo relacionado à aquisição de participação minoritária nas operações da República Dominicana. Este instrumento financeiro é denominado em Pesos Dominicanos para a Tranche B e está registrado na empresa cuja moeda funcional é o Real. A Companhia denominou este instrumento financeiro como instrumento de *hedge* para parte de seus ativos líquidos localizados em subsidiárias cuja moeda funcional é o Peso Dominicano, de maneira que o resultado de variação cambial deste instrumento financeiro seja registrado no grupo do resultado abrangente, assim como resultado do objeto do *hedge*.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados na categoria de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

29.2 Instrumentos financeiros derivativos

A utilização de instrumentos financeiros derivativos pela Companhia segue estritamente as determinações da Política de Gestão de Riscos Financeiros ["Política"] aprovada pelo Conselho de Administração. Os instrumentos utilizados pela Companhia são contratos futuros negociados em bolsa, *full deliverable forwards*, *non deliverable forwards*, *swaps* e opções. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam nenhuma operação de *target forward*, *swaps* com verificação ou quaisquer outras operações de derivativos que impliquem em alavancagem além do valor nominal de seus contratos. As operações de derivativos são administradas de forma consolidada e são classificadas por estratégias de acordo com os seus objetivos, conforme demonstrado abaixo:

- i) Instrumentos derivativos de *hedge* de fluxo de caixa;
- ii) Instrumentos derivativos de *hedge* de investimento líquido.

Em conformidade com o *hedge accounting*, a parte efetiva do *hedge* é alocada no patrimônio líquido e, ocorrendo inefetividade, este resultado é contabilizado diretamente no resultado



financeiro do período em que a inefetividade é identificada, para os casos de *hedge* de fluxo de caixa e investimento líquido.

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos calculando o seu valor presente por meio da utilização das curvas de mercado que impactam o instrumento nas datas de apuração. No caso de *swaps*, tanto a ponta ativa quanto a ponta passiva são estimadas de forma independente e trazidas a valor presente, no qual a diferença do resultado entre as pontas gera o valor de mercado do *swap*. Para os instrumentos financeiros negociados em bolsa, o valor justo é calculado de acordo com os preços divulgados por elas. As tabelas a seguir sumarizam as exposições que foram identificadas e protegidas em conformidade com a Política da Companhia.



Transações protegidas por instrumentos financeiros derivativos em conformidade com a Política de Gestão de Riscos Financeiros

Consolidado							
2025							
			Valor Justo		Ganhos/(Perdas) reconhecidos no:		
Estratégia de <i>hedge</i>	Risco	Nocional	Ativo	Passivo	Resultado financeiro	Resultado da operação	Patrimônio líquido
					Elemento a termo	Elemento à vista	Efeito contabilidade <i>hedge</i>
Custo		19.317.767	749.013	(889.212)	(1.230.831)	685.059	(480.245)
	<i>Commodity</i>	5.280.603	620.734	(108.720)	(80.622)	(19.604)	650.019
	Dólar	14.037.164	128.279	(780.492)	(1.150.209)	704.663	(1.130.264)
Importação de ativo fixo		117.977	143	(11.449)	(3.425)	637	(8.025)
	Dólar	117.977	143	(11.449)	(3.425)	637	(8.025)
Despesas		92.349	427	(8.098)	(2.918)	3.325	4.909
	Dólar	92.349	427	(8.098)	(2.918)	3.325	4.909
Ativos financeiros		-	28.533	(16.642)	(4.385)	-	-
	Dólar	-	28.533	(16.642)	(4.385)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		19.528.093	778.116	(925.401)	(1.241.559)	689.021	(483.361)



Consolidado							
2024							
Estratégia de <i>hedge</i>	Risco	Nocional	Valor Justo		Ganhos/(Perdas) reconhecidos no:		
			Ativo	Passivo	Resultado financeiro	Resultado da operação	Patrimônio líquido
					Elemento a termo	Elemento à vista	Efeito contabilidade <i>hedge</i>
Custo		16.309.171	1.202.356	(211.364)	(990.909)	952.538	1.535.396
	<i>Commodity</i>	5.026.998	127.867	[204.113]	[619.741]	167.322	346.864
	Dólar	11.282.173	1.074.489	[6.891]	[373.909]	784.108	1.188.279
	Euro	-	-	-	[206]	679	475
	Peso Mexicano	-	-	[360]	2.947	429	[222]
Importação de ativo fixo		207.906	10.121	(71)	(5.496)	11.492	20.584
	Dólar	207.906	10.121	(71)	[5.496]	11.492	20.584
Despesas		57.532	3.451	(6)	(1.702)	3.130	5.831
	Dólar	57.532	3.451	(6)	[1.702]	3.130	5.831
Ativos financeiros		-	2.659	-	(91.435)	-	-
	Dólar	-	2.659	-	[91.435]	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		16.574.609	1.218.587	(211.441)	(1.089.542)	967.160	1.561.811

Conforme divulgado na política contábil, o elemento a termo, que pode ser separado e excluído da designação do instrumento financeiro como instrumento de *hedge*, é reconhecido no resultado financeiro, de acordo com o IFRS 9/CPC 48 - *Instrumentos Financeiros*.



29.2.1 Vencimento dos instrumentos

Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 apresentavam as seguintes faixas de vencimentos de valor nocional e valor justo por instrumento:

Estratégia de hedge	Risco	Consolidado		
		Valor Nocional		Total
		2026	2027	
Custo		18.733.617	584.150	19.317.767
	Commodity	5.196.817	83.786	5.280.603
	Dólar	13.536.800	500.364	14.037.164
Importação de ativo fixo		116.736	1.241	117.977
	Dólar	116.736	1.241	117.977
Despesas		83.931	8.418	92.349
	Dólar	83.931	8.418	92.349
		18.934.284	593.809	19.528.093

Estratégia de hedge	Risco	Consolidado		
		Valor Justo		Total
		2026	2027	
Custo		(148.804)	8.605	(140.199)
	Commodity	511.949	65	512.014
	Dólar	(660.753)	8.540	(652.213)
Importação de ativo fixo		(11.283)	(23)	(11.306)
	Dólar	(11.283)	(23)	(11.306)
Despesas		(7.719)	48	(7.671)
	Dólar	(7.719)	48	(7.671)
Ativos financeiros		11.891	-	11.891
	Dólar	11.891	-	11.891
		(155.915)	8.630	(147.285)

29.2.2 Margens dadas em garantia

Para atender às garantias exigidas pelas bolsas de derivativos e/ou contrapartes contratadas em determinadas operações de instrumentos financeiros derivativos, em 31 de dezembro de 2025 o Grupo mantinha o montante de R\$164.400 no Consolidado em aplicações financeiras de liquidez imediata ou em espécie, classificado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras [R\$165.736 em 31 de dezembro de 2024].



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2025

[em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma]

ambev



29.3 Hierarquia do valor justo

	Controladora							
	2025				2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos Financeiros								
Obrigações relacionadas à aquisição de participação minoritária	-	-	1.154.203	1.154.203	-	-	1.184.177	1.184.177
	-	-	1.154.203	1.154.203	-	-	1.184.177	1.184.177
	Consolidado							
	2025				2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros								
Aplicações financeiras	1.667.391	-	-	1.667.391	1.170.496	-	-	1.170.496
Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado	7.850	20.683	-	28.533	2.659	-	-	2.659
Derivativos - <i>Hedge</i> operacional	164.266	585.317	-	749.583	21.274	1.194.654	-	1.215.928
	1.839.507	606.000	-	2.445.507	1.194.429	1.194.654	-	2.389.083
Passivos Financeiros								
Obrigações relacionadas à aquisição de participação minoritária	-	-	1.154.203	1.154.203	-	-	1.184.177	1.184.177
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	300.519	300.519
Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado	-	16.642	-	16.642	-	-	-	-
Derivativos - <i>Hedge</i> operacional	97.982	810.777	-	908.759	52.232	159.209	-	211.441
	97.982	827.419	1.154.203	2.079.604	52.232	159.209	1.484.696	1.696.137

Não ocorreram transferências de ativos e passivos entre os níveis 1, 2 e 3 de hierarquia do valor justo durante os exercícios apresentados.

29.3.1 Instrumentos financeiros Nível 3

PUT CND

Em linha com o Acordo de Acionistas da Tenedora CND, S.A. ["Tenedora"] – *holding* com sede na República Dominicana titular de quase a totalidade da CND –, celebrado entre a Companhia e a E. León Jimenez, S.A. ["ELJ"], a ELJ é detentora de 2,89% das ações da Tenedora e possui opção de venda de tal participação remanescente, correspondente à Tranche B prevista no referido Acordo. Tal opção de venda poderá ser exercida pela ELJ a partir de 2026. A Companhia, por sua vez, possui uma opção de compra das ações Tranche B, exercível a partir de 2029.

Em 31 de dezembro de 2025 a Tranche B, detida pela ELJ, está valorizada em R\$1.154.203 (R\$1.184.177 em 31 de dezembro de 2024). O valor justo da Tranche B é calculado pelo múltiplo de EBITDA definido em contrato, descontado da dívida líquida da operação, trazido ao valor presente utilizando-se de técnicas usuais de modelagem financeira (valor presente do principal e juros futuros, descontados pela taxa WACC em moeda local na data base do cálculo). Os critérios utilizados para mensuração não são diretamente observáveis no mercado, razão pela qual o instrumento é classificado como Nível 3.

Contraprestações contingentes nas aquisições da G&W e Banded Peak

Em janeiro de 2020 a subsidiária da Companhia no Canadá, Labatt Brewing Company Limited, adquiriu a G&W Distilling Inc., empresa com portfólio de bebidas alcoólicas prontas para consumo (*ready-to-drink*). No mesmo mês, a Labatt comprou também as ações da Banded Peak Brewing Ltd., cervejaria artesanal canadense.



Uma parte dos preços de compra de ambas as transações incluiu contraprestações contingentes baseadas nos desempenhos futuros da G&W e da Banded Peak após a aquisição. Durante o exercício de 2025, a Labatt liquidou integralmente essas obrigações e, como resultado, não havia saldo de contraprestação contingente a pagar em 31 de dezembro de 2025, conforme detalhado no item 29.3.2.

29.3.2 Reconciliação da movimentação da categorização do Nível 3

	Controladora	Consolidado
1 Saldo do passivo financeiro em 31 de dezembro de 2024	1.184.177	1.484.696
2 Liquidação de contraprestação contingente	-	(285.363)
3 Total de ganhos e perdas no exercício (4+5)	(29.974)	(45.130)
4 Despesa/(receita) reconhecida no resultado do exercício	127.591	127.591
5 Despesa/(receita) reconhecida no patrimônio líquido	(157.565)	(172.721)
Saldo do passivo financeiro em 31 de dezembro de 2025 (1+2+3)	1.154.203	1.154.203

29.4 Gestão de riscos

Exposição em moeda estrangeira, taxa de juros, preços de *commodities*, liquidez e risco de crédito surgem no curso normal dos negócios. A Companhia analisa cada um desses riscos tanto individualmente como em uma base interconectada, e define estratégias para gerenciar o impacto econômico sobre o desempenho do risco em consonância com sua Política de Gestão de Riscos Financeiros.

O objetivo dessa Política é fornecer diretrizes para a gestão de riscos de natureza financeira inerentes ao mercado em que a Ambev executa suas operações. A Política abrange quatro pontos principais, relacionados à gestão de riscos financeiros: (i) riscos transacionais relacionados ao negócio, (ii) riscos de crédito de contrapartes, (iii) liquidez, financiamentos e estrutura de capital e (iv) riscos de conversão de balanços.

29.4.1 Riscos de mercado

29.4.1.1 Risco de taxa de juros: consiste na possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, o que pode aumentar as despesas financeiras dos passivos financeiros, e/ou diminuir a receita financeira dos ativos financeiros, como também impactar negativamente o valor justo dos ativos financeiros mensurados a valor justo. Para mitigar este risco, a Companhia aplica uma abordagem dinâmica de *hedge* de taxa de juros segundo a qual a composição de destino entre a dívida de taxa fixa e flutuante é revista periodicamente com o objetivo de alcançar um equilíbrio entre o custo de captação e a volatilidade dos resultados financeiros. Para isso, leva-se em conta as condições do mercado, bem como a estratégia de negócios. Periodicamente essa estratégia é revisada.



A tabela abaixo demonstra o total de dívida da Companhia e suas subsidiárias e respectivas taxas de juros ponderadas. Em 31 de dezembro de 2024 e 2025, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam posições de *hedge* para as exposições demonstradas abaixo:

	2025		2024	
	Risco		Risco	
	Taxa de juros	Montante em reais	Taxa de juros	Montante em reais
Dívida em Real Brasileiro	11,1%	2.172.861	10,2%	2.245.099
Dívidas em outras moedas	15,1%	628.508	13,0%	510.194
Dívida em Dólar Americano	2,4%	9.750	8,0%	3.786
Dívida em Dólar Canadense	5,5%	314.790	5,8%	439.367
Taxa de juros pré-fixado		3.125.909		3.198.446
Dívida em Real Brasileiro	7,6%	261.015	7,8%	254.282
Taxa de juros pós-fixado		261.015		254.282

Análise de sensibilidade

A Companhia mitiga seus riscos em ativos e passivos financeiros não derivativos, substancialmente, por intermédio de contratação de instrumentos financeiros derivativos. Neste contexto, a Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros derivativos e, com isso, desenvolveu uma análise de sensibilidade com base em três cenários que poderão gerar impactos nos resultados e/ou no fluxo de caixa futuros da Companhia, conforme descrito abaixo:

1 - Cenário provável: expectativa da Administração de deterioração de cada fator de risco principal de cada transação. Para estimar os possíveis efeitos nos resultados das operações de derivativos, a Companhia utiliza o cálculo do *Value at Risk - VaR* paramétrico. O *VaR* é uma medida estatística desenvolvida por meio de estimativas de desvio padrão e de correlações entre os retornos dos diversos fatores de risco. Este modelo tem como resultado a perda limite esperada para um ativo, em um determinado exercício de tempo e intervalo de confiança. De acordo com esta metodologia, utilizamos como parâmetros para o cálculo, a exposição potencial de cada instrumento financeiro, um intervalo de confiança de 95% e um horizonte de 21 dias a partir de 31 de dezembro de 2025, os quais estão apresentados em módulo.

2 - Cenário adverso: deterioração de 25% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2025.

3 - Cenário remoto: deterioração de 50% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2025.



Análise de sensibilidade de variações cambiais e variação de preços de *commodities*:

Transação	Risco	Consolidado			
		Valor justo	Cenário Provável	Cenário Adverso	2025 Cenário Remoto
<i>Hedge commodities</i>	Valorização no preço das <i>commodities</i>	512.014	556.476	1.832.165	3.152.315
Compras de insumos		(512.014)	(556.684)	(1.843.638)	(3.175.262)
<i>Hedge cambial</i>	Valorização de moeda estrangeira	(652.213)	(515.452)	2.857.078	6.366.369
Compras de insumos		652.213	513.973	(3.310.551)	(7.273.316)
Efeito no custo		-	(1.687)	(464.946)	(929.894)
<i>Hedge cambial</i>	Valorização de moeda estrangeira	(11.306)	(10.944)	18.188	47.682
Compra de <i>capex</i>		11.306	10.944	(30.892)	(73.090)
Efeito na importação de ativo fixo		-	-	(12.704)	(25.408)
<i>Hedge cambial</i>	Valorização de moeda estrangeira	(7.671)	(7.335)	15.416	38.504
Despesas		7.671	7.284	(30.577)	(68.826)
Efeito em despesas		-	(51)	(15.161)	(30.322)
		-	(1.738)	(492.811)	(985.624)

29.4.1.2 Risco de commodities: parte significativa dos insumos da Companhia é composta de *commodities*, as quais apresentam, historicamente, oscilações relevantes de preços. A Política da Companhia estabelece que a contratação de *hedge* é a maneira adequada para proteger a Companhia contra imprevistos nos preços e moeda estrangeira. A Companhia, portanto, utiliza contratos de compra com preço fixo e a contratação de instrumentos financeiros derivativos para minimizar a exposição à volatilidade dos preços das *commodities* de alumínio, açúcar, trigo, milho e praxileno. Os instrumentos financeiros derivativos contratados para este fim foram designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

Riscos existentes, mas ainda não registrados [por exemplo, aquisição futura de matérias-primas ou bens do imobilizado] devem ser protegidos com base em previsões pelo período necessário para a Companhia se adaptar ao novo cenário de custos, que pode variar de dez a quatorze meses, também com a utilização de instrumentos financeiros derivativos.

Se as operações entre empresas do grupo criarem uma exposição econômica, *hedges* de moeda adicionais devem ser considerados para minimizar o impacto econômico na demonstração de resultado consolidada. A Companhia não adota práticas de *hedges* para eliminar flutuações da taxa de câmbio de investimentos em participações societárias em países que não tenham o Real como moeda, porém, pode utilizar *hedges* para futuros pagamentos de dividendo em outras moedas. As exceções à Política devem ser aprovadas pelo Comitê de Operações e Finanças ("COF").

29.4.2 Risco de crédito

Parte substancial das vendas da Companhia é feita a distribuidores, supermercados e varejistas dentro de ampla rede de distribuição. O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e dos procedimentos de controle que o monitoram. Historicamente, a Companhia não registra perdas significativas em contas a receber de clientes.

A fim de minimizar o risco de crédito de seus investimentos, a Companhia adotou políticas de alocação de caixa e investimentos, levando em consideração limites e avaliações de créditos de instituições financeiras, não permitindo concentração de crédito, ou seja, o risco de crédito é monitorado e minimizado, pois as negociações são realizadas apenas com um seleto grupo de contrapartes altamente qualificadas.



A definição das instituições financeiras autorizadas a operar como contraparte da Companhia está descrita em nossa Política de Risco de Crédito. A Política de Risco de Crédito estabelece limites máximos de exposição a cada contraparte com base na classificação de risco e na capitalização de cada contraparte.

Depósitos ou posições de caixa, se houver, devem ser mantidos em contas com bancos de primeira linha ou com classificação de crédito (*rating*) alta de cada país. Qualquer posição de natureza de curto prazo (menos de 6 meses) deve ser considerada como depósito ou posição de caixa.

O risco de contraparte deve ser gerido pela Companhia de forma global, com limites por produto estabelecidos pela tesouraria, considerando: (i) classificação de crédito (*rating*) da contraparte (ii) duração (iii) valor (iv) divisão entre ativos e passivos, na ausência de cláusula de compensação nos respectivos contratos de derivativos.

Os valores contábeis de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, excluindo pagamentos antecipados, impostos a recuperar e instrumentos financeiros derivativos estão apresentados líquidos de eventuais provisões de *impairment* reconhecidas e representam a exposição máxima de risco de crédito em 31 de dezembro de 2025. Não havia concentração de risco de crédito com quaisquer contrapartes em 31 de dezembro de 2025 além do limite estabelecido pela Política de Risco de Crédito da Companhia. O risco de crédito de contraparte é reavaliado trimestralmente.

Clientes

Parte substancial das vendas da Companhia é feita a distribuidores, supermercados e varejistas dentro de ampla rede de distribuição. O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e dos procedimentos de controle que o monitoram. Historicamente, a Companhia não registra perdas significativas em contas a receber de clientes.

Investimentos

A fim de minimizar o risco de crédito de seus investimentos, a Companhia adotou políticas de alocação de caixa e investimentos, levando em consideração limites e avaliações de créditos de instituições financeiras, não permitindo concentração de crédito, ou seja, o risco de crédito é monitorado e minimizado, pois as negociações são realizadas apenas com um seleto grupo de contrapartes altamente qualificadas.

29.4.3 Risco de liquidez

A Companhia historicamente possui como fonte de seu caixa operacional o fluxo de caixa de suas atividades operacionais, emissão de dívida e empréstimos bancários. As suas principais demandas de caixa incluem: pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, investimento em bens de capitais, investimento em companhias, aumento de participação em subsidiárias ou em companhias em que é acionista, programas de recompra de ações, e pagamento de dívidas.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2025

[em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma]



A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, em conjunto com os instrumentos financeiros derivativos e acesso a linhas de crédito são suficientes para financiar as despesas de capital, o passivo financeiro e o pagamento de dividendos no futuro.

Controladora							
2025							
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Contas a pagar e demais contas a pagar ⁽ⁱ⁾	24.957.749	26.531.593	23.336.812	23.851	42.879	1.178.110	1.949.941
Empréstimos bancários com garantia	96.939	124.101	25.182	25.182	23.374	50.363	-
Outros empréstimos com garantia	311.577	405.107	146.216	131.495	65.262	8.253	53.881
Arrendamentos	1.355.683	1.789.079	652.700	488.515	345.758	174.080	128.026
	26.721.948	28.849.880	24.160.910	669.043	477.273	1.410.806	2.131.848

Controladora							
2024							
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Contas a pagar e demais contas a pagar ⁽ⁱ⁾	25.491.587	26.989.325	23.766.808	81.868	9.143	1.198.038	1.933.468
Empréstimos bancários com garantia	111.629	151.091	25.182	25.182	25.182	50.363	25.182
Outros empréstimos com garantia	372.239	502.103	160.474	147.555	125.822	14.404	53.848
Arrendamentos	1.340.198	1.606.634	657.363	435.433	300.691	145.132	68.015
	27.315.653	29.249.153	24.609.827	690.038	460.838	1.407.937	2.080.513

Consolidado							
2025							
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Contas a pagar e demais contas a pagar ⁽ⁱ⁾	38.793.549	40.657.985	37.499.850	85.522	40.675	1.169.439	1.862.499
Empréstimos bancários com garantia	99.701	126.861	27.943	25.182	23.373	50.363	-
Outros empréstimos com garantia	311.577	405.106	146.216	131.495	65.261	8.253	53.881
Arrendamentos	2.975.646	3.837.785	1.229.439	946.023	688.200	441.695	532.428
	42.180.473	45.027.737	38.903.448	1.188.222	817.509	1.669.750	2.448.808

Consolidado							
2024							
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Contas a pagar e demais contas a pagar ⁽ⁱ⁾	41.771.683	43.322.074	40.229.728	101.188	[30.267]	1.200.759	1.820.666
Empréstimos bancários com garantia	115.421	154.869	28.961	25.181	25.182	50.364	25.181
Outros empréstimos com garantia	372.239	502.104	160.474	147.555	125.823	14.404	53.848
Arrendamentos	2.965.068	3.470.163	1.319.846	1.003.668	569.066	347.996	229.587
	45.224.411	47.449.210	41.739.009	1.277.592	689.804	1.613.523	2.129.282

(i) Contempla principalmente os saldos de fornecedores, impostos, taxas e contribuições a recolher, dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar, salários e encargos, obrigações relacionadas à aquisição de participação minoritária e outros passivos, exceto transações com partes relacionadas.



29.4.4 Gestão de capital

A Companhia está constantemente avaliando e otimizando sua estrutura de capital visando maximizar o valor do investimento dos acionistas e mantendo a desejada flexibilidade financeira para executar os projetos estratégicos. Além dos requisitos legais mínimos de financiamento de capital próprio que se aplicam às subsidiárias nos diferentes países, a Companhia não está sujeita a quaisquer requerimentos externos de capital. Ao analisar sua estrutura de capital, a Companhia utiliza a mesma relação de dívida e classificações de capital aplicada nas suas demonstrações contábeis.

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Detalhamento da dívida				
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	1.764.199	1.824.066	3.386.924	3.452.728
(-) Aplicações financeiras de curto prazo	(19.643)	(76.549)	(1.681.692)	(1.242.001)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(5.290.333)	(11.363.448)	(18.638.228)	(28.595.666)
Dívida/(caixa) líquida	(3.545.777)	(9.615.931)	(16.932.996)	(26.384.939)

29.4.5 Risco de moeda estrangeira

A Companhia incorre em risco cambial sobre empréstimos, investimentos, compras, dividendos e despesas/receitas com juros sempre que eles são denominados em moeda diferente da moeda funcional da entidade do Grupo. Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados para administrar o risco de moeda estrangeira são contratos de futuros, swaps, opções, *non deliverable forwards* e *full deliverable forwards*.

29.5 Gestão de riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade

Considerando a natureza das operações da Companhia, existe uma exposição inerente a certos riscos relacionados a mudanças climáticas e aspectos relevantes de sustentabilidade. Quaisquer impactos podem resultar em efeito material adverso para os nossos negócios, liquidez, condição financeira e resultados de operações. A Companhia continua administrando com disciplina os recursos de liquidez e capital para arcar com os custos da eventual materialização de tais riscos, além de continuamente revisar sua matriz de riscos de Sustentabilidade e Climáticos e os seus controles de mitigação, adaptação e resiliência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração considerou como principais riscos os destacados a seguir.

29.5.1 Adaptação e resiliência às mudanças climáticas

A Companhia está sujeita a riscos associados a eventos climáticos extremos como secas, inundações, tempestades e ondas de calor, entre outros, cuja frequência e severidade vêm aumentando nos últimos anos e que podem impactar diretamente nossas operações, cadeia de suprimentos e resultados financeiros.

Em 2025 implementamos nossa estratégia robusta para a resiliência climática. Além de mitigar potenciais danos físicos, a Companhia pôde se adiantar a ocorrências climáticas fora do padrão, atuando de maneira preventiva. Seguimos investindo em tecnologias mais limpas e adaptação de instalações e processos produtivos bem como em previsão de potenciais riscos à nossa operação, visando assegurar a sustentabilidade de nosso modelo de negócio frente às incertezas climáticas.



A demanda por produtos sustentáveis também tem se intensificado, pressionando a Companhia a adaptar sua oferta para atender às expectativas do mercado e mitigar riscos de competitividade.

Diante deste cenário, a estratégia de adaptação da Companhia conta com investimento em infraestrutura resiliente, diversificação de fornecedores, desenvolvimento de produtos sustentáveis e planos de contingência para eventos climáticos extremos.

29.5.2 Preços das Commodities

Existe uma preocupação crescente de que o nível atual de dióxido de carbono e outros gases de efeito estufa na atmosfera tenham impactos adversos nas temperaturas globais, nos padrões climáticos e na frequência e gravidade de climas extremos e desastres naturais, como por exemplo, secas, alagamentos, chuvas não sazonais, ciclones tropicais, entre outros. Caso as mudanças climáticas tenham um efeito negativo sobre a produtividade agrícola, a Companhia poderá estar sujeita a uma menor disponibilidade ou preços menos favoráveis para certas *commodities* agrícolas que são necessárias para nossos produtos, como cevada, lúpulo, açúcar e milho. Além disso, as expectativas públicas de reduções nas emissões de gases de efeito estufa podem resultar em aumento dos custos de energia, transporte e matérias-primas e podem exigir que façamos investimentos adicionais em instalações e equipamentos devido ao aumento das pressões regulatórias. Como resultado, os efeitos das mudanças climáticas podem ter um impacto material adverso de longo prazo em nossos negócios e resultados operacionais.

29.5.3 Crise hídrica

A Companhia também enfrenta riscos de escassez e qualidade da água nas regiões onde opera. A disponibilidade de água potável é um recurso limitado em muitas partes do mundo, enfrentando desafios sem precedentes das mudanças climáticas e a resultante mudança nos padrões de precipitação e na frequência de climas extremos, superexploração, poluição crescente e má gestão da água. A Companhia implementou estratégia interna para reduzir consideravelmente o uso de água em suas plantas operacionais. No entanto, à medida que a demanda por água continua a aumentar em todo o mundo e à medida que a água se torna mais escassa e a qualidade da água disponível se deteriora, podemos ser afetados pelo aumento dos custos de produção ou restrições de capacidade, o que pode afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais.

As secas podem causar falhas nas colheitas de cevada para a maltagem, especialmente na América do Sul, onde a maior parte da cevada é alimentada pela chuva. As chamadas secas meteorológicas (secas de curto prazo e impactadas pela precipitação) podem afetar significativamente o rendimento das culturas de cevada. Como resultado, os efeitos das mudanças climáticas podem ter um impacto prejudicial substancial de longo prazo nos negócios e resultados operacionais da Companhia.

29.5.4 Legislação ambiental

As operações da Companhia estão sujeitas a uma ampla gama de leis e regulamentações federais, estaduais e municipais de segurança e meio ambiente relacionadas a licenças ou autorizações necessárias para nossos negócios, bem como uso de recursos hídricos e gestão de resíduos sólidos, além de obrigações de logística reversa, que impõem a diversos setores produtivos obrigações adicionais referentes à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos sólidos.

As atividades da Companhia requerem a obtenção e renovação constantes de licenças ambientais, das quais dependem a instalação e operação das unidades produtivas. Dificuldades técnicas ou descumprimento dos prazos de renovação das licenças e das exigências dos órgãos ambientais podem ter efeitos adversos em nossos negócios, pois



podemos estar sujeitos à (i) imposição de diversas sanções administrativas [tais como multas, interrupção ou suspensão das atividades, revogação de licenças, entre outros]; (ii) pagamento de custos para recuperação de áreas degradadas; e (iii) responsabilização nas esferas civil, administrativa e penal, conforme o caso.

Não há nenhuma garantia de que a Companhia, mesmo adotando práticas e processos adequados, não incorrerá em responsabilidade ambiental ou de que essas leis e regulamentos ambientais aplicáveis não mudarão ou tornar-se-ão mais rigorosos no futuro. Nesse sentido, o descumprimento da legislação aplicável e das condicionantes técnicas estabelecidas nas licenças e autorizações pode prejudicar a reputação, os resultados operacionais e a saúde financeira da Companhia.

29.5.5 Social

A Companhia está sujeita a obrigações relativas ao respeito aos direitos humanos de todos os *stakeholders*, que podem fazer com que a Companhia incorra em custos adicionais, bem como em contingências significativas referentes a questões sociais. De forma geral, os riscos sociais decorrem dos potenciais e efetivos impactos adversos de suas atividades empresariais nos direitos humanos de todos os *stakeholders* envolvidos em sua operação, incluindo seus próprios funcionários, consumidores, fornecedores, investidores e comunidade local onde a Companhia atua, sendo estes conectados direta ou indiretamente às suas atividades.

Se a Companhia não tomar iniciativas bem estruturadas e integradas ao planejamento de longo prazo para fomentar a diversidade, equidade e inclusão na composição dos órgãos estatutários e da liderança, poderá sofrer questionamentos, inclusive em sede judicial, acerca da ausência de metas claras e ações efetivas nesse âmbito.

Não há nenhuma garantia de que a Companhia conseguirá realizar o gerenciamento adequado dos riscos sociais acima apontados atendendo a todos os parâmetros e diretrizes nacionais e internacionais o que, consequentemente, pode eventualmente prejudicar os resultados operacionais e a reputação da Companhia e expor a Companhia a riscos legais e regulatórios, os quais podem se materializar de diferentes maneiras.

Política contábil

Classificação e mensuração

Um ativo financeiro [a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo] ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Ativos financeiros

A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, a depender do modelo de negócio utilizado na gestão dos ativos financeiros e dos termos contratuais dos fluxos de caixa, sob as seguintes categorias de mensuração:

- i) Custo amortizado;
- ii) Valor justo por meio do resultado;

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.



Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa do ativo expiram ou são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos pela Companhia.

a) Custo amortizado

A Companhia classifica ativos financeiros como mensurados ao custo amortizado somente se dois critérios forem atendidos:

- i) O ativo financeiro é mantido dentro de modelo de negócio cujo objetivo seja receber os fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros não classificados pela Companhia como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA e ativos financeiros em que seus fluxos de caixa não representem exclusivamente pagamentos de principal e juros, são classificados como valor justo por meio do resultado. Essa categoria inclui também os instrumentos de dívida cujas características de fluxo de caixa não são mantidas dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja coletar fluxos de caixa contratuais ou coletar fluxos de caixa contratuais e vender.

Passivos financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros, dependendo da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos, nas seguintes categorias:

- i) mensurados ao custo amortizado;
- ii) valor justo por meio do resultado.

A Companhia classifica a maior parte de seus passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, de forma que as despesas de juros, ganhos e perdas cambiais sejam reconhecidas no resultado.

Passivos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado caso sejam um instrumento derivativo ou contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios. Tais passivos financeiros são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado do exercício.

Todos os passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquidos dos custos de transação incorridos e são mensurados posteriormente ao custo amortizado e atualizados pelo método da taxa de juros efetivos. Já os instrumentos derivativos permanecem classificados na categoria de valor justo por meio do resultado.

Contabilização de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção dos riscos relacionados a moedas estrangeiras, taxa de juros e preço de *commodities* e não são utilizados para fins especulativos. Os instrumentos financeiros derivativos que, embora contratados com objetivo de proteção, não atendem a todos os critérios para aplicação de contabilização de *hedge* são reconhecidos pelo valor justo no resultado do exercício.

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pode ser obtido a partir de cotações de



mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado, e, também, a qualidade de crédito da contraparte.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros derivativos são remensurados pelo seu valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações no valor justo do instrumento financeiro derivativo são reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando estes são instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa ou *hedge* de investimento líquido, em que as parcelas dos ganhos ou das perdas no instrumento de *hedge* que for determinado como *hedge* efetivo, são reconhecidas no resultado abrangente. O instrumento designado de *hedge* é o elemento efetivo à vista do contrato a termo, em que somente a alteração no valor do elemento à vista do contrato a termo é reconhecida no resultado abrangente. O elemento a termo, que pode ser separado e excluído da designação do instrumento financeiro como instrumento de *hedge*, é reconhecido no resultado financeiro, de acordo com o IFRS 9/CPC 48 - *Instrumentos Financeiros*.

A Companhia opera derivativos de *commodities* que possuem termos semelhantes ao item protegido e aplica *hedge* de componentes a suas *commodities*. O componente protegido é contratualmente especificado e coincide com aqueles definidos no contrato derivativo, portanto, a relação de *hedge* é de 1:1. No início da operação de *hedge* a Companhia elabora a documentação formal da operação contendo: (i) objetivo do *hedge*, (ii) tipo de *hedge*, (iii) estratégia de gerenciamento do risco, (iv) natureza do risco a ser coberto, (v) identificação do objeto de cobertura, (vi) identificação do instrumento de cobertura (*hedging instrument*), e (vii) a demonstração prospectiva da efetividade.

A efetividade do *hedge* é medida de forma qualitativa. Sempre que os termos não coincidem, a Companhia usa o método derivativo hipotético para avaliar a eficácia. Deste modo, geralmente as fontes de ineficácia são mudanças no momento da transação prevista, mudanças na quantidade da mercadoria a ser protegida ou mudanças no risco de crédito de qualquer das partes do contrato derivativo.

a) Hedge de fluxo de caixa

O *hedge* de fluxo de caixa é utilizado para proteger a exposição dos fluxos de caixa de um ativo ou passivo registrado do risco de moeda estrangeira e de oscilações de preços em *commodities*, associados a uma transação de realização altamente provável. A parcela efetiva de qualquer resultado [ganho ou perda] com o instrumento financeiro derivativo é reconhecida diretamente no resultado abrangente [reservas de *hedge* de fluxo de caixa] e deve ser reclassificada da reserva de *hedge* de fluxo de caixa para a mesma rubrica e no mesmo período em que os fluxos de caixa futuros esperados protegidos impactaram o resultado. A parcela inefetiva de qualquer ganho ou perda é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do exercício, no resultado financeiro.

Quando um instrumento de *hedge* ou uma relação de *hedge* são extintos, mas ainda se espera que a transação protegida ocorra, os ganhos e perdas acumulados [até aquele ponto] permanecem no resultado abrangente, sendo reclassificados de acordo com a prática acima, quando a transação protegida ocorrer. Não havendo mais probabilidade de ocorrência da transação de proteção, os ganhos ou perdas acumulados e reconhecidos no resultado abrangente são reclassificados imediatamente para a demonstração de resultados.

b) Hedge de investimento líquido

O *hedge* de investimento líquido é utilizado com o objetivo de minimizar a exposição das diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido, ou parte dele, nas subsidiárias da Companhia localizadas no exterior, por cota de conversão de balanço.

Quando um instrumento financeiro derivativo protege um investimento líquido em uma operação no exterior, a parcela do ganho ou a perda no instrumento de *hedge* que é determinada como efetiva é reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes [reservas de conversão], enquanto a parcela ineficaz é reportada no lucro ou perda.



Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos financeiros derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado do exercício.

Redução ao valor de recuperação (*impairment*) de ativos financeiros

A Administração avalia ao final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são registradas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e pode ser estimado de maneira confiável.

Hierarquia do valor justo

O IFRS 13/CPC 46 - *Mensuração do Valor Justo* define valor justo como sendo o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A definição do valor justo de instrumentos financeiros se baseia principalmente em condições de mercado existentes na data de cada balanço. Ainda de acordo com o IFRS 13/CPC 46, os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo devem ser classificados entre as categorias abaixo:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares ou valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em um mercado ativo, utilizando outras técnicas de precificação com premissas que sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que abrangem dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado, que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

30 GARANTIAS, OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, ADIANTAMENTOS DE CLIENTES E OUTROS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Cauções	521.045	533.617	775.755	566.504
Outros compromissos	-	-	491.142	1.275.788
	521.045	533.617	1.266.897	1.842.292
Compromissos contratuais com fornecedores - Imobilizado/Intangível	181.465	556.539	251.074	691.745
Compromissos contratuais com fornecedores - Estoques	18.942.717	30.554.648	25.020.120	46.942.988
	19.124.182	31.111.187	25.271.194	47.634.733

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía R\$521.045 na Controladora e R\$775.755 no Consolidado em garantias em espécie [R\$533.617 na Controladora e R\$540.126 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024].

A maior parte do saldo de compromissos contratuais refere-se a obrigações com fornecedores de embalagens. Esses compromissos têm como principal objetivo conferir



segurança no fornecimento de longo prazo para a Companhia com relação a insumos estratégicos, além de prover maior segurança aos fornecedores para investimentos de longo prazo. O vencimento dos compromissos contratuais em 31 de dezembro de 2025 está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Menos de 1 ano	7.842.036	9.491.704	12.895.064	21.354.771
Entre 1 e 2 anos	2.014.765	8.892.948	2.151.696	12.333.160
Mais de 2 anos	9.267.381	12.726.535	10.224.434	13.946.802
	19.124.182	31.111.187	25.271.194	47.634.733

Os depósitos em dinheiro para garantias são apresentados como parte do saldo de outros ativos. Imobilizados dados em garantia não são relevantes.

31 PARTES RELACIONADAS

A Companhia adota práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação que lhe é aplicável. Nos termos do estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração a aprovação de quaisquer negócios ou contratos entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas (exceto aquelas integralmente controladas), administradores e/ou acionistas (incluindo os sócios, diretos ou indiretos, dos acionistas da Companhia). Ao Comitê de Governança da Companhia cabe assessorar o Conselho de Administração em assuntos relativos às transações com partes relacionadas, entre outros temas.

É vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante, ainda que em tese, com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria a sua não participação na deliberação.

31.1 Transações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração compreende a Diretoria Estatutária e o Conselho de Administração. Além dos benefícios de curto prazo, os administradores são elegíveis aos planos de pagamento baseado em ações, conforme mencionado na nota 28 - *Pagamento baseado em ações*.

O total das despesas com administradores da Companhia está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Benefícios de curto prazo ⁽ⁱ⁾	52.401	56.743
Pagamento baseado em ações ⁽ⁱⁱ⁾	133.055	99.651
Encargos sociais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	28.576	18.050
Total da remuneração do pessoal-chave da Administração	214.032	174.444

(i) Corresponde substancialmente a honorários de administradores e participação no resultado (incluindo bônus por desempenho).

(ii) Corresponde a despesas com opções, ações diferidas, ações restritas e ações com desempenho concedidas aos administradores. Nos valores totais acima não consta a remuneração do Conselho Fiscal e de Comitês.

(iii) Corresponde aos encargos de INSS incidentes sobre a remuneração da Administração.



Exceto pela remuneração descrita acima, a Companhia não possui nenhum tipo de transação com os administradores, tampouco saldos pendentes a receber ou a pagar em seu balanço patrimonial.

Adicionalmente, em 19 de outubro de 2023, a Companhia adotou uma política de *clawback*, que se aplica à remuneração variável concedida por desempenho a determinados executivos, restrita aos membros da Diretoria Estatutária. De acordo com essa política, a remuneração variável concedida por desempenho é definida de forma ampla e inclui qualquer remuneração variável concedida, percebida ou adquirida que seja atrelada, de forma parcial ou total, a números ou índices relacionados às demonstrações contábeis (por exemplo, participação nos lucros, bônus e remuneração baseada em ações).

A política prevê que, no caso de a Companhia ser obrigada a preparar uma reapresentação de suas demonstrações contábeis devido à não conformidade material em relação aos requisitos de apresentação das demonstrações contábeis, a Companhia recuperará da Diretoria Estatutária qualquer remuneração variável concedida por desempenho (em valores anteriores à incidência tributária) que tenha sido concedida em ou após 2 de outubro de 2023 e dos três exercícios fiscais anteriores à data em que a reapresentação for requerida, que exceda o valor que seria devido caso a remuneração variável por desempenho tivesse sido determinada conforme os números reapresentados nas demonstrações contábeis, sujeita a exceções limitadas. A recuperação dessa remuneração pela Companhia é aplicável independentemente da ocorrência de qualquer má conduta individual por parte do executivo, ou de qualquer outro membro da Diretoria Estatutária, também desconsiderando se algum membro da Diretoria Estatutária causou ou contribuiu para a apresentação indevida das demonstrações contábeis.

31.2 Transações com acionistas da Companhia

31.2.1 Assistência médica, odontológica e outros benefícios

A Fundação Zerrener é uma das acionistas da Ambev, com 10,2% de seu capital social. A Fundação é também uma entidade legalmente independente, cujo principal objetivo é proporcionar aos funcionários ativos e certos inativos, da Ambev no Brasil, assistência médica e odontológica, auxílio em cursos de formação técnica e superior e instalações para assistência e auxílio a idosos, por meio de iniciativas diretas ou acordos de assistência financeira com outras entidades. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as responsabilidades atuariais relativas aos benefícios proporcionados diretamente pela Fundação Zerrener eram integralmente cobertas pelos ativos da Fundação Zerrener mantidos para tal fim, os quais excedem em montante significativo o valor dos passivos atuariais em tais datas.

A Ambev reconhece os ativos (despesas antecipadas) desse plano na extensão do valor do benefício econômico disponível para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

Em 31 de dezembro de 2025 as despesas incorridas e registradas pela Fundação Zerrener com terceiros para fornecer os benefícios acima mencionados aos funcionários da Companhia no Brasil totalizaram R\$380.053 (R\$346.946 em 31 de dezembro de 2024), sendo R\$337.648 e R\$42.405 relacionados aos funcionários ativos e inativos, respectivamente (R\$312.481 e R\$34.465 em 31 de dezembro de 2024, respectivamente).

31.2.2 Licenciamentos com a AB Inbev

A Companhia mantém contratos de licenciamento com a AB Inbev e algumas de suas subsidiárias, como Grupo Modelo e Spaten-Franziskaner-Bräu GmbH, para produzir, engarrafar, importar, promover, vender e/ou distribuir os seus principais produtos nos territórios em que o Grupo opera. Da mesma forma, a Companhia também concede licença

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS****Em 31 de dezembro de 2025***[em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma]*

à AB Inbev e algumas de suas subsidiárias dos mesmos direitos referentes aos seus principais produtos, como Brahma®, nos territórios da AB Inbev.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o Grupo registrou R\$62.693 (R\$46.291 em 31 de dezembro de 2024) e R\$1.317.574 (R\$1.103.382 em 31 de dezembro de 2024) como receitas e custo dos produtos vendidos, referentes a licenciamento, respectivamente, em seus resultados consolidados.



31.3 Transações com partes relacionadas reconhecidas no resultado

Empresa	2025						2024					
	Venda de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros	Receita de royalties	Compra de produtos e outros	Despesa de royalties	Resultado financeiro	Venda de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros	Receita de royalties	Compra de produtos e outros	Despesa de royalties	Resultado financeiro
AB InBev	-	222.624	223	[12.222]	[135.543]	44.967	-	188.145	161	[124.823]	[50.589]	69.626
Ambev	-	-	-	-	-	[1.249.265]	-	-	-	-	-	[595.409]
Luxemburgo	-	-	-	-	-	[2.357]	-	-	-	-	-	8.602
Arosuco	193	226.777	-	[1.626.942]	-	[2.357]	60.324	282.337	-	[2.000.197]	-	[1.817]
AB USA	-	1.374	-	[24.331]	[133.386]	49	-	-	-	[102.446]	[72.255]	[1.817]
Cervecería Modelo	1.380	-	-	-	[65.090]	[753]	-	-	-	-	[23.532]	687
Cervecería Paraguaya	141.512	170	-	[23.382]	-	[5.413]	113.271	-	-	-	-	7.286
Cervejaria ZX	7.656	9.606	-	[47.963]	-	6.135	6.115	6.528	-	[38.917]	-	11.719
CMQ	6.835	688	-	[293.685]	-	7.363	41	-	-	[528.190]	-	[2.192]
CND	5.554	-	-	-	-	[649]	740	-	-	-	-	78.210
CRBS	9.275.805	261.726	-	[2.333]	-	1.653	9.504.086	283.663	-	[3.300]	-	2.574
Cympay	-	-	-	[76.064]	-	[36]	-	-	-	[58.004]	-	[6.303]
Labatt Brewing	-	525	-	-	-	[1.223.657]	-	6	-	-	-	[1.504.157]
Maltería Uruguay	-	-	-	[33.585]	-	69.825	-	-	-	[79.032]	-	[165]
Outras	261.708	4.567	-	[149.778]	[67.362]	95.041	228.172	48.913	-	[601.438]	[32.480]	28.574
	9.700.643	728.057	223	[2.290.285]	[401.381]	[2.257.097]	9.912.749	809.592	161	[3.536.347]	[178.856]	[1.902.765]



Consolidado

Empresa	2025						2024					
	Venda de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros	Receita de royalties	Compra de produtos e outros	Despesa de royalties	Resultado financeiro	Venda de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros	Receita de royalties	Compra de produtos e outros	Despesa de royalties	Resultado financeiro
AB InBev	284	222.427	223	(6.572)	(282.079)	49.151	-	188.145	161	(5.724)	(242.530)	70.379
AB Package	39	-	-	(292.448)	-	-	-	-	-	(284.566)	-	-
AB Procurement	-	123	-	(2.993)	(52.704)	(15.940)	-	-	-	(1.216)	-	-
AB USA	779	595	62.470	(439.933)	(541.071)	-	-	-	46.130	(475.503)	(546.397)	-
Bavaria	197.770	-	-	(28.206)	-	-	317.851	-	-	(50.860)	-	-
Bees Global	-	2.212	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cerveceria Modelo	24.614	-	-	(604.126)	(372.389)	(23)	356	-	-	(894.520)	(280.176)	(13.501)
Inbev	978	-	-	(38.508)	-	-	-	-	-	(49.395)	-	-
Outras	57.105	11.096	-	(60.220)	(69.331)	2.539	18.478	63.001	-	(74.722)	(34.279)	12
	281.569	236.453	62.693	(1.473.006)	(1.317.574)	35.727	336.685	251.146	46.291	(1.836.506)	(1.103.382)	56.890



31.4 Saldos em aberto com partes relacionadas

Empresa	31/12/2025		Controladora			
	Circulante		31/12/2024			
	Contas a receber ⁽ⁱ⁾	Outras contas a receber ⁽ⁱ⁾	Contas a receber ⁽ⁱ⁾	Empréstimos/ Mútuo a receber	Outras contas a receber ⁽ⁱ⁾	Não Circulante Mútuo a receber
AB USA	-	-	6.348	-	-	-
AB InBev	97.107	120.174	114.169	-	12.851	-
AB Procurement	54.414	-	36.381	-	-	-
AB Services	8.633	-	2.459	-	-	-
Ambev Luxemburgo	204	-	236	-	-	-
Arosuco	25.751	-	195.767	-	-	-
Cerveceria Chile	36.911	8.072	44.357	-	1.346	-
Cervejaria ZX	4.776	-	1.914	4.713	-	93.322
CMQ	6.793	24.270	25.547	-	5.028	-
CRBS	998.485	-	1.027.755	-	-	-
Incrível	331	-	290	-	-	-
Labatt Brewing	1.950	24.031	77	-	5.120	-
Maltería Pampa	144	-	144	-	-	-
Zé Soluções	6.997	-	19.362	-	-	-
Outras	112.693	7.757	130.746	-	-	-
	1.355.189	184.304	1.605.552	4.713	24.345	93.322

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.



Empresa	31/12/2025					31/12/2024				
	Circulante		Não Circulante			Circulante		Não Circulante		
	Contas a pagar ⁽¹⁾	Empréstimos/ Mútuo a pagar	Dividendos a pagar e Juros sobre o capital próprio	Outros passivos	Contas a pagar/ Mútuo a pagar	Contas a pagar ⁽¹⁾	Empréstimos/ Mútuo a pagar	Dividendos a pagar e Juros sobre o capital próprio	Outros passivos	Contas a pagar/ Mútuos pagar
AB USA	[84.868]	-	-	-	-	[24.871]	-	-	-	-
AB InBev	[111.038]	-	-	[4.952]	-	[17.883]	-	-	[1.287]	-
AB Procurement	[808]	-	-	-	-	[7.734]	-	-	-	-
AB Services	[1.013]	-	-	-	-	[4.429]	-	-	-	-
Ambev Luxemburgo	-	[1.459.344]	-	-	[6.450.000]	-	[2.735.169]	-	-	[5.151.001]
Ambrew	-	-	[294.455]	-	-	-	-	[544.427]	-	-
Arosuco	[771.391]	-	-	-	[2.214.307]	[979.704]	-	-	-	[2.214.307]
Cervecería Chile	[49]	-	-	-	-	[56]	-	-	-	-
Cervejaria ZX	[8.866]	-	-	-	-	[9.567]	-	-	-	-
CMQ	[362]	-	-	-	-	[146.203]	-	-	-	-
CRBS	[52.995]	-	-	-	-	[34.518]	-	-	-	-
Cympay	[81.009]	-	-	-	-	[29.682]	-	-	-	-
Incrível	[580]	-	-	-	-	[97]	-	-	-	-
ITW International	-	-	[1.930.187]	-	-	-	-	[3.569.136]	-	-
Labatt Brewing	-	[194.156]	-	-	[17.076.052]	-	[265.479]	-	-	[18.286.965]
Zé Soluções	[14]	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras	[101.879]	-	-	-	-	[146.650]	[25.709]	-	-	-
	(1.214.872)	(1.653.500)	(2.224.642)	(4.952)	(25.740.359)	(1.401.394)	(3.026.357)	(4.113.563)	(1.287)	(25.652.273)



Empresa	31/12/2025			Consolidado 31/12/2024		
	Circulante			Circulante		
	Contas a receber ⁽ⁱ⁾	Outras contas a receber ⁽ⁱ⁾	Dividendos a receber	Contas a receber ⁽ⁱ⁾	Outras contas a receber ⁽ⁱ⁾	Dividendos a receber
AB Africa	11.486	-	-	3.353	-	-
AB InBev	103.460	120.174	-	121.574	12.851	-
AB Procurement	16.448	-	-	1.437	-	-
AB Services	10.911	-	-	6.706	-	-
AB USA	-	-	-	24.869	-	-
Bavaria	754	-	-	374	-	-
Cerveceria Modelo	9.959	-	-	21.517	-	-
Cervecerías Peruanas	643	-	-	213	-	-
Inbev	3.008	23.872	-	2.649	24.723	-
Panamá Holding	7.571	-	1.172	9.103	-	1.319
Outras	64.736	35	-	46.122	35	-
	228.976	144.081	1.172	237.917	37.609	1.319

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.



Empresa	Consolidado						
	31/12/2025			31/12/2024			
	Circulante		Não Circulante	Circulante		Não Circulante	
	Contas a pagar ⁽ⁱ⁾	Outras contas a pagar ⁽ⁱ⁾	Dividendos a pagar e Juros sobre o capital próprio	Contas a pagar	Contas a pagar ⁽ⁱ⁾	Dividendos a pagar e Juros sobre o capital próprio	Contas a pagar
AB InBev	[169.910]	[4.952]	-	-	[84.853]	-	-
AB Package	[83.718]	-	-	-	[130.983]	-	-
AB Procurement	[17.002]	-	-	-	[134]	-	-
AB Services	[3.860]	-	-	-	[5.776]	-	-
AB USA	[286.975]	-	-	-	[254.130]	-	-
Ambrew	-	-	[294.455]	-	-	[544.427]	-
Bavaria	[21.966]	-	-	-	[8.755]	-	-
Cerveceria Modelo	[513.640]	-	-	-	[633.616]	-	-
Cervecerías Peruanas	16	-	-	-	[6.133]	-	-
Inbev	[13.540]	-	-	-	[9.801]	-	-
ITW International	-	-	[1.930.187]	[245.277]	-	[3.569.136]	[258.338]
Outras	[36.901]	-	-	-	[46.414]	-	-
	[1.147.496]	[4.952]	[2.224.642]	[245.277]	[1.180.595]	[4.113.563]	[258.338]

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.



Denominações utilizadas nos quadros acima:

AB InBev Procurement GmbH ("AB Procurement")
Ambev Luxembourg S.A.R.L. ("Ambev Luxemburgo")
Ambrew S.A.R.L. ("Ambrew")
Anheuser-Busch Inbev Africa (Pty) Ltd. ("AB Africa")
Anheuser-Busch InBev N.V. ("AB InBev")
Anheuser-Busch Inbev Services LLC ("AB Services")
Anheuser-Busch Inbev USA LLC ("AB USA")
Anheuser-Busch Packaging Group Inc. ("AB Package")
Arosuco Aromas e Sucos Ltda. ("Arosuco")
Bavaria S.A. ("Bavaria")
Bees Global AG ("Bees Global")
Cervecería Chile S.A. ("Cervecería Chile")
Cervecería Modelo de Mexico S. de R.L. de C.V. ("Cervecería Modelo")
Cervecería Nacional Dominicana ("CND")
Cervecería Nacional S de RL ("Panamá Holding")
Cervecería Paraguaya S.A. ("Cervecería Paraguaya")
Cervecería y Maltería Payssandú S.A. ("Cympay")
Cervecería y Maltería Quilmes S.A.I.C.A. y G. ("CMQ")
Cervejaria ZX S.A. ("Cervejaria ZX")
CRBS S.A. ("CRBS")
Inbev Belgium N.V. ("Inbev")
Incrível Comércio de Bebidas e Alimentos S.A. ("Incrível")
Interbrew International GmbH ("ITW International")
Labatt Brewing Company Limited ("Labatt Brewing")
Maltería Pampa S.A. ("Maltería Pampa")
Maltería Uruguay S.A. ("Maltería Uruguay")
Unión de Cervecerías Peruanas Backus Y Johnston S.A.A. ("Cervecerías Peruanas")
Zé Soluções Tecnológicas De Comércio De Bebidas Ltda. ("Zé Soluções")

Política contábil

As operações entre as controladas, incluindo saldos, ganhos e perdas não realizados nessas operações, são eliminadas. As políticas contábeis das controladas são consistentes com as adotadas pela Controladora.

As despesas de royalties incorridas são registradas como custo dos produtos vendidos.

É regra da Companhia que as transações com partes relacionadas sigam condições razoáveis e comutativas, em linha com as que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros, estejam claramente refletidas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e sejam formalizadas em contratos escritos.

32 EVENTOS SUBSEQUENTES

32.1 Deliberação de data de pagamento da primeira parcela de Juros sobre capital próprio (JCP)

Em reunião realizada no dia 11 de fevereiro de 2026, o Conselho de Administração aprovou o pagamento da 1ª parcela dos juros sobre capital próprio ("JCP"), cuja distribuição foi aprovada na reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de dezembro de 2025. O pagamento será efetuado em 6 de abril de 2026 no valor bruto de R\$0,075 por ação, correspondente ao valor líquido de R\$0,063 por ação da Companhia, já deduzido o imposto de renda na forma da legislação aplicável e permanecendo inalteradas as datas-base consideradas quando da deliberação da distribuição.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Ambev S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Ambev S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ambev S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS accounting standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos.

Provisões, passivos contingentes e tratamentos fiscais incertos (ICPC22/IFRIC23) (Nota Explicativa nº 17)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

A Companhia e suas controladas possuem assuntos de natureza tributária relevantes, cuja determinação do prognóstico de perda dos processos administrativos e judiciais, bem como a determinação dos respectivos prazos e valores de eventual liquidação, dependem de julgamentos críticos e significativos da administração, realizados em conjunto com seus assessores jurídicos. Desta forma, para determinadas demandas judiciais e tratamentos fiscais incertos, não há provisão constituída, em virtude de, por exemplo, existência de demandas judiciais com avaliação de prognóstico de perda possível (portanto, não provisionada) e/ou demandas com avaliações de perdas remotas. Sendo assim, este tema foi considerado novamente na auditoria do exercício corrente como uma área de risco e, dessa forma, como um principal assunto de auditoria, devido ao elevado grau de julgamento, incertezas inerentes ao processo de determinação de estimativas, relevância dos valores envolvidos e por sua subjetividade no processo de classificação de riscos de perda, especialmente em ambiente tributário complexo e sujeito a interpretações divergentes. Alterações nas premissas, nos entendimentos jurídicos ou na jurisprudência aplicável podem resultar em mudanças nos prognósticos de perda e, conseqüentemente, afetar de forma significativa as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Reuniões com os representantes-chave do departamento jurídico interno da Companhia;
- Entendimento e a avaliação do processo e dos controles internos (incluindo aspectos de tecnologia da informação) estabelecidos pela administração para identificação, mensuração, reconhecimento e divulgação dos processos tributários e tratamentos fiscais incertos nas demonstrações contábeis;
- Obtenção de confirmações dos assessores jurídicos externos contemplando os prognósticos de perda para os processos tributários (bem como suas respectivas quantificações) para cada perspectiva de risco de perda envolvida;
- Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas internos tributários, das estimativas, premissas e critérios utilizados pela administração para os principais processos tributários em andamento, avaliando a razoabilidade de prognósticos determinados pelos assessores jurídicos da Companhia, bem como os respectivos argumentos técnicos e jurisprudências apresentadas;
- Reuniões com a administração para discussão e avaliação das posições tributárias relacionadas à tributos sobre o lucro (posições fiscais incertas), considerando as circunstâncias relevantes perante os requisitos da Interpretação das normas ICPC22/IFRIC23;
- Realização de testes documentais substantivos sobre as despesas com assessores jurídicos e lançamentos manuais; e
- Revisão das divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, avaliando sua adequação e consistência com as informações obtidas durante os trabalhos de auditoria.

Consideramos que os critérios adotados pela administração e seus assessores jurídicos para a determinação dos passivos sobre demandas judiciais relativos a aspectos tributários e tratamentos fiscais incertos, bem como as conseqüentes divulgações em notas explicativas, estão consistentes no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Aderência ao cronograma de implementação do ERP (Nota Explicativa nº 12)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Ao longo do exercício de 2025, a Companhia deu prosseguimento ao cronograma de implementação da nova versão de seu principal sistema *Enterprise Resource Planning* (ERP) – S/4 HANA. Neste sentido, dada a necessidade de adequação do ERP ao complexo ambiente operacional da Companhia, diversas avaliações foram realizadas pela administração para mitigar potenciais riscos associados à implementação e migração. Dessa forma, a implementação foi foco de nossos trabalhos e, portanto, considerada como um principal assunto de auditoria, dada a complexidade na avaliação do processo de implementação do referido ERP, que inclui um alto volume de conversão e migração de dados, além da definição e implementação de processos de controles internos por parte da administração. Eventual falta de efetividade dos controles gerais de tecnologia da informação, bem como dos seus controles dependentes, poderia ocasionar processamento incorreto de informações e, consequentemente, impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Com o auxílio de nossos especialistas internos em tecnologia da informação, avaliamos os controles implementados ao longo do processo de migração do sistema, visando identificar se ele foi conduzido de forma a mitigar eventuais falhas ou perda de dados dos sistemas legados para o ERP S/4 HANA;
- Realizamos testes sobre a migração dos dados, considerando, dentre outros aspectos relevantes, a aplicação de procedimentos para verificação da totalidade dos dados extraídos e avaliação da integridade dos dados migrados;
- Aplicamos procedimentos com o objetivo de testar a efetividade dos controles gerais de tecnologia da informação (ITGC) que suportaram o processo de migração, dentre eles, o gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças, interface entre os sistemas, avaliação dos riscos de acessos críticos e segregação de funções;
- Os procedimentos executados também envolveram a realização de testes de controles manuais dependentes de TI e automatizados considerados relevantes diante dos controles críticos que sustentam os principais processos no ERP S/4 HANA, com ênfase naqueles sistemas que suportaram as transações relevantes no contexto de nossa auditoria, visando a obtenção de segurança sobre se os controles configurados no novo sistema estavam operando conforme projetado; e
- Efetuamos teste de efetividade dos controles automatizados relevantes que suportam os processos significativos e respectivos registros contábeis de determinadas operações da Companhia.

Com base nas evidências obtidas diante dos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que os sistemas, o ambiente de tecnologia da informação e seus respectivos controles operaram de forma adequada e nos forneceram segurança suficiente para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão dos procedimentos substantivos de auditoria planejados, estando consistentes no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com nossa auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS accounting standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Alcides Afonso Louro Neto
Contador CRC 1SP-289.078/O-2

Comentários sobre o comportamento das projeções empresariais

Ambev S.A. ("Companhia") comunica que, conforme divulgado no Fato Relevante de 26 de fevereiro de 2025, havia a expectativa que o CPV (custo dos produtos vendidos) por hectolitro, excluindo depreciação e amortização, para seu negócio de cervejas no Brasil (excluindo a venda de produtos de *marketplace* não Ambev) tivesse um aumento entre 5,5% e 8,5% no ano de 2025.

Em 2025, o CPV por hectolitro excluindo depreciação e amortização (excluindo a venda de produtos de *marketplace* não Ambev) aumentou 6,1% comparado ao mesmo período de 2024, em linha com a projeção contida no referido Fato Relevante. Informações adicionais podem ser obtidas em nossas demonstrações contábeis e respectivo *press-release* de resultados, ambos disponíveis nos sites da Comissão de Valores Mobiliários e de relações com investidores da Companhia.

AMBEV S.A.
CNPJ nº 07.526.557/0001-00
NIRE 35.300.368.941
Companhia Aberta

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Ambev S.A. (“Companhia”), em conformidade com as atribuições dispostas no Estatuto Social da Companhia, em seu Regimento Interno e nos incisos do art. 163 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, examinou: (i) o relatório do auditor independente da Companhia para fins regulatórios, emitido sem ressalvas pela Grant Thornton Auditores Independentes; e (ii) o relato sobre o desempenho da Companhia realizado pelo Diretor Vice-Presidente Financeiro, de Relações com Investidores e de Serviços Compartilhados. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, os membros titulares do Conselho Fiscal, abaixo assinados, opinaram pela aprovação em Assembleia Geral do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e da destinação do lucro líquido do referido exercício e distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos na forma constante das Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2026.

José Ronaldo Vilela Rezende

Elidie Palma Bifano

Fabio de Oliveira Moser

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento ao artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Resolução CVM 80/22, o Diretor Presidente Executivo e os demais Diretores Vice Presidentes da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis e com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes.

Composição da Diretoria:

Carlos Eduardo Klutzenschell Lisboa - Diretor Presidente Executivo

Guilherme Fleury de Figueiredo Ferraz Parolari - Diretor Vice-Presidente Financeiro, de Relações com Investidores e de Serviços Compartilhados

Eduardo Braga Cavalcanti de Lacerda - Diretor Vice-Presidente Comercial

João Coelho Rua Derbli de Carvalho - Diretor Vice-Presidente de Vendas

Daniel Wakswaser Cordeiro - Diretor Vice-Presidente de Marketing

Ricardo Moraes Pereira de Melo - Diretor Vice-Presidente de Gente e Gestão

Valdecir Duarte - Diretor Vice-Presidente Industrial

Paulo André Zagman - Diretor Vice-Presidente de Logística

Guilherme Malik Parente - Diretor Vice-Presidente Jurídico e de Compliance

Carla Smith de Vasconcellos Crippa Prado - Diretora Vice-Presidente de Relações Corporativas

Felipe Moreira Haddad Baruque - Diretor Vice-Presidente de Suprimentos

Eduardo Eiji Horai - Diretor Vice-Presidente de Tecnologia da Informação

Daniela Gavranic Cachich- Diretora Vice-Presidente de Beyond Beer

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Resolução CVM 80/22, o Diretor Presidente Executivo e os demais Diretores Vice Presidentes da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis e com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes.

Composição da Diretoria:

Carlos Eduardo Klutzenschell Lisboa - Diretor Presidente Executivo
Guilherme Fleury de Figueiredo Ferraz Parolari - Diretor Vice-Presidente Financeiro, de Relações com Investidores e de Serviços Compartilhados
Eduardo Braga Cavalcanti de Lacerda - Diretor Vice-Presidente Comercial
João Coelho Rua Derbli de Carvalho - Diretor Vice-Presidente de Vendas
Daniel Wakswaser Cordeiro - Diretor Vice-Presidente de Marketing
Ricardo Moraes Pereira de Melo - Diretor Vice-Presidente de Gente e Gestão
Valdecir Duarte - Diretor Vice-Presidente Industrial
Paulo André Zagman - Diretor Vice-Presidente de Logística
Guilherme Malik Parente - Diretor Vice-Presidente Jurídico e de Compliance
Carla Smith de Vasconcellos Crippa Prado - Diretora Vice-Presidente de Relações Corporativas
Felipe Moreira Haddad Baruque - Diretor Vice-Presidente de Suprimentos
Eduardo Eiji Horai - Diretor Vice-Presidente de Tecnologia da Informação
Daniela Gavranic Cachich- Diretora Vice-Presidente de Beyond Beer